

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÓGICA E METAFÍSICA

Leandro de Oliveira Pereira

Frege e o Argumento Modal

1 volume

Rio de Janeiro

2009

Leandro de Oliveira Pereira

Frege e o Argumento Modal

1 volume

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Lógica e Metafísica.

Orientador: Prof. D.º Marco Antonio Caron Ruffino.

Rio de Janeiro

2009

P436 Pereira, Leandro de Oliveira.
Frege e o argumento modal / Leandro de Oliveira
Pereira. Rio de Janeiro, 2010.
102 f.

Dissertação (Mestrado em Lógica e Metafísica) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de
Filosofia e Ciências Sociais, 2010.

Orientador: Marco Antonio Caron Ruffino

1. Filosofia da linguagem. 2. Nomes próprios. 3. Frege,
Gottlob. 4. Argumento modal. 5. Filosofia – Teses.
I. Ruffino, Marco (Orient.). II. Universidade Federal
do Rio de Janeiro Programa de Pós-Graduação em Lógica
e Metafísica. III. Título.

CDD: 401

Leandro de Oliveira Pereira

Frege e o Argumento Modal

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Lógica e Metafísica. Área de Concentração: Filosofia, Ontologia Lógica, Semântica Filosófica.

Em 08 de Janeiro de 2010.

Marco Antonio Caron Ruffino, Pós-Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Adriana Sequeira da Silva Graça, Doutora, Universidade de Lisboa

Luiz Carlos Pinheiro Dias Pereira, Doutor, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Eu dedico a presente dissertação a meus pais, Maurício e Rosa, a quem devo minha origem e formação enquanto pessoa, a meu estimado irmão Leonardo e, especialmente, a minha querida companheira Priscila, por sua incansável motivação e seu incondicional apoio.

Eu agradeço aos professores Luiz Carlos Pinheiro Dias Pereira e Adriana Sequeira da Silva Graça por terem gentilmente se disponibilizado a avaliar esta dissertação. Ademais, eu gostaria de registrar um agradecimento especial a meu orientador Marco Antonio Caron Ruffino, cujo trabalho incansável tornou mais que possível a concretização desta dissertação.

RESUMO

PEREIRA, Leandro de Oliveira. **Frege e o Argumento Modal**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Lógica e Metafísica) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Com o presente trabalho, nós pretendemos examinar uma discussão que ocupa um lugar central na recente história da filosofia analítica da linguagem. Essa discussão, colocando de um modo geral, gira em torno da questão de se seria semanticamente consistente o ponto de vista de que nomes próprios, enquanto designadores rígidos, estão associados aquilo que Frege chama de ‘sentido’. Esse ponto de vista, apresentado emblematicamente por Frege em seu “*Sense and Reference*” (1948), é colocado a prova por uma célebre objeção de Kripke: a saber, o argumento modal. Assim, tomando como ponto de partida o embate entre o supracitado ponto de vista *fregeano* e a mencionada objeção *kripkeana*, nós discutiremos essa questão envolvendo a tese da referência indireta (i.e., a tese de que nomes designam suas respectivas referências por meio de um sentido) e o dado semântico da designação rígida de nomes próprios.

ABSTRACT

PEREIRA, Leandro de Oliveira. **Frege e o Argumento Modal**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Lógica e Metafísica) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

With the present work, we intend to exam a discussion which occupies a central place in the recent history of analytic philosophy of language. This discussion, putting in a general way, surrounds the question if will be semantically consistent the point of view that proper names, as rigid designators, are associated to something that Frege called sense. This point of view, emblematically presented by Frege in his “*Sense and Reference*” (1948), is questioned by Kripke’s renowned objection: namely, the modal argument. So, taking the clash between the foresaid *fregean* point of view and the mentioned *kripkean* objection as a starting point, we will discuss that question involving the thesis of indirect reference (i.e., the thesis that proper names designate its respective references by means of a sense) and the semantic datum that names are rigid designators.

SUMÁRIO

Introdução	2
Capítulo 1 – A Teoria <i>Fregeana</i> dos Nomes Próprios	8
1.1 – A Doutrina <i>Fregeana</i> do Sentido e Referência	8
1.2 – O Sentido e a Referência de Nomes Próprios	20
Capítulo 2 – O Argumento Modal de Kripke	23
2.1 – O <i>Descritivismo</i>	24
2.2 – A Concepção <i>Kripkeana</i> de Mundos Possíveis	31
2.3 – A Concepção <i>Kripkeana</i> de Designação Rígida	36
2.4 – Preliminares a uma Análise do Argumento Modal	40
2.5 – O Argumento Modal	43
Capítulo 3 – Estratégias <i>Descritivistas</i> contra o Argumento Modal	50
3.1 – A Estratégia do Escopo Amplo	51
3.1.1 – A Distinção entre Escopo Amplo e Escopo Estreito	52
3.1.2 – O Escopo Amplo de Nomes Próprios	54
3.2 – As Estratégias da Descrição <i>Rigidificada</i>	57
3.2.1 – O <i>Descritivismo</i> Atualizado	58
3.2.2 – <i>Dthat-Descritivismo</i>	69
3.2.3 – Descrições <i>Rigidificadas</i> via Operador @	73
Capítulo 4 – Críticas às Estratégias <i>Descritivistas</i>	77
4.1 – Crítica à Estratégia do Escopo Amplo	77
4.2 – Críticas às Estratégias da Descrição <i>Rigidificada</i>	81
4.2.1 – Crítica ao <i>Descritivismo</i> Atualizado	81
4.2.2 – Crítica ao <i>Dthat-Descritivismo</i>	86
4.2.3 – Crítica à Estratégia da Descrição <i>Rigidificada</i> de Burge	89
5 – Conclusão	92
6 – Referências	101

Introdução

Em meados do século XX, começa a se consolidar, sobretudo nos nichos acadêmicos de ascendência anglo-saxônica, um novo modo de se investigar problemas de filosofia, um modo destacadamente caracterizado pela ênfase conferida à linguagem, ou, colocando de outra forma, pela preferência dada à análise da linguagem enquanto método de investigação filosófica. Dentre os renomados manuais de história da filosofia, se convencionou chamar esse novo modo de proceder em investigação de problemas filosóficos de ‘filosofia analítica’.

Entretanto, apesar de o surgimento e a consolidação da filosofia analítica terem se dado majoritariamente no século XX e em ambientes anglófonos, nós podemos observar que a grande inspiração para esse novo *modus operandis* filosófico nos remonta ao antigo Império Alemão do final do século XIX. Mais precisamente falando, o paradigma analítico de se fazer filosofia é oferecido pelo filósofo alemão Frege, que, por meio de célebres livros como *Conceptual Notation* (1972) e *Os Fundamentos da Aritmética* (1974) e artigos influentes como “Função e Conceito” (1978) e “*On Concept and Object*” (1951), estabeleceu as diretrizes envolvidas naquele paradigma.

Dentre a vasta (e já clássica) bibliografia de Frege, um breve ensaio intitulado “*Sense and Reference*” (1948) merece destaque especial. Esse destaque se deve, sobretudo, a proposição *fregeana* de uma nova forma de se conceber a natureza da linguagem e o modo como essa está conectada com elementos extra-linguísticos (a saber, objetos e pensamentos). Em suma, essa grande contribuição de Frege consiste em sua perspectiva de que sinais linguísticos têm sentido e referência, ou seja, que um sinal designa um objeto (isto é, sua referência) e o faz por meio de algo (isto é, seu sentido) em que está contido um modo de apresentação (ou propriedade) do objeto designado.

A supracitada perspectiva de que sinais têm sentido e referência constitui um dos grandes patrimônios da filosofia da linguagem de tradição analítica. Contudo, não obstante a indubitável contribuição representada por essa perspectiva advogada por Frege, é de se fazer notar que, desde sua primeira recepção até os dias de hoje, a doutrina *fregeana* do sentido e referência ainda suscita grandes divergências. Em especial, o ponto de maior disputa envolvendo a referida doutrina diz respeito à idéia, sugerida por Frege, de que o sentido expresso por um nome próprio seria dado em termos de uma expressão do tipo *o x tal que Fx*, isto é, uma descrição definida. Na trilha das divergências suscitadas por essa idéia *fregeana*, nós poderíamos destacar algumas discordâncias levantadas por célebres comentadores da teoria de Frege. Nessa direção, nós poderíamos citar Searle (1958), que alega, por exemplo, que o sentido de um nome próprio seria dado não por uma única descrição definida simples do tipo *o x tal que Fx*, mas sim por um *cluster* de descrições desse tipo, ou, para colocar de outro modo, esse sentido seria dado por uma descrição definida contendo uma disjunção de predicados assinalando um objeto determinado como referência do nome. Contudo, nós devemos notar que, dentre todas as divergências envolvendo a doutrina *fregeana* do sentido e referência, a mais contundente talvez seja aquela representada pela assim chamada ‘teoria da referência direta’ (ou para sermos breves *referencialismo*), teoria de acordo com a qual nomes próprios são termos diretamente referenciais, isto é, são termos que não carregam sentido.

Dentre os inúmeros defensores do *referencialismo*, nós devemos destacar Kripke, que, além de ter sido um dos precursores desse tipo de perspectiva *anti-fregeana*, talvez seja o crítico mais emblemático do *descriptivismo*, isto é, a teoria de Frege e as demais teorias da nomeação baseadas na sua doutrina do sentido e referência. Nessa direção, nós verificamos na literatura *kripkeana*, mais precisamente em *Naming and Necessity* (1980), uma das objeções mais representativas a Frege. Essa objeção seria oferecida pelo seu assim chamado ‘argumento modal’. Resumidamente falando, o ponto de Kripke, ao dirigir o argumento

modal a Frege, consiste em mostrar, com base em algumas observações acerca do comportamento de nomes próprios em contextos modais, que a assunção *fregeana* de que nomes têm sentido entra em conflito com um dado intuitivo acerca do funcionamento semântico desses termos, esse dado, a saber, que nomes são designadores rígidos, ou seja, que nomes designam invariavelmente o mesmo objeto em todo mundo possível incluindo esse objeto. Assim, tal como Kripke supõe por meio de seu argumento modal, nós devemos assumir, contrariamente a Frege e seus simpatizantes, que nomes próprios não têm sentido.

Tendo em vista esse embate entre Frege e Kripke, nós buscaremos, portanto, examinar, ao longo da presente dissertação, se de fato, tal como parece nos mostrar o argumento modal, seria impossível, então, conciliar a tese *fregeana* da referencia indireta (isto é, a tese de que nomes próprios designam objetos por meio de um sentido) com a intuição *kripkeana* de que nomes são designadores rígidos. Para tanto, nós optamos, a fim de realizar o proposto exame, revisar o que sustentaram alguns dos principais atores envolvidos no embate supracitado. Nessa direção, o nosso trabalho dividir-se-á em quatro partes gerais: (i) uma primeira parte dedicada à análise da teoria *fregeana* dos nomes próprios; (ii) uma segunda parte dedicada à análise do argumento modal de Kripke; (iii) uma terceira parte dedicada à análise de algumas estratégias *descriptivistas* contrárias ao argumento modal; (iii) e, por fim, uma quarta parte dedicada à análise de algumas críticas a essas estratégias.

O curso de nossa dissertação, portanto, dar-se-á tal como se segue.

No Capítulo 1, nós proporemos uma análise da teoria *fregeana* dos nomes próprios. Nossa análise da referida teoria de Frege será dividida em duas partes. Nessa direção, na Seção 1.1, nós, primeiramente, trataremos de visualizar a base da supracitada teoria, a saber, a doutrina geral do sentido e referência, tal como ela foi proposta por Frege. Em seguida, na Seção 1.2, nós verificaremos como se estruturaria a teoria *fregeana* da nomeação tendo como

sua base (i) a doutrina geral do sentido e referência e (ii) algumas observações adicionais de Frege acerca do modo como nós usamos nomes próprios.

No Capítulo 2, nós examinaremos a mencionada objeção de Kripke a Frege, isto é, o argumento modal. Ao realizarmos esse exame, daremos ênfase a alguns pontos que julgamos serem essenciais ao argumento modal. Nesse sentido nós analisaremos os seguintes pontos: na Seção 2.1, o modo como Kripke concebe a teoria *fregeana* dos nomes próprios enquanto o que ele chama de *descriptivismo*; na Seção 2.2, a visão *kripkeana* de mundo possível; na Seção 2.3, a noção de designação rígida proposta por Kripke; e, finalmente, na Seção 2.5, o argumento modal.

No capítulo 3, nos dedicaremos a examinar o que há pouco chamamos de *estratégias descriptivistas*. Sobre essas estratégias, nós podemos adiantar que elas equivalem a uma refutação do argumento modal, uma vez que se caracterizam por serem tentativas de acomodação da tese *fregeana* da referência indireta com a intuição *kripkeana* de que nomes próprios são designadores rígidos. Basicamente, nós veremos dois tipos mais gerais de estratégias *descriptivistas*: a estratégia do escopo amplo e a estratégia da descrição *rigidificada*.

Assim, nós analisaremos, na Seção 3.1, a estratégia do escopo amplo, tal como ela é proposta por Dummett (1973). Com respeito a essa estratégia, nós podemos antecipar que ela tem como mote a tese de que a rigidez referencial de nomes próprios seria explicável em termos *descriptivistas*, na medida em que assumimos que o sentido de um nome próprio seja dado por descrições definidas que assumem escopo amplo em sentenças modalizadas. A nossa análise da estratégia do escopo amplo dividir-se-á em duas partes. Inicialmente, na subseção 3.1.1, nós observaremos uma distinção fundamental à proposta de Dummett, a saber, a distinção entre escopo amplo e escopo estreito de termos singulares em sentenças modalizadas. Após observar a referida distinção entre escopo amplo e escopo estreito, nós verificaremos, na subseção 3.1.2, como tal distinção é utilizada por Dummett a fim de

explicar que a rigidez referencial de um nome próprio pode ser compatibilizada com a assunção de que nomes têm o sentido de uma descrição definida com escopo amplo.

Vista a estratégia do escopo amplo, nós examinaremos, na Seção 3.2, algumas estratégias da descrição *rigidificada*. Como observação preliminar sobre as estratégias *descriptivistas* dessa espécie, nós podemos dizer que elas se caracterizam pela alegação de que o modo mais consistente de conciliar a rigidez referencial de nomes próprios com a tese da referência indireta consiste em assumir que o sentido carregado por um nome próprio seria equivalente ao sentido de uma descrição definida de tipo especial, a saber, uma descrição definida rígida. Assim, nosso exame das estratégias da descrição *rigidificada* compreenderá três partes. Na subseção 3.2.1, nós observaremos o *descriptivismo* atualizado, isto é, a visão *fregeana* proposta por Plantinga (2003) e de acordo com a qual nomes próprios são designadores rígidos cujo sentido seria dado em termos de uma descrição definida do tipo *o F em α* . Na subseção 3.2.2, nós observaremos o *dthat-descriptivismo*, ou seja, a visão de que nomes próprios equivalem semanticamente (semanticamente, isto é, do ponto de vista de seus respectivos sentidos e referências) a descrições definidas do tipo *dthat [o x tal que Fx]*. E por fim, na subseção 3.2.3, nós observaremos a estratégia da descrição *rigidificada* proposta por Burge (2005), estratégia de acordo com a qual nomes próprios seriam equivalentes semanticamente a descrições definidas do tipo *o @ F*.

Dando prosseguimento a nossa dissertação, nós observaremos, no Capítulo 4, algumas críticas às estratégias *descriptivistas*. Essas críticas, tal como podemos afirmar, têm o sentido de mostrar que essas estratégias falham de um modo ou de outro em oferecer uma teoria da referência indireta para nomes próprios que seja efetivamente consistente. Nessa direção, nós analisaremos, na Seção 4.1 e na subseção 4.2.1, as críticas de Soames (1998) a (i) a estratégia do escopo amplo de Dummett e (ii) o *descriptivismo* atualizado de Plantinga. Adiante, na subseção 4.2.2, nós analisaremos uma outra crítica de Soames, dessa vez, sua crítica ao *dthat-*

descriptivismo. E, por fim, nós analisaremos, na subseção 4.2.3, uma crítica a estratégia da descrição *rigidificada* proposta por Burge.

Ademais, no Capítulo 5, nós terminaremos o presente trabalho oferecendo algumas considerações finais acerca de tudo que será observado na medida em que desenvolveremos nosso objetivo, isto é, como já dissemos há pouco, verificar se de fato é conciliável uma explicação *fregeana* da nomeação que dê conta do problema levantado pelo argumento modal: a saber, a dificuldade em conciliar a tese da referência indireta com a rigidez referencial de nomes próprios.

Capítulo 1 – A Teoria *Fregeana* dos Nomes Próprios

No presente capítulo, nós examinaremos a teoria dos nomes próprios de Frege. Essa teoria, tal como nós compreendemos, constitui a base das chamadas ‘teorias da referência direta’, ou, como diria Kripke, *descriptivismo*. Inicialmente, o que nós podemos dizer a respeito dessas teorias, em especial a de Frege, é que elas estão fundamentalmente suportadas na idéia de que a conexão semântica entre um nome próprio e sua respectiva referência é mediada por meio de um sentido. Assim, no que segue, nós observaremos em detalhes como Frege vislumbra o modo segundo o qual um nome próprio, seu sentido e sua referência estão linguisticamente associados. Para tanto, nós, por um lado, observaremos como funciona, de um ponto de vista mais geral, a distinção *fregeana* entre sentido e referência, ou seja, nós veremos como Frege introduz e elucida a referida distinção a fim de explicar a relação entre, de um lado, elementos linguísticos (isto é, a linguagem propriamente dita) e, de outro, elementos extra-linguísticos (conteúdos cognitivos e objetos). Além dessas observações preliminares acerca da teoria *fregeana*, nós iremos, por outro lado, propor uma análise de como Frege aplica sua distinção geral entre sentido e referência ao caso específico envolvendo nomes próprios.

1.1 – A Doutrina *Fregeana* do Sentido e Referência

A distinção entre sentido e referência é tratada por Frege pela primeira vez em um ensaio chamado “Função e Conceito” (1978). Lá, Frege (*Ibid.*, pp.43-44) afirma:

Se dizemos ‘a Estrela Vespertina é um planeta cuja revolução é menor que a da Terra’, o pensamento que exprimimos é diferente do da sentença ‘a Estrela Matutina é um planeta cuja revolução é menor que a da Terra’; pois quem não saiba que a Estrela Matutina é a Estrela Vespertina, poderia considerar uma das sentenças como verdadeira e a outra como falsa; e, no entanto, ambas as sentenças devem ter a

mesma referência, pois apenas se trocaram as palavras ‘Estrela Vespertina’ e ‘Estrela Matutina’, que têm a mesma referência, isto é, são nomes próprios do mesmo corpo celeste.

Para Frege, portanto, quando analisamos os significados de expressões linguísticas que designam um mesmo objeto, nós podemos notar que o significado envolve um duplo aspecto. Por um lado, os significados dessas expressões coincidem, no sentido em que essas expressões se referem ao mesmo objeto, ou seja, elas coincidem, na medida em que têm a mesma referência. Esse é o caso, por exemplo, quando comparamos as expressões mencionadas por Frege na citação acima, a saber, ‘Estrela Matutina’ e ‘Estrela Vespertina’. Essas expressões, nós podemos colocar, coincidem no sentido em que nomeiam o mesmo objeto, o planeta Vênus. No entanto, repara Frege que, não obstante esse primeiro aspecto, o da identidade entre as referências das expressões, há, por outro lado, uma diferença bastante chamativa entre expressões co-referenciais, uma diferença envolvendo algo que está presente no modo como tais expressões estão associadas aos objetos por elas nomeados. Esse elemento presente na associação entre um sinal e sua referência, segundo Frege, além de poder variar entre expressões co-referenciais, é justamente aquilo que explica o fato de expressarmos pensamentos distintos quando proferimos sentenças dos tipos $\alpha \text{ é } F$ e $\beta \text{ é } F$, tal que os termos α e β são co-referenciais. Tendo isso em vista, Frege (1978, p.44) diz:

Temos de distinguir entre sentido e referência. Certamente ‘2⁴’ e ‘4x4’ têm a mesma referência, isto é, são nomes próprios do mesmo número, mas não têm o mesmo sentido. Daí terem ‘2⁴ = 4x4’ e ‘4x4 = 2⁴’, na verdade, a mesma referência, mas não o mesmo sentido, isto é, neste caso não contém o mesmo pensamento.

Sobre a distinção indicada acima, a saber, a distinção entre sentido e referência, Frege adverte que de imediato ela possa parecer um tanto arbitrária e artificial. Em função dessa primeira impressão possível, Frege alega, então, que se faz necessário uma justificação mais pormenorizada para a análise do significado linguístico em termos de uma distinção entre

sentido e referência. E é essa justificção aquilo que ele, Frege, provê no seminal ensaio “*Sense and Reference*” (1948).

O carro chefe da doutrina *fregeana* do sentido e referência consiste na tese, advogada por Frege, de que os sinais ou símbolos da linguagem, além de possuírem uma referência, são dotados, também, de um sentido. Por sinais ou símbolos da linguagem Frege tem em vista em especial três tipos distintos de expressões linguísticas: a saber, termos singulares, termos gerais e sentenças. Sobre os termos singulares, ou ‘nomes próprios’, como chama Frege, nós podemos descrevê-los como aquelas expressões cuja referência consiste num objeto singular. Dentre os tipos de termos singulares, nós podemos distinguir, por um lado, descrições definidas, como ‘o autor da *Metafísica*’ e ‘o maior filósofo nascido em Estagira’, por outro, nomes próprios, como ‘Aristóteles’, ‘Estagira’ e *Metafísica*, e, ainda, os chamados *indexicais*, como ‘eu’, ‘aqui’ e ‘agora’. Já os termos gerais, ou ‘termos conceituais’, como chama Frege, são aquelas expressões cuja referência consiste não num objeto singular, mas num conceito, ou seja, algo que diferentes objetos singulares podem ter em comum. Dentre alguns exemplos de termos gerais ou conceituais, nós podemos citar predicados como ‘homem’, ‘filósofo’, ‘grego’, etc. Por fim, acerca das sentenças, nós podemos dizer que expressões desse tipo consistem em combinações de sinais mais complexas e dotadas de valor de verdade e cuja referência, sustenta Frege, consiste justamente nesse valor. Figuram como casos de sentenças expressões tais como, para dar um exemplo, ‘Aristóteles foi o maior filósofo nascido em Estagira’, ‘o autor da *Metafísica* era grego’, dentre outras.

Do que foi dito no parágrafo acima, fica estabelecido, portanto, que a noção de referência, na perspectiva *fregeana*, diz respeito justamente àquilo que é designado por uma expressão linguística. A natureza do que quer que venha a ser designado por uma expressão, isto é, sua referência, varia dentre os diversos tipos gramaticais: termos singulares designam

ou têm como referência objetos singulares, termos gerais ou conceituais designam ou têm como referência conceitos e sentenças designam ou têm como referência valores de verdade.

Bom, mas o que dizer sobre a noção *fregeana* de sentido? De um modo geral, nós podemos definir o sentido de um sinal linguístico como sendo uma espécie de conteúdo cognitivo do tipo informativo ou descritivo expresso pelo sinal e por meio do qual uma referência é assinalada para a expressão. Um outro modo de definir o sentido, tal como indica Frege, consiste em caracterizá-lo como aquilo que é expresso por um sinal e contém um modo de apresentação (ou propriedade) associado(a) ao objeto designado por esse sinal, isto é, sua referência. Nessa direção, nós poderíamos dizer, em conformidade com a visão de Frege, que o sentido expresso pela descrição definida ‘o número par e primo’ contém um modo de apresentação do número dois, referência dessa descrição: esse modo de apresentação, a saber, a propriedade de ser número par e primo.

Mas por que assumir que os sinais, além de designar um objeto, expressam um sentido? Ou, para colocar de outro modo, por que não nos darmos por satisfeitos em considerar que o significado linguístico se esgota na referência? De que forma seria explicativo e, ainda mais, justificável, do ponto de vista do uso que fazemos da linguagem, a assunção da noção *fregeana* de sentido? Uma justificativa para a necessidade do sentido, nós podemos encontrar no argumento epistêmico oferecido por Frege. Esse argumento é introduzido inicialmente como uma tentativa de dar resposta às seguintes questões: a identidade ou igualdade, isto é, aquilo que é expresso por enunciados dos tipos $A \text{ é } A$ ou $A \text{ é } B$, seria uma relação? Uma relação entre objetos designados pelos sinais ou entre os sinais que designam aqueles objetos?

Assim, primeiramente, Frege se propõe a argumentar contrariamente à hipótese da identidade ser tomada enquanto relação entre objetos. De acordo com o autor, se isso fosse o caso, as sentenças das formas $A \text{ é } A$ e $A \text{ é } B$ não poderiam diferir do ponto de vista de seus

respectivos valores cognitivos. Por exemplo, as sentenças ‘a estrela da manhã é a estrela da manhã’ e ‘a estrela da manhã é a estrela da tarde’ afirmariam, nesse caso, a mesma coisa: isto é, que o objeto referido pelas duas descrições definidas componentes, a saber, o planeta Vênus, é idêntico a si mesmo. Mas isso não poderia ser o caso, porque nós, intuitivamente, reconhecemos que há uma diferença de valor cognitivo entre as duas sentenças, ou seja, nossa compreensão natural é a de que a primeira sentença, diferentemente da segunda, afirma algo que necessariamente é sabido *a priori*. Logo, a identidade, decreta Frege, não pode ser uma relação entre os objetos.

Descartada a hipótese da identidade enquanto relação entre objetos, Frege busca, em seguida, refutar a possibilidade de considerarmos que os enunciados dos tipos $A \text{ é } A$ ou $A \text{ é } B$ afirmarem uma relação entre seus sinais componentes. Nesse caso, a identidade seria estabelecida pela conexão entre um determinado sinal e um determinado objeto. Todavia, tal conexão é relativa a um determinado conjunto de regras, um conjunto estipulando quais sinais nós devemos usar, e como usá-los, a fim de designar objetos. Mas aqui, nada impediria alguém que quisesse se referir a um determinado objeto de lançar mão de qualquer outro sinal que não seja aquele estabelecido pela convenção, isso, porque a conexão entre um sinal e um objeto é arbitrária. Assim, na medida em que tomamos a identidade como uma mera relação entre sinais, nós implicamos, por exemplo, que com o proferimento da sentença ‘Aristóteles é o autor da *Metafísica*’ um falante esteja a comunicar simplesmente que os sinais ‘Aristóteles’ e ‘o autor da *Metafísica*’ designam um mesmo objeto segundo uma dada convenção de uso de sinais. Nesse sentido, ao chamarmos a atenção de um interlocutor para o nosso proferimento, nós diríamos apenas que, mediante determinada convenção gramatical, certos sinais entram numa certa relação de identidade, o que não acrescenta propriamente nenhum conhecimento acerca do objeto designado, mas apenas comunica uma informação meramente gramatical. Tendo isso em vista, Frege sustenta, portanto, que, tanto do ponto de vista dos sinais

exclusivamente, bem como do ponto de vista dos objetos designados por sinais exclusivamente, nós não explicamos a diferença entre os valores cognitivos de sentenças dos tipos $A \text{ é } A$ e $A \text{ é } B$.

Assim, dando por refutadas as duas hipóteses acima, a saber, a identidade como relação entre objetos e a identidade como relação entre sinais, Frege conclui que nós devemos admitir algo além da referência que explique a diferença entre os respectivos valores cognitivos de sentenças das formas $A \text{ é } A$ e $A \text{ é } B$. Nessa direção, Frege nos convida a considerar o seguinte exemplo: um triângulo cujas linhas a , b e c ligam seus vértices internos com os pontos médios dos lados opostos. Nesse caso, o que temos é um ponto de interseção p entre as linhas a e b , ponto esse que é o mesmo ponto de interseção das linhas b e c , e, também, o mesmo das linhas a e c . Diante disso nós temos que ora podemos usar, para designar esse mesmo ponto de interseção, a combinação de sinais ‘ponto de interseção de a e b ’, e ora podemos usar a combinação ‘ponto de interseção de b e c ’. E, ademais, podemos usar, para designar p , uma terceira combinação de sinais: ‘ponto de interseção de a e c ’.

Sobre o quadro descrito acima, a posição assumida por Frege é a de que, apesar de designarem um mesmo objeto, o ponto p , as três diferentes combinações fazem isso evocando em cada caso algo de distinto, algo de distinto, mas que, no entanto, converge para o mesmo objeto: a saber, um modo de apresentação desse objeto. Assim, o que temos aqui, segundo Frege, são três combinações de sinais (‘ponto de interseção de a e b ’, ‘ponto de interseção de b e c ’ e ‘ponto de interseção de a e c ’) usadas para designar um mesmo objeto (o ponto p), mas designando esse mesmo objeto por meio de um modo de apresentação distinto (ser o ponto de interseção entre a e b , ser o ponto de interseção entre b e c e ser o ponto de interseção entre c e a). Assim, de acordo com Frege, quando usamos a combinação de sinais ‘ponto de interseção de a e b ’, o que nós fazemos é considerar o ponto p enquanto o ponto de interseção das linhas a e b , ou seja, nós consideramos esse objeto apenas sob o ponto de vista

de um de seus modos de apresentação, no caso, ser ponto de interseção de duas determinadas linhas a e b que ligam os vértices internos de um triângulo aos pontos médios dos lados opostos.

Com base nisso Frege alega, portanto, que uma diferença de valor cognitivo entre sentenças dos tipos $A \text{ é } A$ e $A \text{ é } B$ verdadeiras se torna evidente somente se “à diferença entre os sinais corresponde uma diferença no modo de apresentação daquilo que é designado”. Por conseguinte, nós podemos dizer, em conformidade com a alegação de Frege, que a expressão de uma identidade entre dois diferentes sinais A e B , se verdadeira, corresponde ao pensamento de que tal relação se dá entre os sentidos, e não entre as referências, de A e B , isso, na medida em que cada sinal contém um diferente modo de apresentação daquele objeto designado pelos dois sinais.

Assim, com base em seu argumento epistêmico, Frege dá por justificada a necessidade de assumirmos que as expressões da linguagem, além de designarem um objeto, sua referência, expressam um sentido, ou seja, aquilo no qual está contido um modo de apresentação do designado. De acordo com Frege, a justificativa dessa necessidade, como nós vimos anteriormente, reside na força explicativa que a noção de sentido imprime a nossa teoria da linguagem tendo em vista a resolução de problemas epistêmicos envolvendo a relação entre linguagem, conhecimento e mundo, problemas como, por exemplo, o de explicar a diferença cognitiva entre enunciados de identidade verdadeiros dos tipos $A \text{ é } A$ e $A \text{ é } B$.

Outro ponto da doutrina *fregeana* do sentido e referência que merece destaque é o modo como Frege vislumbra a conexão entre sinal, sentido e referência. Sobre isso, Frege (1948, p.211) afirma:

A conexão regular entre o sinal, seu sentido e sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único sinal.

Assim, de acordo com Frege, o modo de associação entre sinais, sentidos e referências, em geral, é tal que o sinal expressa um e somente um sentido e, além disso, designa uma e somente uma referência. Essa caracterização de como um sinal, seu sentido e sua referência estão associados é o que Frege chama de ‘conexão regular’. Entretanto, sobre isso, Frege adverte que a idéia de conexão regular não implica que a cada referência corresponda um e somente um sentido e, conseqüentemente, um e somente um sinal, ou seja, a uma referência podem estar associados diversos sentidos e, por conseguinte, vários sinais. A fim de exemplificar essa ideia *fregeana* de uma conexão regular entre sinal, sentido e referência, vamos considerar a descrição definida ‘o número par e primo’. Essa descrição definida, nós podemos afirmar, designa um objeto, a saber, o número dois e o faz por meio de uma certa descrição desse número, uma descrição do tipo *o indivíduo com tal e tal propriedade*, propriedade que, no caso da descrição em questão, consiste no modo de apresentação ser número par e primo. Aqui, portanto, nos vemos diante de uma expressão linguística à qual corresponde um e somente um sentido, aquele contendo o modo de apresentação ser número par e primo. A razão para tanto consiste no fato da descrição definida ‘o número par e primo’ descrever o que quer que ela designe invariavelmente através da mesma propriedade e não outra. Ademais, nós temos ainda que ao sentido expresso por essa descrição definida, conseqüentemente, corresponde uma e somente uma referência: o número dois; a razão para tanto é que apenas esse número possui a propriedade de ser o número par e primo. Por fim, nós devemos observar que ao número dois podem corresponder outros sentidos e outros sinais: por exemplo, ‘o número natural que sucede um e precede três’. Portanto, com base nessas observações, nós podemos afirmar que a descrição definida ‘o número par e primo’ representa um caso de expressão linguística que satisfaz o critério da conexão regular estipulado por Frege.

Contudo, não obstante conceber uma conexão regular entre sinais, sentidos e referências tal como há pouco caracterizamos, Frege admite a existência de casos anômalos, isto é, expressões linguísticas que contrariam sua idéia de conexão regular. Segundo Frege, esses casos seriam representados em larga escala pelo advento das chamadas ‘linguagens naturais’. A respeito disso, Frege (1948, p.211) comenta:

É verdade que exceções a esta regra ocorrem. Certamente deveria corresponder, a cada expressão, que pertença a uma totalidade perfeita de sinais, um sentido determinado; mas, frequentemente as linguagens naturais não satisfazem a esta exigência e deve-se ficar satisfeito se a mesma palavra tiver sempre o mesmo sentido num mesmo contexto. Talvez possa se assegurar que uma expressão gramaticalmente bem construída, e que desempenhe o papel de nome próprio, sempre tenha um mesmo sentido. Mas com isto não se quer dizer que ao sentido corresponda sempre uma referência.

Na literatura *fregeana*, nós podemos observar que Frege leva em conta três tipos de contra-exemplos à noção de conexão regular, contra-exemplos esses oferecidos pelas linguagens naturais.

O primeiro tipo de contra-exemplo é representado pelas expressões linguísticas carentes de referência. Para dar um exemplo desse tipo de contra-exemplo, tomemos a expressão ‘o maior número ímpar’. Essa expressão, embora suscite ou carregue uma certa descrição de um suposto objeto, não se refere a efetivamente nada, isso, uma vez que não há na série dos números um objeto para o qual possamos atribuir de modo definitivo a propriedade de ser o maior número ímpar. Colocando de outro modo, aqui nós temos uma expressão linguística, a descrição definida ‘o maior número ímpar’, que, não obstante expressar um sentido, nesse caso, aquele contendo o modo de apresentação ser número natural ímpar, não designa uma referência.

Um segundo tipo de contra-exemplo à noção de conexão regular mencionado por Frege seria oferecido por aquelas expressões que há pouco nós chamamos de *indexicais*. Como observa Frege, expressões desse tipo, palavras tais como, por exemplo, ‘aqui’, ‘ali’,

‘hoje’, ‘amanhã’, etc., embora carreguem um sentido e, além disso, não sejam carentes de uma referência, não se adequam à noção de conexão regular, porque sua referência é sensível ao contexto, ou seja, à mesma expressão, em diferentes contextos de proferimento, podem corresponder diferentes objetos como sua referência. Consideremos o seguinte caso discutido por Frege em “*The Thought – A Logical Inquiry*” (1956). Lá, Frege (Ibid., p.296) afirma:

Se alguém quer dizer hoje o mesmo que expressou ontem usando a palavra ‘hoje’, ele deve substituir essa palavra por ‘ontem’. Embora o pensamento seja o mesmo, sua expressão verbal deve ser diferente de tal modo que o sentido, que de outro modo seria afetado pelos diferentes tempos de proferimento, seja reajustado. O caso é o mesmo com palavras como ‘aqui’ e ‘ali’.

Com isso, nós nos deparamos com algo que certamente contraria o princípio da conexão regular: a saber, que se utilizamos um termo sensível ao contexto, tal como um *indexical*, em contextos diferentes, nós podemos vir a designar diferentes referências por meio do mesmo sinal. Tal como é sugerido por Frege na citação acima, se nós deixamos de realizar a mencionada substituição de palavras de tal modo que, em dois contextos diferentes, ontem e hoje, digamos, nós proferimos uma sentença contendo a expressão ‘hoje’, nós designamos através dessa expressão, em cada contexto, coisas evidentemente distintas. E o mesmo, tal como admite Frege, se aplica às demais expressões *indexicais*, ou seja, uma expressão desse tipo pode ter diferentes referências em contextos de uso distintos. Assim, além das expressões carentes de referência, *indexicais*, também, vão de encontro ao princípio da conexão regular – não pela falta de referência, mas por poderem não designar a mesma referência, em diferentes contextos.

Um terceiro contra-exemplo ao princípio da conexão regular, como indica Frege, seria representado por aquelas expressões tais como ‘Aristóteles’, ‘Estagira’, ‘Liceu’, enfim, nomes próprios. De acordo com Frege, nomes próprios, tal como nós os usamos ordinariamente,

contrariariam o princípio supracitado, na medida em que podem estar associados a diferentes sentidos. Sobre isso, afirma Frege (1948, p.210, n.2):

No caso de um nome próprio real tal como ‘Aristóteles’, as opiniões sobre o seu sentido podem divergir. Ele poderia, por exemplo, ser tomado da seguinte forma: o pupilo de Platão e professor de Alexandre o Grande. Qualquer um que fizesse isso atribuirá um outro sentido à sentença ‘Aristóteles nasceu em Estagira’ que não aquele que será atribuído por um homem que toma como sentido do nome: o professor de Alexandre o Grande que nasceu em Estagira.

Sobre essa afirmação, nós podemos estabelecer, portanto, que, do ponto de vista *fregeano*, nomes próprios podem não ter um sentido determinado. A razão para tanto, como Frege sugere na citação acima, se deve à possibilidade de diferentes falantes associarem diferentes sentidos a um mesmo nome próprio. Aproveitando o exemplo dado por Frege, num caso, um falante poderia associar ao nome próprio ‘Aristóteles’, como seu sentido, algo representável em termos da descrição definida ‘o pupilo de Platão’; num outro caso, outro falante poderia tomar o sentido do mesmo nome como sendo dado por outra descrição, digamos, ‘o professor de Alexandre o Grande’. Assim, o princípio da conexão regular não se aplicaria ao caso envolvendo nomes próprios, na medida em que expressões desse tipo, tal como nós as utilizamos ordinariamente, podem estar associadas não a um mesmo sentido, mas a vários.

Aqui, seria interessante examinar um outro aspecto relevante da doutrina *fregeana* do sentido e referência. Como vimos há pouco, Frege, ao discutir o uso que fazemos de nomes próprios, sinaliza para a possível relatividade do sentido. Sobre isso, alguém, tendo em vista que diferentes indivíduos podem conceber de maneiras distintas o sentido associado a um mesmo nome próprio, poderia confundir o sentido *fregeano* com uma espécie de “imagem interna” da referência, isto é, uma imagem que, produzida individualmente, representa, na mente de cada indivíduo, uma representação subjetiva do objeto designado. A respeito dessa confusão, Frege observa, contudo, que, apesar do sentido poder variar (em especial, o sentido

expresso por nomes próprios), não se segue que ele equivalha a uma representação subjetiva da referência. Em favor dessa distinção, Frege (1948, p.212) acrescenta o seguinte:

Se a referência de um sinal é um objeto perceptível pelos sentidos, minha representação dela é uma imagem interna, surgida de memórias de impressões sensíveis que eu tive e de atividades, tanto internas quanto externas, que eu realizei. Tal representação é saturada de sentimento; a claridade de suas partes varia e oscila [...] Isso constitui uma distinção essencial entre representação e o sentido de um sinal, que pode ser propriedade comum a muitos e portanto não é uma parte ou um modo da mente individual.

De acordo com Frege, a razão para diferenciarmos sentido de representação, tal como nós compreendemos, consiste no modo como nós acessamos ou apreendemos cada um. Para Frege, por um lado, apesar de nós podermos associar diversos sentidos a um mesmo nome próprio, nada impede que vários indivíduos apreendam o mesmo sentido. Por outro lado, no entanto, esses mesmos indivíduos, diz Frege (Ibid.), “não podem ter a mesma representação”. Nessa direção, ele afirma:

Quando dois homens representam a mesma coisa, ainda assim cada um tem sua própria representação. De fato, às vezes é possível estabelecer diferenças entre representações, ou mesmo as sensações de homens diferentes; mas uma comparação precisa não é possível, porque não podemos ter ambas as representações juntas na mesma consciência. (FREGE, Ibid.)

Assim, no que diz respeito àquilo que associamos aos sinais, a perspectiva *fregeana* implica uma diferenciação. Sobre essa diferenciação, Frege acrescenta algumas comparações bastante esclarecedoras. Nessa direção, ele coloca:

Alguém observa a lua através de um telescópio. Comparo a lua à referência; ela é o objeto da observação, mediado pela imagem real projetada pela lente no interior do telescópio, e pela imagem retiniana do observador. A primeira, eu comparo ao sentido, a segunda, à representação. A imagem óptica no telescópio é de fato unilateral e depende de um certo ponto de vista de observação; mas ela é ainda assim objetiva, na medida em que ela pode ser utilizada por diversos observadores. Ela poderia ser arranjada para que muitos possam utilizá-la simultaneamente. Mas cada um tem sua própria imagem retiniana. Em função dos olhos dos observadores possuem diferentes formas, mesmo uma congruência geométrica dificilmente seria

alcançada, e uma coincidência real estaria fora de cogitação. (FREGE, 1948, p.213)

Assim, a diferenciação *fregeana* entre sentido e referência, de um lado, e representação, de outro, é compatível com a compreensão de que a linguagem, ou melhor, a linguagem tal como nós a utilizamos, envolve dois planos: um objetivo e um subjetivo. No plano objetivo, nós teríamos, portanto, sentido e referência, que são objetivos, na medida em que podem ser acessados igualmente por diferentes indivíduos. Já no plano subjetivo, por outro lado, nós encontramos a representação, que é subjetiva, na medida em que só pode ser acessada exclusivamente pelo indivíduo que a detém como representação de um objeto.

Dadas essas observações, nós estamos agora aptos, portanto, a delinear uma breve caracterização do que entendemos ser uma teoria *fregeana* da nomeação. Assim, nós apresentaremos, na seção seguinte, nossa compreensão acerca de como se poderia caracterizar uma teoria *fregeana* da nomeação tomando como base para essa caracterização o modo como Frege aplica sua distinção entre sentido e referência a nomes próprios.

1.2 – O Sentido e a Referência de Nomes Próprios

De acordo com Frege, a designação de um objeto por parte de um sinal se dá por meio da expressão de um sentido, isto é, algo no qual está contido um modo de apresentação desse objeto. Sobre isso, Frege pondera, portanto, que, em geral, a associação entre sinal, sentido e referência é tal que a cada sinal corresponde um sentido determinado e, conseqüentemente, uma referência determinada. Como vimos anteriormente, Frege admite, no entanto, que exceções a essa regra (o que chamamos de ‘princípio de conexão regular’) podem ocorrer. Uma dessas exceções seria representada pelos nomes próprios.

Assim, com base nas ponderações de Frege acerca de como nomes próprios não satisfazem a idéia de conexão regular, nós buscaremos oferecer um quadro explicativo do que se poderia chamar de ‘teoria *fregeana* da nomeação’.

Segundo Frege, nomes próprios, do ponto de vista de como eles são usados ordinariamente, podem estar associados a diversos sentidos. A razão para tanto, como nós vimos há pouco, reside na possibilidade de diferentes indivíduos associarem diferentes sentidos a um mesmo nome próprio. Para dar um exemplo, é possível, por um lado, que um certo indivíduo tome que o sentido expresso pelo nome próprio ‘Aristóteles’ contenha o modo de apresentação ser discípulo de Platão. Entretanto, concordaria Frege, que é possível, também, por outro lado, que um outro indivíduo tome que o sentido expresso pelo mesmo nome contenha não aquele modo de apresentação, mas outro: digamos, ser professor de Alexandre o Grande. Assim, nós podemos estabelecer como um primeiro aspecto da teoria *fregeana* da nomeação a assunção, feita por Frege, de que nomes próprios podem expressar diferentes sentidos.

No entanto, diante da possibilidade da variação do sentido, alguém poderia indagar se a referência de um nome próprio, bem como seu sentido, está sujeita a tal variação, ou seja, se, também, é possível que diferentes indivíduos associem diferentes referências a um mesmo nome próprio. Sobre essa possível indagação, Frege (1948, p.210, n.2) afirma que “enquanto a referência permanecer a mesma, tais variações de sentido podem ser toleradas, embora elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa e não devam ocorrer em uma linguagem completa”. A respeito dessa afirmação, nós podemos supor, portanto, que a variação de sentido que Frege tem em vista é aquela que justamente não afeta a referência de um nome próprio. Ou seja, para Frege, nós podemos, por exemplo, associar diferentes sentidos ao nome próprio ‘Aristóteles’, contanto que, ao fazermos isso, nós associemos sentidos que contenham diferentes modos de apresentação do mesmo objeto, a saber,

Aristóteles, sua referência costumeira. Nessa direção, não seriam sentidos passíveis de serem associados ao nome próprio ‘Aristóteles’ aqueles representados pelas descrições definidas ‘o discípulo de Alexandre’ e ‘o professor de Platão’, uma vez que tais sentidos contêm modos de apresentação que não correspondem a Aristóteles. Assim, nós poderíamos estabelecer como segundo aspecto da teoria *fregeana* da nomeação a idéia de que a referência de nomes próprios, ao contrário do seu sentido, não está sujeita à variação.

Por fim, nós poderíamos mencionar, ainda, um terceiro aspecto bastante representativo do ponto de vista *fregeano* acerca da nomeação. Como vimos há pouco, ao comentar a possibilidade de nomes próprios estarem associados a diferentes sentidos, Frege sugere que esses sentidos seriam passíveis de ser formulados em termos de uma expressão da forma *o x tal que Fx*, ou seja, descrições definidas. Essa sugestão seria atestada pelo fato de Frege, ao exemplificar os possíveis sentidos expressos pelo nome ‘Aristóteles’, representar esses sentidos através de expressões como ‘o discípulo de Platão’ e ‘o professor de Alexandre o Grande’, a saber, descrições definidas. Desse modo, se os sentidos expressos por nomes próprios podem ser representados por descrições definidas, nada nós impede de concluir que o sentido (e, por conseguinte, a referência) de um nome próprio é um conteúdo do tipo descritivo, ou seja, o mesmo conteúdo carregado por alguma descrição definida. Nessa direção, nós teríamos, por exemplo, que o sentido expresso pelo nome próprio 2, nome do número dois, seria dado por alguma descrição definida, uma descrição como, digamos, ‘o número par e primo’. Assim, nós podemos estabelecer que outro aspecto destacável da teoria *fregeana* da nomeação seria representado pela compreensão de que nomes próprios têm um sentido descritivo, ou seja, expressam um sentido que é o mesmo expresso por alguma descrição definida.

Capítulo 2 – O Argumento Modal de Kripke

O capítulo que se segue será dedicado especialmente a Kripke, ou, especificamente falando, à análise do seu assim chamado ‘argumento modal’. Essa terminologia é inspirada em Soames¹, que alega haver três tipos de argumentos oferecidos por Kripke contra aquelas teorias semânticas que analisam o significado, ou a referência, de nomes próprios em termos do significado, ou denotação, de descrições definidas associadas a esses nomes. Assim, de acordo com Soames, nós teríamos os argumentos semânticos, os argumentos epistemológicos e os argumentos modais. O primeiro tipo de argumento, o semântico, se caracteriza enquanto uma tentativa de provar que nomes próprios não têm sua referência determinada linguisticamente como sendo a denotação de uma descrição definida. A razão para isso, de acordo com o argumento semântico, seria que tal descrição pode não denotar nada, ou, ainda, denotar um outro objeto que não aquele referido pelo nome. O segundo tipo de argumento, o epistemológico, diz que o status epistêmico de uma sentença contendo nomes próprios difere do status epistêmico de uma sentença correspondente contendo descrições definidas. Para dar um exemplo, as sentenças ‘se N existe, N é o x tal que $F(x)$ ’ e ‘se o x tal que $F(x)$ existe, o x tal que $F(x)$ é o x tal que $F(x)$ ’ expressam proposições de tipos distintos: a saber, essa sentença, ao contrário daquela, expressa uma proposição cujo valor de verdade nós certamente sabemos a priori. De acordo com o argumento epistêmico, isso suportaria que a descrição o x tal que $F(x)$ e o nome N não têm de fato o mesmo significado. O terceiro e último tipo de argumento², o modal, basicamente tem em vista que os perfis modais de sentenças contendo nomes próprios e sentenças contendo descrições definidas são distintos.

¹ SOAMES (1998, p.1).

² Como nós veremos mais adiante, nossa caracterização do argumento *kripkeano* destoa ligeiramente daquela dada por Soames — muito embora ambas se aproximem, na medida em que destacam a ênfase conferida por Kripke ao comportamento modal de nomes próprios e descrições definidas.

Isso seria usado para mostrar que os significados de nomes não são dados pelas descrições associadas a eles.

O argumento modal de Kripke, apresentado em *Naming and Necessity*³, representa, portanto, uma de suas mais significativas objeções à teoria dos nomes próprios de Frege. No entanto, antes de propriamente apresentar e analisar o argumento modal, três pontos bastante distintivos da objeção defendida por Kripke deverão ser tratados. A razão para isso se deve ao fato de que o tratamento desses pontos é fundamental para a promoção de um claro entendimento do tipo de objeção que Kripke, ao formular o argumento modal, dirige à teoria *fregeana*. Os três pontos característicos da objeção *kripkeana* em questão, isto é, aqueles pontos a serem tratados tal como preliminares à apresentação e análise do argumento modal de Kripke, consistem basicamente em:

- (1) o modo como é caracterizada a teoria *fregeana* dos nomes próprios;
- (2) o tratamento dado à noção de mundo possível;
- (3) o tratamento dado à noção de designação rígida.

2.1 – O *Descritivismo*

Nesta seção, nós procuraremos explicitar, a partir da nossa análise acerca de certas passagens de *Naming and Necessity*⁴, como Kripke caracteriza a teoria *fregeana* dos nomes próprios — ou, para usar a terminologia corrente, o *descritivismo fregeano*. Como nós já mencionamos anteriormente, essa caracterização representa um dos pontos fundamentais da objeção que Kripke, ao prover seu argumento modal, dirige à teoria *fregeana* dos nomes próprios.

³ KRIPKE (1980).

⁴ Ibid.

Na *Lecture I*⁵ de *Naming and Necessity*, ao discutir a relação entre nomes próprios e descrições definidas, Kripke apresenta o *descriptivismo fregeano* como uma espécie de contraponto à teoria dos nomes não-conotativos de Mill. Lá, Kripke (1980, p.27, nossa tradução) afirma precisamente que:

[...] a tradição clássica da lógica moderna tem sido fortemente contrária à perspectiva de Mill. Frege e Russell pensaram, e parecem ter chegado a esses resultados independentemente um do outro, que Mill esteve equivocado num sentido bastante forte: um nome próprio, usado de modo apropriado, é simplesmente uma descrição definida abreviada ou disfarçada. Frege especificamente diz que uma tal descrição dá o sentido do nome.

Assim, segundo Kripke, por um lado, nós teríamos a teoria de Mill, uma teoria para a qual nomes próprios não conotam, isto é, “denotam os indivíduos a quem dão o nome, mas não afirmam nem implicam qualquer atributo como pertencente a esses indivíduos” (MILL, 1974, p.95). Então, de acordo com a teoria *milliana*, um nome próprio como ‘Foz do Iguaçu’, por exemplo, não conteria em seu significado, se há algum, qualquer atributo, ainda que esse nome tenha sido originalmente associado ao objeto por ele denotado em razão de esse objeto possuir o atributo de ser a cidade localizada na foz do rio Iguaçu. Em favor dessa visão, Mill (Ibid.) argumenta que mesmo “se a areia obstruísse a foz do rio ou um terremoto mudasse o seu curso e o afastasse da cidade, o nome da cidade não seria necessariamente mudado”. Assim, para Mill, nomes próprios — ao contrário de uma outra espécie de nomes individuais que são conotativos⁶ — denotam objetos independentemente da permanência de quaisquer uns de seus atributos e, portanto, tais termos não contêm informação alguma sobre o objeto denotado. Nomes próprios, portanto, afirma Mill (Ibid., p.97), “não têm, a rigor, nenhuma significação”.

⁵ KRIPKE (1980, pp.22-70).

⁶ Basicamente, o que se deve ter em vista aqui são aquelas expressões que modernamente chamamos de ‘descrições definidas’. Para dar uma definição, devemos dizer que, segundo Mill (1974, p.96), um nome é um termo individual e conotativo em razão de conter em seu significado algum(s) atributo(s) que seja(m) possuído(s) por um e somente um objeto.

No entanto, de acordo com Kripke, nós teríamos, por outro lado, isto é, na contramão da teoria dos nomes não-conotativos de Mill, a teoria *fregeana* dos nomes próprios, ou, simplesmente, o *descriptivismo*. Falando de um modo geral, nós poderíamos afirmar que Kripke caracteriza o *descriptivismo* como consistindo basicamente em uma teoria semântica para a qual nomes próprios expressam ou carregam um sentido, isto é, um conteúdo descritivo determinando o objeto designado pelo nome enquanto sendo algo da forma *o x tal que F(x)*. Assim, de acordo com a caracterização dada por Kripke, o *descriptivismo* enquanto uma teoria dos nomes próprios implica que todo e qualquer nome próprio reduz-se, na verdade, a uma descrição definida, a saber, aquela descrição da forma *o x tal que F(x)* representando o sentido supostamente carregado pelo nome. Para dar um exemplo, suponhamos que o nome próprio ‘Brasília’ expresse um sentido e que esse, por sua vez, determine a referência designada pelo nome enquanto sendo, digamos, a capital do Brasil em 2008. Nesse caso, não haveria nenhuma diferença semântica entre o nome próprio ‘Brasília’ e a descrição definida ‘a capital do Brasil em 2008’, uma vez que ambos — isto é, o nome e a descrição — designariam o mesmo objeto e esse, por sua vez, seria determinado pelo mesmo sentido; ou seja, ambos teriam sua referência determinada enquanto sendo a capital do Brasil em 2008. Desse modo, tal como considera Kripke (1980, p.58), a teoria *descriptivista* supõe que nomes próprios (como ‘Brasília’) devam ser tratados enquanto sinônimos daquelas descrições definidas (como ‘a capital do Brasil em 2008’) que alegadamente dariam o sentido e, por conseguinte, a referência a eles associado.

Assim, de acordo com o quadro descrito acima, o *descriptivismo* parece implicar justamente aquilo que é categoricamente negado por Mill: a saber, que nomes próprios são termos individuais conotativos. De acordo com esse quadro, portanto, a teoria *descriptivista*, ao supor que nomes próprios são sinônimos de descrições definidas, implicaria que tais nomes, na verdade, correspondem em significado a tais descrições. Nesse caso, dado que descrições

definidas, por definição, pressupõem ao menos um atributo relativo ao objeto por ela designado, e que, por essa mesma razão, tais descrições devam ser chamadas ‘termos individuais conotativos’, se o *descriptivismo*, como sugere Kripke, supõe que nomes próprios correspondem em significado a uma descrição definida, se segue, portanto, que, essa teoria, ao menos implicitamente, admite que nomes próprios devam ser tratados como termos individuais conotativos, isso, uma vez que tais nomes implicariam, ainda que indiretamente, aquele(s) atributo(s) pressuposto(s) pela descrição por eles abreviada. Portanto, tal como nós podemos entender, é desse modo que Kripke parece considerar o antagonismo existente entre o *descriptivismo* e a teoria *milliana*.

Contudo, como afirma Kripke (1980, p.27), haveria algumas razões muito mais favoráveis ao *descriptivismo* do que à teoria dos nomes não-conotativos de Mill. A título de exemplo, nós podemos citar três argumentos que, de acordo com Kripke, parecem conclusivos em proveito do ponto de vista *descriptivista* sobre nomes próprios.

O primeiro argumento, segundo Kripke (Ibid., pp.27-28), é uma tentativa de oferecer uma resposta adequada à seguinte questão: como é possível determinar qual é a referência associada a um nome próprio? Para alguns, a resposta é simples: nós sabemos a quem ou a que um nome próprio se refere porque aprendemos ostensivamente a associar um nome à sua respectiva referência, isto é, nós aprendemos a realizar essa associação observando repetidas vezes alguém apontando o objeto designado pelo nome e relacionando esse objeto ao nome que o designa. Entretanto, nesse caso, nós não saberíamos a quem ou ao que se refere um considerável número de nomes próprios, a saber, aqueles nomes próprios de objetos não mais existentes como, para dar alguns exemplos, os nomes próprios históricos ‘Sócrates’, ‘Platão’, ‘Aristóteles’. A razão para isso é que seria impossível apontar para tais objetos, dado que eles, evidentemente, não mais existem. Por outro lado, a resposta *descriptivista* parece solucionar esse problema: segundo tal resposta, nós aprenderíamos a associar adequadamente um nome

próprio à sua respectiva referência na medida em que apreenderíamos o sentido carregado pelo nome; dessa forma, uma vez que esse sentido consiste justamente naquilo que determina o que vem a ser o objeto designado pelo nome, é indiferente que se possa ou não apontar para esse objeto a fim de saber a quem o nome se refere. Assim, uma forte razão em favor da teoria *descriptivista* é que ela explica, ao contrário da teoria dos nomes não-conotativos de Mill, o modo como é determinada a referência designada por certos nomes próprios.

O segundo argumento mencionado por Kripke (1980, pp.28-29) consiste em uma tentativa de explicar por que certas sentenças verdadeiras do tipo '*N é P*', tal que *N* e *P* representam nomes próprios co-referenciais designando um mesmo objeto *x*, são informativas. Ou seja, o que temos aqui é uma tentativa de explicação de por que tais sentenças, embora pareçam afirmar somente que um objeto *x* é idêntico a si mesmo, na realidade, afirmam uma verdade não-analítica. Segundo o argumento, que essas sentenças sejam informativas se deve ao fato de cada nome próprio componente estar associado a um sentido que determina de modo particularmente distinto o objeto designado. Assim, uma vez que os sentidos associados aos nomes *N* e *P* sejam dados, respectivamente, por descrições definidas co-referenciais dos tipos *o y tal que F(y)* e *o z tal que G(z)* designando um dado objeto *x*, se segue que a sentença '*N é P*' equivale, na verdade, à sentença informativa '*o y tal que F(y) é o z tal que G(z)*', e não, tal como alguém poderia supor, à sentença trivial '*x é x*'. Para dar um exemplo (vamos assumir que os personagens fictícios exemplificados a seguir sejam pessoas reais), nós temos que os nomes próprios '*Clark Kent*' e '*Kal-El*' se referem a, respectivamente, o *kriptoniano* adotado pela família Kent e o filho de Jor-El e Lara. Contudo, qualquer um que conheça minimamente a história em questão sabe que Clark Kent e Kal-El são a mesma pessoa, a saber, Super-Homem. Nesse caso, de acordo com o argumento, quando proferimos a sentença '*Clark Kent é Kal-El*', nós afirmamos não somente que Super-Homem é idêntico a si mesmo, mas que o *kriptoniano* adotado pela família Kent é o filho de Jor-El e

Lara. Desse modo, aquela sentença equivaleria não à sentença trivial ‘Super-Homem é Super-Homem’, mas à sentença informativa ‘o *kriptoniano* adotado pela família Kent é o filho de Jor-El e Lara’. Assim, uma outra razão em favor do *descriptivismo* seria que essa teoria semântica nos permite explicar, como diria Kripke (1980, p.29), “o real significado” dos enunciados de identidade em questão.

O terceiro argumento, por fim, consiste, segundo Kripke (Ibid.), em explicar por que aquelas sentenças verdadeiras da forma ‘*N* não existe’, onde *N* exemplifica um nome próprio, não implicam um contra-senso. Segundo o argumento, seria contra-intuitivo considerar que uma sentença tal como ‘Papai Noel não existe’ afirma de um certo objeto (nesse caso, o indivíduo designado pelo nome próprio ‘Papai Noel’) que ele não existe, porque tal modo de considerar o que é afirmado por esse tipo de sentença suporia o contra-senso de, por um lado, haver um objeto (a saber, Papai Noel), e, por outro, esse mesmo objeto não existir. Assim, de acordo com o argumento, uma maneira de evitar o referido contra-senso seria considerar que os nomes próprios componentes de tais sentenças existenciais estejam associados cada qual a um sentido: uma vez que esse sentido implica certa(s) propriedade(s), o que seria de fato afirmado por uma sentença da forma ‘*N* não existe’ envolveria não a inexistência do objeto designado pelo nome próprio componente, mas a inexistência de qualquer objeto correspondendo àquelas propriedades implicadas pelo sentido expresso pelo nome.

Um outro aspecto relevante relativo à caracterização *kripkeana* do *descriptivismo* é que essa teoria pode ser considerada de dois modos distintos. Assim, de acordo com Kripke (Ibid., pp.31-32), nós podemos tomar o *descriptivismo* ou enquanto uma teoria do significado, ou enquanto uma teoria da referência. Dessa forma, por um lado, nós poderíamos considerar que, segundo o *descriptivismo*, nomes próprios têm seus respectivos significados dados por aquelas descrições definidas do tipo *o x tal que F(x)*. Considerando dessa forma o *descriptivismo*, isto é, considerando-o enquanto uma teoria do significado, nós teríamos, tal como afirma Kripke

(1980, p.32, nossa tradução), que “quando alguém diz ‘Walter Scott’, ele quer dizer o homem tal e tal (...)”. Por outro lado, nós poderíamos tomar que, de um ponto de vista *descritivista*, nomes próprios, independentemente de significarem ou não algo como *o x tal que F(x)*, têm sua referência dada justamente por uma descrição definida da forma *o x tal que F(x)*. Desse modo, tomar o *descritivismo* enquanto uma teoria da referência implicaria justamente em admitir, tal como menciona Kripke (Ibid., nossa tradução), que:

[...] apesar de a descrição [isto é, uma descrição definida da forma *o x tal que F(x)*] em algum sentido não dar o significado do nome, ela é o que determina sua referência e embora a expressão ‘Walter Scott’ não seja um sinônimo de ‘o homem tal e tal’ [...], a descrição simples é usada para determinar a quem alguém se refere quando diz ‘Walter Scott’.

Tendo em vista essa distinção, Kripke supõe que Frege provê tanto uma teoria do significado, quanto uma teoria da referência de nomes próprios. A razão para isso, segundo Kripke, consiste em que para Frege o sentido associado a um nome próprio desempenha uma dupla função semântica. Como afirma Kripke (Ibid., p.59, nossa tradução):

Frege toma o sentido de um designador [isto é, qualquer termo singular, segundo a terminologia de Kripke] a ser seu significado e ele o toma também a ser o modo a partir do qual sua referência é determinada. Identificando os dois, ele supõe que ambos sejam dados por descrições definidas [...]. Uma descrição pode ser usada como sinônimo de um designador, ou ela pode ser usada para fixar sua referência. Os dois sentidos fregeanos de ‘sentido’ correspondem aos dois sentidos de ‘definição’ no modo de falar ordinário.

Assim, de acordo com a leitura de Kripke, o *descritivismo fregeano* não prevê que haja qualquer diferença semântica significativa entre descrições definidas e nomes próprios: segundo ele, Frege defenderia que qualquer termo singular, seja ele uma descrição definida ou um nome próprio, além de designar um e o mesmo objeto, sua referência, expressa um e o mesmo sentido. Em outras palavras, para Kripke, aquela idéia *fregeana* de uma conexão

regular entre sinal, sentido e referência⁷ se aplicaria indiscriminadamente tanto às descrições definidas, quanto aos nomes próprios. Desse modo, na medida em que o sentido e a referência associados a qualquer nome próprio seriam dados por uma descrição definida, segue-se, portanto, que um nome próprio abrevia uma única e a mesma descrição definida. Eis aí a razão para, de acordo com a leitura *kripkeana*, considerarmos que “Frege certamente [...] parece ter a teoria de acordo com a qual um nome próprio é sinônimo com relação à descrição que o substitui” (KRIPKE, 1980, p.58, nossa tradução), isto é, substitui na medida em que expressa o mesmo sentido e designa a mesma referência.

Ademais, vale antecipar que é precisamente tendo em vista esse quadro — isto é, que nomes próprios estão associados a um e o mesmo sentido e, por conseguinte, que seus significados são dados por uma única e a mesma descrição definida — que Kripke dirige sua objeção a Frege. Como veremos mais adiante, a idéia de Kripke, ao prover seu argumento modal, é que Frege esteve equivocado em sustentar que nomes próprios, à maneira das descrições definidas, carregam um único e o mesmo sentido. Assim, é justamente contra a idéia, supostamente *fregeana*, de que há uma conexão regular entre nomes próprio e sentido que Kripke desenvolve o referido argumento.

2.2 – A Concepção *Kripkeana* de Mundos Possíveis

Nesta seção, ao explorar algumas passagens de *Naming and Necessity*, nós procuraremos evidenciar o tratamento dado por Kripke à noção de mundo possível. Para dar uma descrição mais acurada desse tratamento, nós nos ocuparemos em discutir algumas questões que de certo modo estão em conexão com o quadro *kripkeano* do que são mundos possíveis.

⁷ “Ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada” (FREGE, 1948, p.210).

Em certa passagem, Kripke (1980, p.40, nossa tradução) lança a seguinte questão: “Podemos dizer de qualquer particular que ele tem propriedades necessárias ou contingentes, ou mesmo fazer uma distinção entre propriedades necessárias e contingentes?”. Para alguns filósofos⁸, considera Kripke, dizer de um objeto qualquer que ele tem necessariamente ou contingentemente certa propriedade depende do modo como descrevemos tal objeto. Nesse caso, a propriedade ser número natural maior que um e menor que três seria, por um lado, necessária com respeito a dois, se definimos esse objeto como o número par/primo, e, por outro, contingente, se definimos esse mesmo objeto como o número de títulos da copa do mundo de futebol conquistados pelo Uruguai. Mas haveria aí uma boa razão para “trivializarmos” de tal modo a idéia de uma distinção entre propriedades necessárias e contingentes? Para Kripke, a resposta é certamente não. Em favor da não trivialidade dessa idéia, ele argumenta que a questão de se tal e tal propriedade vem a ser necessária ou contingente relativamente a um dado objeto é intuitiva porque equivale a uma outra questão evidentemente intuitiva: a saber, a questão de se o objeto em alguma situação possível poderia ou não deixar de ter aquela propriedade. Seguindo a linha argumentativa de Kripke, o que na verdade fazemos quando, por exemplo, questionamos se ser presidente do Brasil em 2008 é necessário ou contingente com respeito a Lula, consiste basicamente em perguntar se numa outra circunstância diferente da atual Lula poderia ter perdido a disputa pelo segundo mandato nas eleições de 2004. Assim, Kripke conclui que consiste num equívoco sustentar que seja contra-intuitivo indagar se um dado objeto poderia ou não deixar de ter as propriedades tidas por ele atualmente.

Não obstante tal conclusão, Kripke pondera ainda que alguém pudesse alegar que seu argumento intuitivo oferece evidências muito pouco conclusivas em favor de que é significativo falar acerca da distinção entre propriedades necessárias e contingentes. Uma das

⁸ Como exemplos desses filósofos, nós podemos citar Quine. Segundo ele, “ser necessariamente ou possivelmente de uma determinada maneira é em geral não uma característica do objeto em questão, mas depende do modo por meio do qual o objeto é referido” (QUINE, 1963, p.148, nossa tradução).

razões por detrás dessa alegação é, diz Kripke (1980, p.42), a suposição de que há uma equivalência entre a questão envolvendo propriedades essenciais e a questão da identidade *transmundana*. Colocando de outra maneira, essa suposição consiste em tomar que para considerarmos quais propriedades um dado objeto poderia ou não poderia deixar de ter numa situação possível, nós devemos dispor antecipadamente de um conjunto de condições necessárias e suficientes que permita de modo bem definido identificar aquele objeto nessa situação possível, ou seja, devemos dispor de um critério de identidade *transmundana* para tal objeto. Exemplificando, a idéia é que nós somente sabemos que ter sido o melhor jogador de futebol do Flamengo é essencial ou acidental com respeito a Zico — isto é, que numa situação possível Zico poderia ter ou não ter sido o melhor jogador de futebol do Flamengo — se de antemão possuirmos um critério dando a identidade de Zico para todos os mundos possíveis. Essa questão, contudo, é ambígua. Por um lado, parece não haver grandes controvérsias em se falar de algo como um critério de identidade *transmundana* para objetos matemáticos: por exemplo, não temos nenhuma hesitação em dizer sobre o número dois que ele é necessariamente par/primo e contingentemente o número de copas conquistadas pelo Uruguai. Por outro lado, no que tange a objetos materiais, é de fato extremamente problemático dar condições necessárias e suficientes que permitam dizer o que é essencial ou acidental relativamente a Zico, Everest, aquela mesa, etc. Assim, (embora Kripke não afirme expressamente, o que se segue parece consequente com a sua reflexão) para aqueles filósofos, na medida em que não dispomos de um critério de identidade para objetos materiais e havendo ainda uma suposta equivalência entre aquelas duas questões (propriedades essenciais e identidade *transmundana*), seria contra-intuitivo, ao menos em se tratando de objetos materiais, nós considerarmos de modo significativo a distinção entre propriedades necessárias e contingentes.

No entanto, mesmo admitindo que haja alguma dificuldade em se estipular um critério de identidade *transmundana* para objetos materiais, Kripke discorda que seja contra-intuitivo nós considerarmos a questão de se um objeto tem necessariamente ou contingentemente tais e tais propriedades — ou o que é equivalente, de acordo com a visão *kripkeana*, à questão de se numa situação possível esse objeto poderia ou não poderia deixar de ter algumas de suas propriedades atuais. A razão para tal discordância, tal como parece estar sugerido em *Naming and Necessity* (1980, p.43), pode ser encontrada na objeção de Kripke à suposição de que a questão da identidade *transmundana* depende de um certo quadro do que são mundos possíveis. Assim, antes de tratarmos propriamente dessa objeção, vamos falar sobre como se constitui o tal quadro do que são mundos possíveis criticado por Kripke.

Segundo esse quadro, mundos possíveis são caracterizados de modo puramente qualitativo, ou seja, um mundo possível consiste simplesmente num mero arranjo atual ou não-atual de certas propriedades. Assim, conforme essa caracterização, diz Kripke (Ibid.), um mundo possível é visto como um “país estrangeiro”, onde nós observamos não este ou aquele objeto, mas estas ou aquelas dentre as suas respectivas qualidades — isto é, observamos, por exemplo, não se “algo é Nixon”, mas se “algo tem cabelo vermelho (ou verde ou amarelo)” (KRIPKE, Ibid.). Portanto, se concordamos com esse quadro, para identificar um objeto num mundo possível, nós devemos antecipadamente contar com um critério dando as condições necessárias e suficientes para determinar as propriedades essenciais, e, também, as acidentais, possuídas por esse objeto; caso contrário, nós não saberíamos como identificá-lo. Entretanto, como nós vimos há pouco, não parece que dispomos de um critério de identidade *transmundana* tão bem definido para objetos materiais, de modo que seria contra-intuitivo, diriam os proponentes desse quadro, nós pensarmos mundos possíveis contendo tais objetos, ou, o que seria equivalente, considerarmos as propriedades de um objeto material em termos do que é necessário ou contingente relativamente a tal espécie de objeto.

Dentre os proponentes desse quadro, Kripke destaca a si próprio como tendo sido um dos encorajadores do referido modo de caracterizar mundos possíveis. Entretanto, confessa o autor, esse não parece ser o modo correto de se pensar mundos possíveis. Para Kripke, um mundo possível é meramente o resultado de um experimento mental bastante simples que consiste basicamente em, considerando um objeto x qualquer, estipular uma situação *contrafactual* possível, isto é, não-atual e não-contraditória, envolvendo x . Por exemplo, imagine a situação tal que Alkmin em 2006 tivesse sido eleito o presidente do Brasil. O resultado disso, diria Kripke, figura um mundo possível. Porém, ele adverte que embora mundos possíveis sejam dados pelas condições descritivas que associamos a eles, não é necessário que sua descrição deva constitui uma descrição total desses mundos — isto é, uma descrição de tudo que fosse verdadeiro e falso relativamente a cada mundo possível considerado. Ainda, sustenta Kripke (1980, p.44), não é necessário também que um mundo possível seja descrito de modo puramente qualitativo: por exemplo, não é necessário que, para imaginar a situação *contrafactual* na qual Alkmin tivesse sido eleito presidente do Brasil em 2006, nós tenhamos que supor algo como a situação em que o indivíduo com tais e tais características tivesse ganhado a eleição presidencial de 2006. Mas por que, para Kripke, nem uma descrição total, nem uma descrição em termos puramente qualitativos concordam com o modo correto de se considerar mundos possíveis? Basicamente, responderia Kripke, porque esse quadro, ou modo de considerar o que são mundos possíveis, não condiz com a maneira como nós ordinariamente pensamos mundos possíveis: para tanto, basta indicarmos um objeto e estipularmos uma situação *contrafactual* contendo esse objeto.

Mas por que o problema da identidade *transmundana* de objetos materiais não se põe à visão *kripkeana* de mundos possíveis? Ou, colocando de outro modo, por que a visão *kripkeana* evita que a distinção entre propriedades contingentes e necessárias de objetos materiais seja considerada contra-intuitiva? De acordo com Kripke, isso ocorre porque sua

visão não exige que o objeto seja identificado por meio de condições necessárias e suficientes, uma exigência que é o caso quando descrevemos mundos possíveis de modo puramente qualitativo. Como vimos há pouco, conforme esse quadro, isto é, o quadro segundo o qual mundos possíveis devem ser descritos de modo puramente qualitativo, um mundo possível é um conjunto não-atual de propriedades no qual nós somente podemos identificar um objeto se sabemos de antemão quais são as condições necessárias e suficientes que irão permitir capturá-lo em meio ao aglomerado de propriedades. Por outro lado, assumindo uma visão tal qual a de Kripke, para capturar e considerar um objeto numa situação *contrafactual*, basta nós podermos indicá-lo e, além disso, ter algum sentimento sobre quais propriedades esse objeto poderia ou não poderia deixar de ter, ou seja, uma intuição acerca do que é e do que não é necessário acerca desse objeto. Desse modo, para considerar um mundo possível contendo Cate Blanchett é suficiente, além de poder indicá-la, saber algumas coisas necessárias sobre ela — como, por exemplo, que ela é composta de moléculas, é um ser humano, etc. Assim, Kripke argumenta em favor de que é perfeitamente intuitivo se falar em propriedades necessárias e contingentes, se nós assumimos uma visão do que são mundos possíveis que evita o problema da identidade *transmundana* — a saber, a visão *kripkeana*.

2.3 – A Concepção *Kripkeana* de Designação Rígida

Nesta seção, nosso objetivo é destacar um outro ponto fundamental na crítica que Kripke, a partir do seu argumento modal, endereça à teoria *fregeana* dos nomes próprios. Assim, aqui nós iremos tentar, ao discutir certas passagens de *Naming and Necessity*, delinear o tratamento dado por Kripke à noção de designação rígida.

Um designador rígido, ao contrário de um designador não-rígido, ou acidental, afirma Kripke (1980, p.48), é qualquer termo singular que designe necessariamente o mesmo objeto

em todos os mundos possíveis onde quer que esse objeto exista. Se o termo singular, além disso, designa de modo rígido um objeto necessariamente existente, ou seja, um objeto que exista em todos os mundos possíveis, então, se segue que tal termo seja um designador fortemente rígido.

Assim, de acordo com a concepção *kripkeana*, descrições definidas tais como ‘o número de países que foram sede da copa de 2002’ e ‘o número par e primo’, não obstante terem como referência no mundo atual o mesmo objeto, são designadores de tipos distintos: isto é, essas descrições são, respectivamente, um designador acidental e um designador rígido. A razão para tanto se encontra implícita na definição há pouco dada e consiste em, por um lado, a segunda descrição se referir ao mesmo número em todos os mundos possíveis e, por outro, a primeira descrição poder, em alguns mundos possíveis, denotar um outro número que não dois. Evidências em favor disso, concordaria Kripke, poderiam ser obtidas a partir do seguinte teste intuitivo: para verificarmos se uma descrição definida do tipo *o x tal que F(x)* é um designador rígido ou acidental, basta nós podermos imaginar ao menos um mundo possível em que (i) as convenções lingüísticas que regem o uso de *o x tal que F(x)* sejam as mesmas que regem seu uso no mundo atual e (ii) *o x tal que F(x)* não se refira de modo atributivo⁹ àquele mesmo objeto denotado no mundo atual; se isso é possível, então, a descrição definida designa sua referência atual acidentalmente; caso contrário, nós estaríamos lidando com o que para Kripke seria um legítimo designador rígido. Desse modo, uma vez que é perfeitamente intuitivo imaginar uma situação *contrafactual* na qual a descrição definida ‘o número de países que foram sede da copa de 2002’ designa o número um, por exemplo, um mundo possível em que todos os jogos da copa de 2002 tivessem ocorrido somente no Japão (ou somente na Coréia do Sul, ou somente em qualquer um outro único

⁹ Dizemos ‘de modo atributivo’, porque, tal como distingue Donnellan, em *Reference and Definite Descriptions* (1966, pp. 231-243), uma descrição definida poderia ser usada, também, de modo referencial. Nesse caso, uma descrição do tipo *o x tal que F(x)* poderia ser usada de tal modo que ela se refira não àquele objeto x que satisfaz a propriedade de ser F, mas a qualquer outro objeto que, de acordo com as intenções do falante, num dado contexto de proferimento, seja o objeto pretendido como a referência da descrição.

país), nós temos que essa descrição definida é um designador accidental. Por outro lado, na medida em que é contra-intuitivo estipular um mundo possível no qual a descrição definida ‘o número par e primo’ não se refira ao número dois, nós temos que essa descrição definida, diferentemente daquela, é um designador rígido.

Entretanto, de acordo com Kripke (1980, p.48), não apenas aquelas descrições definidas denotando objetos necessários, como, por exemplo, as descrições da matemática, designam rigidamente: para o autor, nomes próprios também são designadores rígidos. A razão em favor dessa tese, alega Kripke, é que nomes próprios satisfazem perfeitamente aquele teste intuitivo mencionado há pouco. Sobre isso, Kripke (Ibid., p.49, nossa tradução) diz que “embora alguém que não o presidente dos EUA em 1970 pudesse ter sido o presidente dos EUA em 1970 [...], ninguém a não ser Nixon poderia ter sido Nixon”. Sendo assim, de acordo com Kripke, embora possamos imaginar um mundo possível em que a descrição definida ‘o presidente dos EUA em 1970’ venha a designar uma outra pessoa que não o presidente dos EUA em 1970 no nosso mundo atual, nós não podemos do mesmo modo conceber um mundo possível no qual o nome próprio ‘Nixon’ não se refira a Nixon¹⁰. Segundo a sugestão de Kripke, portanto, a aplicação daquele teste intuitivo a nomes próprios ofereceria evidências bastante favoráveis a tratarmos termos singulares tais como ‘Aristóteles’, ‘Frank Sinatra’, ‘Cate Blanchett’, enfim, nomes próprios, enquanto designadores rígidos.

Avançando em nossa caracterização da abordagem *kripkeana* sobre a rigidez referencial de nomes próprios, importa mencionar ainda um aspecto bastante distintivo dessa abordagem relativamente às outras abordagens que também se ocupam em explicar o papel semântico de tais expressões, sobretudo, o *descriptivismo*. Esse aspecto, nós devemos dizer, consiste basicamente na suposição de que há uma diferença significativa entre nomes próprios

¹⁰ É claro que aqui se trata de um mundo possível no qual o uso linguístico do nome próprio ‘Nixon’ é determinado pelas mesmas convenções linguísticas que regulam o uso desse mesmo nome no mundo atual.

e descrições definidas (sejam essas descrições rígidas ou não): a saber, que aqueles termos, ao contrário desses, são diretamente referenciais, ou seja, são termos que referem sem supor, ou implicar, qualquer propriedade do objeto referido. Para colocar a questão em termos *fregeanos*, diríamos que, conforme a abordagem de Kripke, nomes próprios não têm sentido, ou não há nada tal como um conteúdo descritivo promovendo a conexão semântica entre sinal e referência. Assim, a rigidez referencial de nomes próprios tem uma natureza distinta se a compararmos com a rigidez referencial de certas descrições definidas. Uma descrição definida é rígida, se o sentido, ou conteúdo descritivo associado a ela, contém alguma(s) propriedade(s) necessária(s) e suficiente(s) que de modo unívoco é (são) satisfeita(s) por um e somente um objeto. Nessa direção, a rigidez referencial da descrição definida ‘o número par/primo’ é explicada por haver um, e somente um, objeto satisfazendo, em todos os mundos possíveis, onde quer que esse objeto exista, a propriedade de ser par e primo — isso, supondo que essa propriedade e não outra é aquela sendo implicada pelo sentido carregado pela descrição.

Assim, dado que nomes próprios são designadores rígidos diretamente referenciais, uma vez que contamos com nomes próprios para nos referirmos de modo não-descritivo aos mesmos objetos em qualquer mundo possível, nós evitamos ter que descrever objetos e situações *contrafactuais* de modo puramente qualitativo e, por conseguinte, não nos comprometemos em dispor um critério de identidade *transmundana* para objetos envolvendo condições necessárias e suficientes para identificação desses objetos. Ao supor tudo isso, Kripke conclui, portanto, que as identificações *transmundanas* não são problemáticas naqueles casos em que nos propomos a imaginar objetos materiais e situações *contrafactuais* contendo tais objetos, porque nesses casos nós podemos justamente nos referir direta e rigidamente a esses objetos e estipular o que poderia ter acontecido com eles sob certas circunstâncias.

2.4 – Preliminares a uma Análise do Argumento Modal

Do que foi discutido na última seção ficou pendente uma importante questão intimamente relacionada à concepção *kripkeana* acerca da rigidez de nomes próprios: a saber, a questão de por que termos singulares tais como ‘Sócrates’, ‘Netuno’, ‘K2’, enfim, nomes próprios, seriam expressões diretamente referenciais – isto é, a questão sobre o que justificaria a tese de que o significado de um nome próprio não envolve aquilo que Frege chamaria de ‘sentido’. Uma justificativa para tese mencionada acima, a tese da referência direta de nomes próprios, é provida, ou ao menos está implícita, em uma das objeções dirigidas por Kripke à teoria *fregeana* dos nomes próprios: a saber, o argumento modal. No entanto, antes de nos ocuparmos em efetivamente analisar esse argumento, nós tentaremos, nessa seção, dar uma idéia geral do contexto em que surge tal objeção a Frege.

Como nós vimos há pouco, segundo Kripke (1980, p.31), a teoria *descriptivista* dos nomes próprios de Frege pode ser considerada segundo dois pontos de vista distintos: isto é, ela pode ser considerada ou como uma teoria do significado, ou como uma teoria da referência. Assim, de acordo com Kripke, nós podemos tomar que o sentido *fregeano* funciona ou bem para definir o significado, ou bem para fixar num certo contexto a referência de um nome próprio. Para Kripke, contudo, a diferença entre os dois pontos de vistas mencionados acima está estreitamente conectada a uma questão envolvendo a relação entre descrições definidas e nomes próprios: a saber, trata-se da questão se de fato tais descrições definem o significado associado a um nome ou se, por outro lado, elas servem somente para fixar num certo contexto sua referência. O seguinte exemplo, embora não envolva um nome próprio, ilustra bem o tipo de questão vislumbrada por Kripke. Considere a expressão ‘1 metro’. Considere ainda que para muitos o significado dessa expressão seja definido pela descrição ‘o comprimento de S em t_0 ’ – tal que S representa o nome de uma determinada

barra de platina em Paris e t_0 designe um determinado instante. Nesse caso, isto é, se aquela descrição define a unidade métrica, então, se segue que a proposição expressa pela sentença ‘1 metro é o comprimento de S em t_0 ’ deva ser necessariamente verdadeira. Contudo, tal como afirma Kripke (1980, p.54), que aquela sentença afirme uma verdade necessária é um engano. A razão em favor dessa afirmação, concordaria Kripke, consiste em que é evidentemente contingente que 1 metro seja o comprimento de S em t_0 , ou seja, que é perfeitamente concebível uma situação *contrafactual* tal que S tenha em t_0 um outro comprimento que não 1 metro. Dado isso, Kripke conclui, portanto, ser equivocado tomar que a descrição não-rígida ‘o comprimento de S em t_0 ’ defina o significado da expressão rígida ‘1 metro’: ao passo em que a descrição definida pode denotar diferentes medidas em diferentes mundos possíveis, a expressão ‘1 metro’ designa necessariamente o mesmo comprimento, a saber, 1 metro. Não obstante tal conclusão, Kripke (Ibid., p.55) admite ser plenamente razoável que aquela descrição definida possa ser usada somente para fixar a referência dessa expressão num certo contexto. Assim, para Kripke, independentemente de a descrição definida ‘o comprimento de S em t_0 ’ supor algo não-essencial relativamente à unidade métrica, a saber, a propriedade de ser o comprimento da barra S em t_0 , é bastante razoável que tal descrição possa ser utilizada numa eventual determinação daquilo que venha a ser significado pela expressão ‘1 metro’.

Do que foi dito acima, ficou sugerido, portanto, que, para Kripke, a análise do *descriptivismo fregeano* em termos de uma teoria do significado dos nomes próprios parece implicar o mesmo tipo de problema discutido acima, a saber, aquele problema envolvendo a relação entre descrições definidas não-rígidas e designadores rígidos. Como afirma Kripke (Ibid., p.30, nossa tradução):

Se ‘Aristóteles’ significa o homem que ensinou Alexandre o Grande, então dizer Aristóteles foi professor de Alexandre o Grande seria uma mera tautologia. Mas certamente isso não é o caso; isso expressa o fato de que Aristóteles ensinou Alexandre o Grande, algo que nós poderíamos descobrir ser falso.

Assim, se o significado associado a um nome próprio fosse definido por uma descrição definida não-rígida, então, esse nome não seria um designador rígido, isto é, esse nome não designaria necessariamente o mesmo objeto, uma vez que diversos outros objetos em outros mundos possíveis poderiam satisfazer a(s) propriedade(s) implicada(s) pela descrição. Para dar um exemplo, tomemos o nome próprio ‘Netuno’ e, ainda, suponhamos que o significado associado a esse nome seja definido pela seguinte descrição: ‘o planeta que causou tais e tais discrepâncias nas órbitas de certos outros planetas’. Se nós assumimos que essa descrição define o significado associado ao nome, então, ‘Netuno’ deve contraditoriamente poder designar outro objeto que não Netuno, uma vez que é plenamente intuitivo que numa situação *contrafactual* o objeto causador de tais e tais discrepâncias fosse outro planeta que não aquele que no nosso mundo atual nós chamamos pelo nome ‘Netuno’. Essa contradição, no entanto, é contornada, considera Kripke, se, ao invés de tomarmos aquela descrição definida não-rígida como definindo o significado de um nome próprio, nós a considerarmos somente como aquilo que fixa, num determinado momento, um mesmo objeto enquanto sendo o objeto a ser designado pelo nome em todos os mundos possíveis. Desse modo, isto é, considerando que a descrição definida ‘o planeta que causou tais e tais discrepâncias nas órbitas de certos outros planetas’ apenas fixa num certo contexto a referência do nome próprio ‘Netuno’, mas não considerando essa descrição enquanto aquilo que define o significado desse nome, ao estipularmos a situação *contrafactual* na qual Netuno não é um planeta, nós não implicamos a situação contraditória tal que o planeta causador de tais e tais discrepâncias não é um planeta, situação essa que não condiz com o que intuitivamente estipulamos quando imaginamos um mundo possível onde esse objeto, Netuno, não é um planeta. Para Kripke, portanto, a análise correta acerca da relação entre descrições definidas e nomes próprios deve ser dada em termos de uma teoria da referência. Assim, de acordo com a visão *kripkeana*, é plenamente razoável supormos que, ao menos em alguns casos, o objeto designado por um nome próprio seja

fixado por uma descrição definida de maneira correlata ao modo como a unidade métrica provavelmente fora fixada.

2.5 – O Argumento Modal

Com base na perspectiva de que a influência semântica de descrições definidas sobre nomes próprios se restringe tão somente à fixação ocasional da referência dessas expressões, Kripke (1980, p.59, nossa tradução) argumenta que “Frege deve ser criticado por usar o termo ‘sentido’ em dois sentidos”. Por esse uso ambíguo do termo ‘sentido’, Kripke basicamente entende que o sentido de um nome próprio é tomado por Frege enquanto equivalendo simultaneamente ao seu significado e, também, ao modo por meio do qual sua referência é linguisticamente determinada. Dessa forma, Kripke infere que Frege, ao identificar esses dois aspectos, implica que o sentido e, por conseguinte, a referência associados a um nome próprio sejam dados por uma descrição definida. E é tendo em vista essa implicação, isto é, que um nome designa descritivamente a referência por meio de um sentido, que Kripke argumenta que a visão *fregeana* sobre nomes próprios deve ser rejeitada. As razões em favor dessa rejeição podem ser depreendidas em muito daquilo que já discutimos até aqui, mas, a fim de melhor explicitá-las, nós iremos, nessa seção, analisar de modo efetivo o que diz propriamente a argumentação de Kripke contra a tese de que nomes próprios tenham sentido, ou seja, analisaremos o seu argumento modal.

Em certa passagem de *Naming and Necessity*, Kripke (1980, pp.48-49, nossa tradução) afirma:

Uma das teses intuitivas que eu irei manter nessas conferências é que nomes são designadores rígidos. Certamente eles parecem satisfazer o teste intuitivo mencionado acima: embora um outro alguém que não o presidente dos EUA em 1970 [em nosso mundo atual] pudesse ter sido o presidente dos EUA em 1970 [em algum mundo possível] (por exemplo, Humphrey poderia ter sido), nenhum outro a

não ser Nixon poderia ter sido Nixon. Do mesmo modo, um designador designa rigidamente um certo objeto se ele designa esse objeto onde quer que o objeto exista [...]. Por exemplo, 'o presidente dos EUA em 1970' designa um certo homem, Nixon; mas outro alguém (por exemplo, Humphrey) poderia ter sido o presidente dos EUA em 1970, e Nixon poderia não ter sido; assim, esse designador não é rígido.

Nessas preleções, eu argumentarei, intuitivamente, que nomes próprios são designadores rígidos, porque, embora o homem (Nixon) pudesse não ter sido o presidente, não é o caso que ele poderia não ter sido Nixon (embora ele pudesse não ter sido chamado de 'Nixon').

Na passagem acima, Kripke ressalta justamente a já mencionada diferença que ele concebe entre nomes próprios e descrições definidas co-referenciais: a saber, que todo e qualquer termo singular daquele tipo (nomes), ao contrário desses termos (descrições), designa rigidamente o objetos nomeado. Tendo em vista essa diferença significativa entre nomes próprios e certas descrições definidas, Kripke (1980, p.57, nossa tradução) argumenta:

Suponha que a referência de um nome seja dada por uma descrição [...]. Se o nome significa o mesmo que a descrição [...], ele não será um designador rígido. Ele não irá necessariamente designar o mesmo objeto em todos os mundos possíveis, uma vez que outros objetos poderiam ter tido as propriedades dadas [pela descrição] em outros mundos possíveis, a não ser (é claro) que nós nos surpreendêssemos usando propriedades essenciais em nossa descrição. Assim suposto, nós dizemos 'Aristóteles é o homem mais importante que estudou com Platão'. Se nós usamos isso como uma definição, o nome 'Aristóteles' significa 'o homem mais importante que estudou com Platão'. Então é claro que em alguns outros mundos possíveis esse homem poderia não ter estudado com Platão e algum outro homem teria sido Aristóteles. Se, por outro lado, nós meramente usamos a descrição para fixar a referência, então, esse homem será a referência de 'Aristóteles' em todos os mundos possíveis. O único uso da descrição terá sido selecionar o homem a quem pretendemos nos referir. E, então, quando nós dizemos de maneira contrafactual 'suponha que Aristóteles nunca tenha se ocupado com filosofia', nós não temos que dizer 'suponha que o homem que estudou com Platão, e ensinou Alexandre o Grande, e escreveu isso e aquilo, e por aí vai, nunca tenha se ocupado com filosofia', o que poderia parecer uma contradição. Nós só precisamos dizer 'suponha que este homem nunca tenha se ocupado com filosofia'.

Da passagem supracitada, nós podemos, então, depreender por que para Kripke é equivocado considerar que descrições definidas tais como 'o homem mais importante que estudou com Platão' definem o significado de nomes próprios como 'Aristóteles'. Isso consiste num equívoco para Kripke basicamente porque se tais descrições definissem o que quer que seja referido por nomes próprios, então, nomes próprios não designariam

rigidamente o mesmo objeto, o que é contrário, segundo a perspectiva *kripkeana*, à nossa intuição de que onde quer que um nome próprio tenha uma referência, essa referência é sempre a mesma. Portanto, se o nome próprio ‘Aristóteles’ significa o homem mais importante que estudou com Platão, então, onde quer que (num mundo possível) esse homem seja Espeusipo, Xenócrates, Pólemon, enfim, qualquer um que não Aristóteles, ‘Aristóteles’ não nomearia Aristóteles. Ora, mas que ‘Aristóteles’ não nomeie Aristóteles, segundo Kripke, é absolutamente contra-intuitivo e, portanto, não poderia ser caso. Dessa forma, de acordo com a perspectiva *kripkeana*, não faz parte do papel das descrições definidas, com respeito à semântica de nomes próprios, definir o que quer que venha a ser designado por um nome. Em favor de que a função de descrições da forma *o x tal que F(x)* não consiste em dar uma definição do significado de nomes próprios, Kripke (1980, pp.57-58, nossa tradução) continua a argumentar que:

Parece plausível supor que, em alguns casos, a referência de um nome é de fato fixada via uma descrição do mesmo modo que o sistema métrico fora fixado. Quando o agente mítico viu Hesperus, ele pode bem ter fixado sua referência ao dizer ‘eu gostaria de usar “Hesperus” como um nome do corpo celeste aparecendo naquela posição longínqua no céu’. Ele então fixou a referência de ‘Hesperus’ por sua aparente posição celestial. Segue-se que faça parte do significado do nome que Hesperus tenha tal e tal posição no momento em questão? Certamente não: se Hesperus tivesse sido atingido anteriormente por um cometa, ele poderia ter ficado visível numa posição e tempo diferentes. Numa tal situação contrafactual nós devemos dizer que Hesperus não teria ocupado essa posição, mas não que Hesperus não teria sido Hesperus. A razão é que ‘Hesperus’ designa rigidamente um certo corpo celeste e ‘o corpo naquela posição longínqua’ não — um corpo diferente, ou nenhum corpo poderia ter estado nessa posição, mas nenhum outro corpo poderia ter sido Hesperus (embora outro corpo que não Hesperus, pudesse ter sido chamado de ‘Hesperus’). De fato, tal como eu tenho dito, eu irei manter que nomes são sempre designadores rígidos.

Na passagem citada acima, Kripke reforça, portanto, seu argumento em favor de que é intuitivamente problemática a tese de que o significado de nomes próprios seja definido por descrições do tipo *o x tal que F(x)*, isto é, descrições definidas. Tal qual supõe Kripke, portanto, a tese descrita acima seria assim problemática basicamente porque colapsaria com a nossa intuição: a saber, que embora possamos conceber de maneira *contrafactual* um objeto

sem certas propriedades, nesse caso, aquelas propriedades chamadas de ‘contingentes’, é necessário que, ao pensarmos nesse mesmo objeto em outros mundos possíveis, tal objeto seja necessariamente o mesmo. Para ilustrar essa idéia a partir de um exemplo, seria intuitivamente problemático supor que a descrição ‘o corpo celeste em tal e tal posição’ defina o significado do nome próprio ‘Hesperus’, porque o corpo celeste denotado por aquela descrição não necessariamente é o mesmo, ao passo que Hesperus não poderia ser outro corpo celeste que não Hesperus.

Assim, de acordo com a argumentação de Kripke, uma vez que as descrições definidas que nós geralmente utilizamos para fixar a referência de nomes próprios como ‘Aristóteles’ e ‘Hesperus’ implicam propriedades não necessariamente satisfeitas pelos objetos designados pelos nomes, se segue que tais descrições não devam dar o significado e o modo como é determinada a referência de um nome próprio. A razão para isso é que se o significado e o modo de determinação da referência de um nome próprio fossem dados por uma descrição definida do tipo mencionado acima, então, o nome deixaria de designar rigidamente o objeto atualmente designado: ou seja, se ‘Aristóteles’ e ‘Hesperus’ são definidos, respectivamente, enquanto sendo o homem mais importante que estudou com Platão e o corpo celeste aparecendo em tal e tal posição no céu, seria o caso que em certos mundos possíveis tais nomes não designassem os objetos aos quais eles se referem no mundo atual, a saber, Aristóteles e Hesperus. Contudo, tal como assume Kripke em seu argumento, nomes próprios são, diferentemente daquelas descrições definidas, designadores rígidos. Portanto, se dizer que um nome próprio tem sentido equivale a dizer, tal como o *descriptivismo* supõe, que esse nome tem seu significado e o modo de determinação da referência dados por uma descrição definida, então, a teoria dos nomes próprios de Frege não se segue, isto é, não se segue que nomes próprios tenham sentido.

Assim, se, com base naquelas passagens de *Naming and Necessity* há pouco citadas, nós pudéssemos fazer uma reconstrução dessa argumentação empreendida por Kripke contra o *descriptivismo*, nós teríamos um argumento procedendo da seguinte forma:

(1) Nomes próprios são designadores rígidos;

(2) Se um nome próprio N designando atualmente um objeto z tivesse seu significado dado por uma descrição definida *o x tal que $F(x)$* não-rígida, seria o caso, em um mundo possível onde F se aplicasse acidentalmente a y , mas não a z , que:

(a) N designaria y ;

(b) a sentença ' N não é F ' expressaria uma contradição, a saber, que *o x tal que $F(x)$* não é F ;

(3) Logo, o significado de N não deve ser dado por *o x tal que $F(x)$* , porque, primeiro, N enquanto um nome próprio é um designador rígido (isto é, se ele designa z , ele designa z , e somente z , em todos os mundos possíveis onde quer que z exista) e, segundo, a sentença ' N não é F ' não deve expressar uma contradição onde quer que $F(z)$ seja falso;

Assim, portanto, nós podemos representar o argumento modal, isto é, o argumento utilizado por Kripke como tentativa de justificar que nomes próprios não têm sentido.

Enquanto uma crítica preliminar a essa objeção que Kripke dirige à teoria *fregeana* dos nomes próprios, nós devemos dizer que ainda que o argumento modal fosse correto, ele

não se aplicaria àqueles casos em que a descrição definida, aquela que supostamente formularia o sentido expresso pelo nome próprio, fosse um designador rígido. E por que o argumento modal não se aplicaria a esses casos? Basicamente, porque tal argumento supõe que os sentidos associados a nomes próprios não devam dar o significado desses termos, se tais sentidos são formulados por descrições definidas não-rígidas; donde se segue, portanto, por *modus tollens*, que o significado de um nome próprio, ao menos em princípio, possa ser dado pelo seu sentido, se tal sentido puder ser formulado em termos de uma descrição definida rígida.

É notável observar, com respeito ao argumento se aplicar restritamente àqueles casos envolvendo nomes próprios e descrições definidas não-rígidas, que o próprio Kripke reconhece a limitação em questão. E esse reconhecimento, nós devemos destacar, aparece de forma mais explícita quando Kripke discute justamente aqueles casos onde a distinção entre a rigidez e a accidentalidade da designação não é aplicável no sentido de demarcar uma diferença entre os modos de designação de nomes próprios e descrições definidas co-referenciais. Para dar um exemplo significativo do tipo de caso excepcional que devemos aqui ter em mente, considere as seguintes expressões co-referenciais: o nome próprio ‘dois’ e a descrição definida ‘o número par/primo’. Suponha, ainda, que essa descrição defina o significado daquele nome. Segundo o argumento de Kripke, o nome ‘dois’ não poderá ter seu significado dado pela descrição definida ‘o número par/primo’, caso essa descrição definida designe acidentalmente o número que é referido rigidamente por aquele nome próprio. Entretanto, a descrição ‘o número par/primo’, assim como o nome ‘dois’, designa rigidamente o número dois em todos os mundos possíveis, de tal modo que nada no argumento modal poderia justificar que o sentido formulado por aquela descrição definida não possa ser tomado enquanto dando o significado desse nome próprio. Como já falamos anteriormente, Kripke de

fato admite que seu argumento modal não tenha qualquer aplicação sobre esses casos em que o nome próprio e a descrição definida co-referenciais são designadores rígidos.

No entanto, essa admissão não representa de modo algum uma concessão da parte de Kripke à teoria de Frege, ou seja, para aquele autor mesmo nesses casos o sentido formulado por uma descrição definida rígida não deve ser tomado enquanto dando o significado do nome próprio associado. Contudo, Kripke não oferece nenhum argumento à altura de seu argumento modal defendendo a visão de que nomes próprios para objetos necessários são diretamente referenciais, ou que não há nada como um sentido promovendo a conexão semântica entre tais nomes e seus respectivos significados. Em favor dessa visão, Kripke (1980, p.60, nossa tradução) apenas afirma: “isso é algo em favor do qual eu não tenho nada a não ser um vago e intuitivo sentimento”. Ainda a respeito dessa questão, ele acrescenta: “se alguém não vê isso, ou pensa que isso está errado, não importa” (KRIPKE, *Ibid.*, nossa tradução).

Capítulo 3 – Estratégias *Descritivistas* contra o Argumento Modal

Neste capítulo, nós examinaremos dois diferentes tipos de estratégias adotadas por proponentes do *descritivismo* contra o argumento modal de Kripke. Basicamente, ambas as estratégias têm em comum a pressuposição de que os sentidos de nomes próprios são dados por tipos especiais de descrições definidas.

Assim, por um lado, há os *descritivistas*¹¹ que, ao proporem uma refutação do argumento modal, defendem que nomes próprios, tal como esses termos ocorrem em sentenças modalizadas, equivalem a descrições definidas que possuem escopo amplo (*wide-scope*) relativamente ao escopo de operadores modais ocorrendo naquelas sentenças.¹² Por tal razão, chamaremos essa tentativa de refutação do argumento modal de *estratégia do escopo amplo*.

Já por outro lado, há aqueles *descritivistas*¹³ que, ao tentar objetar o argumento modal, sustentam que nomes próprios equivalem a um outro tipo especial de descrição, a saber, uma descrição definida *rigidificada*. Em vista disso, chamaremos esse tipo de objeção dirigida ao argumento modal de *estratégia da descrição rigidificada*. Sobre as distintas estratégias desse tipo, nós podemos observar, de antemão, que, não obstante as sutis diferenças que destacam umas das outras, tais estratégias têm em o comum o fato de seus proponentes buscarem uma refutação do argumento modal por meio de um mesmo raciocínio geral. Esse raciocínio geral, tal como nós podemos representá-lo, consiste na seguinte dedução: se o que impede que o significado de um nome próprio seja dado por um sentido é o fato de esse sentido ser expresso por uma descrição definida não-rígida, então, se nós podemos contar com uma descrição definida denotando rigidamente o objeto designado pelo nome, nada nos impediria, em

¹¹ DUMMETT (1973); SOSA (1996).

¹² De acordo com Soames (1998, p.3), essa tese de Dummett, a saber, que nomes são sinônimos de descrições definidas com escopo amplo, equivaleria a “uma negação de que nomes próprios são designadores rígidos mais uma proposta alternativa de explicação do dado semântico no qual a doutrina da rigidez está baseada”.

¹³ PLANTINGA (1978), BURGE (2005), JUBIEN (1993) e STANLEY (1997).

princípio, de assumir que o significado do nome seja dado por uma tal descrição. Nesse sentido, nomes próprios seriam equivalentes, de acordo com alguns, a descrições definidas rígidas do tipo *o F em α* , de acordo com outros, a descrições definidas rígidas do tipo *dthat [o x tal que Fx]*, e, ainda, a descrições definidas rígidas do tipo *o @ F*.

No que se segue, portanto, nós examinaremos as duas estratégias supracitadas, bem como algumas críticas endereçadas a elas. Assim, primeiramente, nós veremos, na Seção 3.1, a estratégia do escopo amplo e, em seguida, trataremos, Seção 3.2, da estratégia da descrição rigidificada.

3.1 – A Estratégia do Escopo Amplo

Alguns filósofos, simpáticos ao *descriptivismo*, defenderam que há um modo de se evitar a conclusão do argumento modal. Segundo tais filósofos, esse modo de evitar o argumento modal, ao mesmo tempo, (i) explicaria as intuições *kripkeanas* favoráveis à rigidez referencial de nomes próprios e (ii) seria compatível com a premissa *descriptivista* de que tais nomes equivalem, no final das contas, a descrições definidas. Dentre tais filósofos, alguns se destacaram por manter que o fenômeno da rigidez referencial em questão poderia ser explicado, e de maneira compatível com o *descriptivismo* (isto é, compatível com a idéia de que nomes próprios equivalem a descrições definidas), a partir da assunção de que há uma convenção linguística, uma regulando o uso de nomes próprios, de acordo com a qual, em sentenças modalizadas, o escopo lógico de um nome próprio é sempre o mais amplo possível, isto é, sempre maior que o escopo do operador modal. Uma primeira formulação da idéia de que o escopo amplo de nomes próprios explica sua rigidez referencial fora apresentada por Dummett, que, inspirado na distinção *russelliana* entre ocorrências primárias e secundárias¹⁴,

¹⁴ RUSSELL (1905)

elaborou uma espécie de contra-argumento a Kripke, ou melhor, ao seu argumento modal. Esse contra-argumento de Dummett constitui a base do que há pouco chamamos de *estratégia do escopo amplo*. Contudo, antes de propriamente examinarmos, mais adiante, o que diz a referida estratégia, nós nos ocuparemos primeiramente em apresentar uma breve explicação de um ponto que é de fundamental importância: a distinção entre escopo amplo e escopo estreito.

3.1.1 – A Distinção entre Escopo Amplo e Escopo Estreito

Tal como Dummett (1973, p.113) observa, há uma certa ambiguidade envolvendo a interpretação do valor de verdade de algumas sentenças modalizadas contendo descrições definidas, sentenças tais como, por exemplo, ‘a mãe de Maria poderia não ter sido mãe de Maria’. Segundo o autor, essa ambiguidade se deve ao fato de que contamos com duas diferentes maneiras de analisar o escopo lógico da descrição definida, tal como ela ocorre na sentença. Assim, se tomamos que a descrição definida ‘a mãe de Maria’, em ‘a mãe de Maria poderia não ter sido mãe de Maria’, ocorre dentro do escopo do operador modal, nós obtemos a seguinte análise da sentença:

$$\diamond \exists y (\forall x (Mx \leftrightarrow x=y) \ \& \ \neg My)^{15}$$

Como observa Dummett (Ibid., p.114), essa maneira de analisar ‘a mãe de Maria poderia não ter sido mãe de Maria’ dá conta justamente daquele sentido em que, ao proferirmos essa sentença, nós não afirmamos uma proposição verdadeira; ou seja, se tomamos desse modo o escopo de ‘a mãe de Maria’, isto é, se tomamos que essa descrição tem escopo estreito

¹⁵ Aqui, abreviamos ‘y é mãe de Maria’ por *My*.

relativamente ao operador modal, nós temos que a sentença supracitada afirma uma falsidade. No entanto, de acordo com Dummett (1973, p.114), o valor de verdade da sentença muda, se nós estabelecemos, por outro lado, que a descrição definida ocorre fora do escopo do operador modal. Nesse caso, nós teríamos a seguinte análise:

$$\exists y (\forall x (Mx \leftrightarrow x=y) \ \& \ \neg \Diamond My)^{16}$$

Desse modo, tal como é destacado por Dummett, ao tomarmos que a descrição ‘a mãe de Maria’ tem escopo amplo com respeito ao operador modal, nós obtemos o sentido de acordo com o qual é verdadeiro afirmar que a mãe de Maria poderia não ter sido mãe de Maria.

Assim, de acordo com a análise de Dummett de que há duas interpretações possíveis para sentenças modalizadas contendo descrições definidas, nós temos dois resultados distintos. Num primeiro caso, ao interpretarmos que ‘a mãe de Maria’ assume escopo estreito em ‘a mãe de Maria poderia não ter sido mãe de Maria’, nós temos que a descrição definida não é rígida. Como diria Dummett (Ibid., p.128, nossa tradução), “aqui a descrição é tomada tendo como referente, em cada mundo possível, o único objeto (se há algum) que naquele mundo satisfaz o predicado” – no caso do exemplo citado há pouco, o predicado ser mãe de Maria. Entretanto, num segundo caso, segundo a análise de que ‘a mãe de Maria’ assume escopo amplo naquela sentença, nós temos que a descrição é rígida, uma vez que “nós estamos tratando a descrição definida enquanto tendo, como seu referente constante, o referente que ela tem no mundo real” (DUMMETT, Ibid., nossa tradução).

¹⁶ Nesse exemplo, abreviamos ‘y é mãe de Maria’, também, por *My*.

3.1.2 – O Escopo Amplo de Nomes Próprios

Com base na distinção vista há pouco, isto é, a distinção entre duas maneiras diversas de se analisar o escopo de descrições definidas em sentenças modalizadas, Dummett (1973, pp.127-128) sugere, portanto, um modo alternativo de explicar a rigidez referencial de nomes próprios, um modo que, como veremos mais adiante, diferiria da explicação dada por Kripke justamente porque nos possibilitaria acomodar a tese *descriptivista* de que nomes equivalem a descrições do tipo *o x tal que Fx*. Essa explicação alternativa dada por Dummett consiste basicamente em assumir o ponto de vista de que, nas linguagens naturais, há uma convenção estabelecendo que nomes próprios tenham sempre escopo amplo em sentenças contendo operadores modais.

Conforme a leitura de que nomes próprios têm escopo amplo, portanto, uma sentença modalizada tal como ‘Santa Ana poderia não ter sido mãe de Maria’, deveria ser analisada aproximadamente¹⁷ da seguinte maneira:

$$\exists y (y=s \ \& \ \diamond \neg My)^{18}$$

Aqui, como no caso em que a descrição definida assume escopo amplo em uma sentença modalizada, o nome próprio ‘Santa Ana’ ocorre fora do escopo do operador modal. Com isso, nós temos que a referência do nome próprio, a saber, o portador do nome no mundo atual, não varia de mundo possível para mundo possível, ou, se fossemos colocar a questão em termos *kripkeanos*, nós temos que ‘Santa Ana’ é um designador rígido. De acordo com Dummett (Ibid., p.128), portanto, a tese de que nomes próprios são designadores rígidos, expressa por

¹⁷ Dizemos ‘aproximadamente’, porque Dummett não chega a explicitar um modo de analisar o escopo de nomes próprios em sentenças modalizadas. A análise, tal como é apresentada acima, segue o modelo sugerido por Stanley (1997, p.22).

¹⁸ Aqui, a constante *s* substitui o nome próprio ‘Santa Ana’ e, novamente, *My* abrevia ‘*y* é mãe de Maria’.

Kripke em termos da metáfora de mundos possíveis, equivaleria a “nossa velha noção de escopo de um termo em um contexto modal”.

Ademais, segundo Dummett (1973, p.128), a análise do escopo amplo de nomes próprios, além de dar conta de explicar a rigidez referencial aludida por Kripke, justificaria, contra o argumento modal, a equivalência entre nomes próprios e descrições definidas. Como vimos anteriormente, de acordo com o argumento modal, seria um equívoco tomar que nomes próprios e descrições definidas co-referenciais sejam semanticamente equivalentes pelo simples fato de haver uma diferença entre os respectivos comportamentos de ambos os tipos de termos em contextos modais. Tal como argumentaria Kripke, se ‘Santa Ana’, um nome próprio, e ‘a mãe de Maria’, uma descrição definida co-referencial, fossem expressões sinônimas, as sentenças ‘Santa Ana poderia não ter sido mãe de Maria’ e ‘a mãe de Maria poderia não ter sido mãe de Maria’ deveriam, conseqüentemente, compartilhar as mesmas características semânticas. Mas, como coloca Kripke, isso não é de modo algum o caso: a última sentença, ao contrário da primeira, afirma evidentemente uma contradição. Logo, seguindo o raciocínio *kripkeano*, ‘Santa Ana’ e ‘a mãe de Maria’ não podem ser sinônimos.

Contra isso, Dummett responde que, segundo uma certa interpretação do escopo de descrições definidas em sentenças modalizadas, ‘a mãe de Maria poderia não ter sido mãe de Maria’ não afirma, tal como alega Kripke, uma contradição. Como vimos há pouco, embora, por um lado, a sentença supracitada expresse uma contradição na leitura em que descrição definida tem escopo estreito ($\diamond \exists y (\forall x (Mx \leftrightarrow x=y) \ \& \ \neg My)$), o mesmo não ocorre quando a mesma descrição é analisada enquanto tendo escopo amplo ($\exists y (\forall x (Mx \leftrightarrow x=y) \ \& \ \neg \diamond My)$). Nesse caso, o resultado obtido é que nós preservamos as características semânticas de ‘Santa Ana poderia não ter sido a mãe de Maria’, ao substituímos, nessa sentença, o nome próprio, ‘Santa Ana’, por uma descrição definida co-referencial (tal qual ‘a mãe de Maria’) lida com escopo amplo. Dessa forma, uma vez que a substituição de nomes próprios por descrições

definidas co-referenciais que assumem escopo amplo em sentenças modalizadas não interfere no status semântico da sentença, não haveria, portanto, qualquer problema em assumir que nomes equivalem a descrições definidas com escopo amplo. Assim procede a estratégia do escopo amplo contra o argumento modal de Kripke.

Como observa Soames (1998, p.4), a força motriz por detrás da estratégia do escopo amplo consiste em explicar, além do comportamento de nomes próprios em contextos modais, o comportamento desses termos em construções de atitudes proposicionais. Assim, segundo o proponente dessa estratégia, que nomes próprios tenham seus respectivos significados dados por descrições definidas, e, por conseguinte, que sentenças correspondentes¹⁹ contendo tais termos sejam equivalentes, seria evidenciado por fatos envolvendo a atribuição de atitudes proposicionais.

Em favor disso, o *descriptivista* argumenta, por exemplo, que, apesar de os nomes próprios ‘Hesperus’ e ‘Phosphorus’ designarem o mesmo objeto, a saber, o planeta Vênus, é possível que alguém, João, digamos, creia ou afirme que Hesperus é o planeta visto à tarde e não creia ou não afirme que Phosphorus é o planeta visto à tarde. Aqui, se os nomes próprios são diretamente referenciais, então, as sentenças ‘João acredita que Hesperus é o planeta visto à tarde’ e ‘João acredita que Phosphorus é o planeta visto à tarde’ deveriam possuir o mesmo valor de verdade, uma vez que, nesse caso, a contribuição de ambos os nomes se restringe a, simplesmente, sua referência, que, por sinal, é a mesma. No entanto, com base naquilo que vimos há pouco, não é o caso que a segunda sentença, como a primeira, afirme uma falsidade. Logo, diria o *descriptivista*, deve haver algo associado aos nomes próprios ‘Hesperus’ e ‘Phosphorus’ que explique a diferença entre as sentenças supracitadas. Diante disso, o simpatizante do *descriptivismo* sustenta que a diferença em questão seria explicada pelo fato de João associar, a cada um dos nomes próprios, uma diferente descrição definida co-referencial

¹⁹ Sentenças da forma $n \text{ é } F$ e $o F \text{ é } F$, tal que n abrevia um nome próprio, $o F$ uma descrição definida co-referencial e F um predicado.

(por exemplo, o nome próprio ‘Hesperus’ seria associado à descrição definida ‘a estrela da tarde’ e o nome ‘Phosphorus’ à descrição ‘a estrela da manhã’).

Assim, tal como comenta Soames (1998, p.4), para o proponente da estratégia do escopo amplo, ao passo que, por um lado, a associação entre nomes próprios e descrições definidas explicaria a possível diferença entre sentenças dos tipos *x acredita que n_1 é F* e *x acredita que n_2 é F* (onde n_1 e n_2 são dois nomes próprios co-referenciais), por outro, a análise de que nomes próprios equivalem a descrições definidas com escopo amplo explicaria sua rigidez referencial e, além disso, a possível equivalência entre sentenças dos tipos *n poderia não ser F* e *o F poderia não ser F* (onde o nome *n* e a descrição definida *o F* são termos co-referenciais).

3.2 – As Estratégias da Descrição Rigidificada

Alguns autores sustentam, contra o argumento modal, uma maneira de conciliar o *descriptivismo* com a tese da designação rígida que, ao contrário da proposta de Dummett, prescindem da assunção de que nomes próprios são equivalentes a descrições definidas com escopo amplo. Essa forma alternativa de *descriptivismo*, vamos chamá-la de *descriptivismo rigidificado*, está fundamentalmente apoiada na visão de que nomes próprios são equivalentes a descrições definidas *rigidificadas*. O mote do *descriptivismo rigidificado* consiste basicamente na suposição de que com a combinação entre descrições definidas não-rígidas e operadores de certos tipos, nós forjamos outras descrições que, diferentemente das primeiras, denotam um e o mesmo objeto em todo mundo possível, ou seja, descrições definidas rígidas.

Tal como podemos observar na literatura²⁰, há diversas versões de *descriptivismo rigidificado*. Todas essas versões têm em comum a suposição supracitada, mas divergem,

²⁰ STANLEY (1997, pp.555-585), SOAMES (1998)

contudo, na escolha do tipo de operador que, combinado a uma descrição não-rígida, cumpriria a suposta função de torná-la um designador rígido. Dentre as diversas versões de *descriptivismo rigidificado*, nós poderíamos citar três como as mais representativas. Uma dessas versões, aquela baseada na proposta de Plantinga²¹, supõe que nomes próprios são equivalentes a descrições definidas *rigidificadas* por meio da indexação do operador de atualidade. Uma outra versão do *descriptivismo rigidificado*, essa inspirada em parte do trabalho de Kaplan²², supõe, por outro lado, que nomes próprios são sinônimos daquelas descrições definidas rígidas formadas a partir do operador *dthat*. Por fim, podemos apontar ainda a versão do *descriptivismo rigidificado* proposta por Burge²³, versão de acordo com a qual nomes próprios seriam equivalentes a descrições definidas rígidas formadas a partir da combinação entre uma descrição não-rígida e o operador *rigidificador* chamado @.

No que se segue, nós examinaremos, portanto, como essas diferentes versões do *descriptivismo rigidificado* são usadas por seus proponentes enquanto estratégias de refutação do argumento modal de Kripke. Nessa direção, nós veremos, na subseção 3.2.1, a versão proposta por Plantinga; em seguida, na subseção 3.2.2, veremos a teoria de que nomes equivalem a descrições *rigidificadas* pelo operador *dthat*; e, por fim, subseção 3.2.3, a versão proposta por Burge.

3.2.1 – O *Descriptivismo Atualizado*

Em *The Boethian Compromise*²⁴, Plantinga observa que, dentre os filósofos contemporâneos da linguagem, em especial aqueles ligados a filosofia de tradição analítica, haveria uma polêmica envolvendo a questão da nomeação. Essa polêmica, tal como sugere

²¹ PLANTINGA (2003, pp.122-138)

²² KAPLAN (1989, pp.521-522, pp.579-581)

²³ BURGE (2005, pp.229-30, n. 15, pp.240-241)

²⁴ PLANTINGA (2003)

Plantinga, poderia ser descrita como um embate entre dois tipos diretamente antagônicos de teorias da nomeação: de um lado, as teorias *fregeanas* (ou *descriptivismo*) e, do outro, as teorias *anti-fregeanas* (ou da referência direta).

Uma teoria *fregeana*, de acordo com a descrição de Plantinga, tem como ponto essencial a tese de que nomes próprios carregam sentido ou conteúdo descritivo e, em razão disso, implicam ou expressam alguma(s) propriedade(s) relativa ao objeto nomeado. Dentre os advogados dessa teoria, podemos citar, por exemplo, Russell²⁵, para quem nomes são descrições definidas abreviadas, e, obviamente, Frege²⁶, que sugere a possibilidade de o sentido expresso por um nome ser dado em termos de descrições desse tipo. Como consequência dessa tese, Plantinga aponta a idéia de uma equivalência semântica entre nomes próprios e descrições definidas, isto é, a idéia de que podemos substituir *salva propositione* um nome próprio por suas descrições definidas co-denotativas em sentenças contendo esse nome.

Por outro lado, uma teoria *anti-fregeana*, nota Plantinga, consiste evidentemente numa teoria que tem por princípio a negação da tese supracitada, ou seja, uma teoria que tem por princípio aquela idéia *milliana*²⁷ de que nomes denotam sem implicar atributo(s) relativo(s) ao objeto nomeado. Nesse caso, para os *anti-fregeanos*²⁸, não há equivalência semântica entre nomes próprios e descrições definidas e, além disso, a substituição *salva propositione* entre nomes e descrições não é garantida. Tendo isso em vista, Plantinga observa, então, que o ponto essencial para as teorias *anti-fregeanas* consiste justamente na visão de que a função semântica de um nome próprio é completamente exaurida pela referência. Nessa direção, os proponentes da teoria *anti-fregeana* argumentam, por exemplo, que um nome próprio como ‘Sócrates’ não pode ser equivalente a uma descrição definida tal qual ‘o mestre de Platão’: se

²⁵ RUSSELL (1974, p.111)

²⁶ FREGE (1948, p.210, n.2)

²⁷ MILL (1974, pp.88-101)

²⁸ DONNELLAN (1976, pp.11-12); KRIPKE (1980, p.29); KAPLAN (1980)

isso fosse o caso, uma sentença como ‘Sócrates não foi mestre’, tal como ‘o mestre de Platão não foi mestre’, deveria afirmar algo que evidentemente ela não afirma, a saber, uma falsidade necessária.

Não obstante o referido problema envolvendo a concepção de uma equivalência semântica entre nomes próprios e descrições definidas, Plantinga se propõe a apresentar uma alternativa à teoria *anti-fregeana* no espírito da visão *fregeana*, ou, como ele mesmo afirma, “uma visão que ofereça as virtudes de ambas as visões [...], mas com os vícios de nenhuma”²⁹. Essa alternativa proposta por Plantinga, como nós pretendemos verificar, constitui a base da primeira estratégia da descrição *rigidificada* a ser vista, estratégia essa que chamaremos de *descriptivismo atualizado*. Assim, primeiramente, nós veremos como Plantinga elabora sua teoria nomeação de inspiração *fregeana* e, em seguida, observaremos, também, o modo como essa teoria se constitui como estratégia *descriptivista* a fim de evitar o argumento modal de Kripke.

Inicialmente, nós podemos estabelecer, em conformidade com a proposta de Plantinga, que o *descriptivismo* atualizado estaria baseado em três princípios gerais, a saber, (i) nomes próprios expressam propriedades; (ii) as propriedades expressas por nomes próprios são essências; (iii) os diferentes nomes próprios de um mesmo objeto expressam essências logicamente, mas não epistemicamente, equivalentes. Como esses princípios são conjugados por Plantinga é o que veremos a seguir.

De acordo Plantinga (2003, p.127), não obstante Sócrates ter sido o mestre de Platão, o nome próprio ‘Sócrates’ e a descrição definida co-denotativa ‘o mestre de Platão’ não devem ser tomados enquanto expressando necessariamente as mesmas propriedades. Nesse sentido, sobre a descrição definida, nós podemos dizer, diferentemente do que diríamos acerca do nome, que com certeza ela expressa as propriedades ser mestre e ser mestre de Platão.

²⁹ PLANTINGA (2003, p.126)

Contudo, isso não significa, como supõe Plantinga, que o nome próprio ‘Sócrates’ não expresse quaisquer propriedades, ou seja, segundo o autor, nomes próprios obviamente expressam certas propriedades. Dentre essas propriedades, Plantinga (2003, p.127) destaca a propriedade de ser idêntico a si mesmo, propriedade trivialmente essencial a todo e qualquer indivíduo.

Contudo, Plantinga ressalta que nós poderíamos observar ainda que nomes próprios, além de propriedades trivialmente essenciais, expressam uma outra propriedade, a saber, uma propriedade que, como a auto-identidade, seria essencial, mas, ao contrário dessa, seria exclusiva ao portador do nome. Para dar um exemplo, o nome próprio ‘Sócrates’, nessa perspectiva, expressaria, além da auto-identidade, a propriedade de ser idêntico a Sócrates. Aquela propriedade, ser idêntico a si mesmo, como já falamos, é aplicável a todo e qualquer indivíduo, incluindo o portador do nome ‘Sócrates’. No entanto, a outra propriedade, ser idêntico a Sócrates, se aplica univocamente a Sócrates, ou seja, x possui a propriedade de ser idêntico a Sócrates se e somente se x é Sócrates.

Com respeito ao tipo de propriedade que exemplificamos há pouco quando falamos da identidade com Sócrates, Plantinga (Ibid.) afirma que uma propriedade desse tipo consiste em um conceito individual, ou uma *estidade* (*haecceity*), em suma, uma essência individual – no caso de Sócrates, ser idêntico a Sócrates seria, nessa perspectiva, uma essência individual de Sócrates. Para colocar a questão em termos mais formais, nós diríamos, portanto, sobre essa idéia de essência individual afirmada por Plantinga, que uma propriedade F é essencial a um objeto x se e somente se é impossível que x tenha o seu complemento, ou, o que seria equivalente, se e somente se não há um mundo possível no qual x exista e não seja F . Nesse sentido, dentro da visão advogada por Plantinga, no que tange a Sócrates, nós diríamos que sua essência individual, aquela a ser expressa por seu nome próprio, consiste numa

propriedade que esse indivíduo possui essencialmente e de tal modo que não é possível que um outro indivíduo que não Sócrates a possua.

Essa idéia de que nomes próprios expressam as essências individuais dos objetos por eles nomeados, segundo Plantinga (2003, p.128), encontra na história da filosofia um primeiro reconhecimento já na Idade Média, em especial, no pensamento de Boécio. Enquanto evidência disso, Plantinga nos aponta uma passagem na qual o referido filósofo medieval, ao indagar sobre aquilo que seria assinalado por um nome próprio, afirma:

Uma vez que fosse permitido fabricar um nome, eu designaria certa qualidade, singular e incomunicável a qualquer subsistente, por seu nome fabricado, de tal modo que a forma daquilo que é proposto se tornaria mais clara. Vamos convencionar que a propriedade incomunicável de Platão seja chamada de ‘Platonicidade’. Nós podemos chamar essa qualidade ‘Platonicidade’ por uma palavra fabricada, do mesmo modo que chamamos a qualidade de homem ‘humanidade’. Portanto, essa Platonicidade é exclusiva de um único homem e esse não é ninguém senão Platão. Portanto, ‘Platão’ assinala uma substância definida e uma propriedade que não pode ser de outro.³⁰

Ou seja, segundo Boécio, o nome próprio ‘Platão’ expressa uma essência individual de Platão, isto é, uma propriedade que somente o indivíduo portador desse nome possui essencialmente. Assim, essa essência individual é dita “incomunicável a qualquer outro” no sentido em que não há a possibilidade de qualquer outro indivíduo, que não o portador do nome, possuir tal propriedade.

Até aqui, de acordo com Plantinga, nomes próprios, além de expressar propriedades trivialmente essenciais, como a de ser idêntico a si mesmo, expressam, também, aquelas propriedades que há pouco chamamos de ‘essências individuais’. Essa idéia, como vimos, seria inspirada na visão de Boécio acerca de nomes próprios. Contudo, Plantinga observa que, além das propriedades trivialmente essenciais e das essências individuais do tipo sugerido por Boécio (por exemplo, a *Platonicidade*), os objetos nomeados estão associados a outras propriedades, também, essenciais. Nessa direção, nós poderíamos supor, sustenta Plantinga

³⁰ BOÉCIO *apud* PLANTINGA (2003, p.128, nossa tradução)

(2003, p.128), que um certo indivíduo x tem a propriedade F em w , se e somente se não é possível que w inclua x e x não seja F . Por exemplo, uma vez que Platão é filósofo, nós podemos dizer que ele possui a propriedade de ser filósofo em α , tal que α nomeia o mundo atual. Sobre isso, nós podemos notar, coloca Plantinga, que quando quer que, em w , x seja F , a propriedade F em w é essencial relativamente ao indivíduo x ; nesse sentido, *ser filósofo em α* seria essencial a Platão, uma vez que Platão foi filósofo. Assim, dado que F seja uma propriedade contingente de x e que x a possua em w , nós temos que a indexação de w a F resulta numa propriedade F em w essencial a x . Do mesmo modo, dado que é contingente que Platão seja filósofo e, ainda, que ele é filósofo no mundo atual, nós temos que, por meio da indexação de α à propriedade ser filósofo, obtemos a propriedade *ser filósofo em α* essencial a Platão.

De acordo com Plantinga (Ibid.), esse mecanismo da indexação do mundo atual a uma propriedade F contingente a x , mecanismo por meio do qual nós obtemos uma propriedade F em α essencial a x , dá margem a interessantes considerações. Nessa direção, Plantinga nos solicita a considerar o caso em que x seja, em w , o portador exclusivo da propriedade F . Nesse caso, tal como é sugerido por Plantinga, a indexação de w a F implica uma propriedade F em w que não apenas é essencial com respeito a x , mas, além disso, consiste numa essência individual desse objeto, isto é, consiste numa propriedade essencial de x e somente x . Para dar um exemplo, considere uma propriedade que no mundo atual somente Platão possua: ser o autor da *República*, digamos. Aqui, se nós indexamos α à essa propriedade, obtemos, portanto, a propriedade *ser o autor da República em α* . Essa propriedade, *ser autor da República em α* , diferentemente de *ser filósofo em α* , não é essencial a muitos. Nesse caso, *ser filósofo em α* é essencial não somente a Platão, mas também, a Sócrates, Aristóteles, etc. Entretanto, por outro lado, apenas Platão detém com exclusividade e de modo essencial a propriedade *ser autor da República em α* . Desse modo, somos levados a considerar que, além

da sugerida *Platonicidade*, propriedades tais como *ser autor da República em α* constituem essências individuais de Platão. Assim, de acordo com Plantinga, algumas propriedades do tipo *F em α* , a saber, aquelas onde *F* é exclusivo a um certo indivíduo *x* em α , são essências individuais.

No entanto, não obstante considerar que certas propriedades do tipo *F em α* constituam essências individuais dos indivíduos que detenham *F em α* , Plantinga (2003, p.129) adverte que diferentes propriedades desse tipo certamente não são, em absoluto, equivalentes. Nesse sentido, ele considera, por exemplo, que (*ser melhor aluno de Sócrates*) α e (*ser a pessoa que nasceu em p , t*) α ³¹, apesar de essências individuais de Platão, são propriedades significativamente distintas, sob um certo ponto de vista. Mas qual ponto de vista? Segundo Plantinga, a diferença significativa entre essências individuais do tipo *F em α* associadas a um mesmo indivíduo consiste numa diferença do ponto de vista epistêmico. Tal como o autor sustenta, as diferentes essências individuais desse tipo “são logicamente, mas não epistemicamente equivalentes” (PLANTINGA, *Ibid.*, nossa tradução). Ou seja, duas essências individuais *F em α* e *F* em α* são ditas logicamente equivalentes, na medida em que não há a possibilidade de em α tais propriedades não serem instanciadas pelo mesmo indivíduo. Por outro lado, dizemos que essas propriedades não são epistemicamente equivalentes, uma vez que é plenamente possível saber que um certo indivíduo é *F em α* sem se saber que esse mesmo indivíduo é *F* em α* . Para dar um exemplo, é plenamente razoável conceber a possibilidade de que algum discípulo de Platão soubesse que o mesmo era o autor da *República*, não obstante esse discípulo não possuir qualquer conhecimento acerca das coordenadas temporais e geográficas do nascimento de seu mestre.

Segundo Plantinga (*Ibid.*), o reconhecimento de que a um mesmo indivíduo podemos atribuir diferentes propriedades essenciais (*ser idêntico a si mesmo, estidade, ser F em α*)

³¹ Tal que *p* e *t* significam, respectivamente, o lugar e o tempo de nascimento do indivíduo, nesse caso, Sócrates.

constitui, portanto, um dos pontos de crucial relevância para sua teoria da nomeação. Nessa direção, Plantinga sugere, então, a possibilidade de supormos que dois diferentes nomes próprios nomeando o mesmo objeto, por exemplo, ‘Hesperus’ e ‘Phosphorus’, expressem diferentes essências individuais desse objeto – no caso do exemplo, o planeta Vênus. Assim, nós teríamos, por um lado, que ‘Hesperus’ expressaria a propriedade, digamos, (*ser o planeta visto pela tarde*) α , e, por outro, que ‘Phosphorus’ expressaria a propriedade (*ser o corpo celeste visto pela manhã*) α , duas propriedades distintas que, no entanto, são essências individuais do mesmo objeto, o planeta Vênus (essências individuais, uma vez que é impossível que, no mundo atual, as propriedades ser o planeta visto pela tarde e ser o planeta visto pela manhã não sejam instanciadas univocamente por Vênus). Tendo isso em vista, Plantinga (2003, p.129) propõe, então, que se um mesmo objeto tem diversas, e distintas, essências individuais, nós podemos supor nesse sentido que os diferentes nomes próprios desse objeto expressam cada qual uma de suas distintas essências individuais epistemicamente não-equivalentes, uma essência individual do tipo F em α .

Assim, tal como nós poderíamos resumir as observações feitas acima, a teoria da nomeação proposta por Plantinga se basearia nos três seguintes princípios fundamentais. O primeiro, e mais geral, princípio seria o de que nomes próprios expressam propriedades. Dentre essas propriedades, nós poderíamos assinalar, tal como indica Plantinga, propriedades trivialmente essenciais, isto é, propriedades que todo e qualquer indivíduo detém, como, por exemplo, ser idêntico a si mesmo. Já o segundo princípio diz que nomes próprios expressam essências individuais, isto é, propriedades tais como F em α , tal x é F e é impossível que em α , o mundo atual, a propriedade F seja instanciada por outro indivíduo que não x . As propriedades desse tipo, como nós vimos, embora possam ser logicamente equivalentes, não equivalem do ponto de vista epistêmico, isto é, sendo F em α e F^* em α duas essências individuais de um certo indivíduo x , é possível que saibamos que x seja F , sem saber,

contudo, que esse mesmo indivíduo é F^* . Por fim, podemos, ainda, estabelecer como terceiro princípio aquele que supõe a possibilidade de um objeto ser designado por diferentes nomes próprios expressando suas distintas essências individuais, essências individuais epistemicamente não-equivalentes.

A conjunção desses três princípios, tal como nós gostaríamos de propor, constitui o fundamento do *descriptivismo* atualizado, uma espécie de teoria *neo-fregeana* dos nomes próprios que, segundo Soames (1998, p.13), consiste num certo tipo de reação ao argumento modal de Kripke, uma reação cujo propósito seria o de salvaguardar o núcleo da teoria de Frege (i.e., nomes têm sentido) frente à objeção *kripkeana* em questão.

Portanto, tal como nós poderíamos caracterizar, o cerne do *descriptivismo* atualizado seria representado pela tese de que nomes próprios têm seus respectivos sentidos dados por descrições definidas rígidas de um tipo especial, a saber, descrições do tipo *o F em α* , descrições essas que seriam o resultado da combinação formada entre α representando o mundo atual e uma descrição definida convencional do tipo *o x tal que Fx*. Sobre isso, nós devemos destacar dois pontos fundamentais da teoria de Plantinga que parecem suportar a tese supracitada: (i) que propriedades do tipo *F em α* , tal que x é o portador exclusivo de F em α , são essências individuais, ou seja, é impossível que α inclua x e x não seja o único F em α ; e (ii) sua sugestão de que nomes próprios expressam essas essências individuais do tipo *F em α* .

Tendo isso em vista, o proponente do *descriptivismo* atualizado sustenta que se um nome próprio N expressa uma propriedade *F em α* do tipo descrito acima, então, N é semanticamente equivalente a descrição definida *o F em α* . Por exemplo, segundo o proponente do *descriptivismo* atualizado, se o nome próprio ‘Aristóteles’ expressa a propriedade ser autor da *Metafísica* em α , então, não haverá diferenças, do ponto de vista semântico, entre ‘Aristóteles’ e a descrição definida ‘o autor da *Metafísica* em α ’. A razão

para tanto, alega o proponente do *descriptivismo* atualizado, consiste no fato de ambos, nome e descrição, expressarem a mesma propriedade ou o mesmo sentido contendo a mesma propriedade, *F em α* , e denotarem, por conseguinte, o mesmo indivíduo. Daí, portanto, o proponente do *descriptivismo* atualizado defender uma equivalência entre nomes próprios e descrições definidas com base na ideia de que nomes expressam sentido e que esses sentidos, e, conseqüentemente, as referências desses nomes, sejam dados por descrições do tipo *o F em α* .

Mas de que modo o *descriptivismo* atualizado, como supõem seus proponentes, resistiria ao argumento modal *kripkeano*? Bom, o ponto de Kripke, ao criticar o *descriptivismo*, consiste, como vimos anteriormente, na alegação de que a tese da referência indireta vai contra nossas intuições acerca do modo de funcionamento de nomes próprios, ou seja, nossas intuições em favor de que nomes próprios são designadores rígidos. Segundo ele, o equívoco de Frege, e, também, Russell, consiste na suposição de que os sentidos associados a nomes próprios são os mesmos expressos por descrições definidas não-rígidas, suposição que certamente conflita com as intuições *kripkeanas* acerca da rigidez referencial de nomes. Contra isso, o proponente do *descriptivismo* atualizado argumenta que é plenamente razoável supor que nomes próprios, não obstante sua rigidez referencial, carregam um sentido descritivo. Nessa direção, aqueles proponentes propõem, então, que uma forma de conciliar a tese da referência indireta para nomes próprios com a sua rigidez referencial consiste simplesmente em se supor que o sentido de um nome próprio seja dado por uma descrição definida que, como o nome, designe rigidamente o mesmo indivíduo. Mas que tipo de descrição definida? Segundo o proponente do *descriptivismo* atualizado, a saída ao argumento modal de Kripke seria representada pelo advento das descrições definidas *o F em α* .

Então, segundo o proponente do *descriptivismo* atualizado, uma maneira de escapar do argumento modal de Kripke seria assumir que o sentido carregado por um nome próprio seja

dado por uma descrição definida do tipo *o F em α* . Essa assunção resguardaria o *descriptivismo* frente às objeções *kripkeanas*, porque as descrições definidas do tipo referido acima, descrições tais como, por exemplo, ‘o autor da *Metafísica* em α ’, designam rigidamente suas referências. Nessa direção, argumenta o proponente do *descriptivismo* atualizado, uma vez que ‘Aristóteles’ e ‘o autor da *Metafísica* em α ’ designam rigidamente o mesmo indivíduo, não há problema em supor que ‘Aristóteles’ expressa um sentido e que esse, por sua vez, seja dado pela descrição ‘o autor da *Metafísica* em α ’.

Mas do que foi dito acima resta ainda estabelecer como o proponente do *descriptivismo* atualizado explicaria a suposta rigidez referencial de descrições definidas do tipo *o F em α* .

Como nós vimos há pouco, de acordo com Plantinga, uma propriedade do tipo *F em α* constitui uma essência individual de um certo objeto x , se e somente se é impossível que outro objeto que não x seja o único *F em α* . Ou seja, segundo Plantinga, uma propriedade do tipo descrito acima, além de essencial, pertence a um e somente um determinado indivíduo. Nessa perspectiva, por exemplo, ser autor da *Metafísica* em α é uma essência individual de Aristóteles, dado ser impossível que algum outro indivíduo a não ser Aristóteles seja univocamente autor da *Metafísica* no mundo atual. Nessa direção, então, qualquer termo singular cujo sentido contenha uma essência individual tal qual a propriedade *F em α* descrita acima terá sempre como referência o mesmo objeto, ou seja, será um designador rígido. A razão para tanto é que, nesse caso, a condição que determina a referência do termo, a saber, *ser F em α* , é sempre satisfeita pelo mesmo objeto, isso, uma vez que a propriedade em questão, *F em α* , consiste numa essência individual desse objeto. Desse modo, uma descrição definida como, por exemplo, ‘o autor da *Metafísica* em α ’ expressa um sentido que contém por sua vez uma essência individual (*ser autor da Metafísica em α*) do objeto por ela denotado e, em razão disso, se poderia dizer que a descrição definida designa rigidamente esse objeto.

Assim, com base em (i) que termos singulares cujo sentido contenha essências individuais do tipo *F em α* são designadores rígidos e (ii) que nomes próprios expressam propriedades do tipo *F em α* , o proponente do *descriptivismo* atualizado sustenta, contra o argumento modal de Kripke, que nomes próprios têm sentido e que esses sejam dados por descrições definidas rígidas do tipo *o F em α* . Essa suposição sustentada pelos proponentes mencionados acima evitaria, segundo os mesmos, a conclusão do argumento modal (isto é, que nomes são diretamente referenciais), na medida em que as descrições definidas do tipo *o F em α* , como os nomes próprios, são designadores rígidos. Desse modo, da perspectiva do *descriptivismo* atualizado, a rigidez referencial de nomes próprios é preservada, uma vez que os respectivos sentidos e referências de nomes são determinados por descrições definidas rígidas do tipo *o F em α* .

3.2.2 – *Dthat-Descriptivismo*

Além da teoria dos nomes próprios proposta de Plantinga, nós poderíamos mencionar ainda uma outra possível versão do *descriptivismo rigidificado*, uma versão que, segundo seus virtuais proponentes, seria supostamente imune ao argumento modal de Kripke. Essa forma alternativa de *descriptivismo*, o *dthat-descriptivismo*, como nós gostaríamos de chamar, estaria baseada na suposição de que nomes próprios são sinônimos de descrições definidas *rigidificadas* formadas por meio de um operador *rigidificador* chamado *dthat*.

A respeito do operador *dthat*, nós devemos destacar que ele foi introduzido por Kaplan em seu célebre *Demonstratives*³². Contudo, não obstante essa origem *kaplaniana*, cabe aqui fazermos uma importante advertência acerca da estratégia envolvendo o operador *dthat*: ao

³² KAPLAN (1989, pp.321-322)

afirmarmos que o *dthat-descriptivismo* é inspirado em Kaplan, nós não supomos que essa forma *descriptivismo* representa de algum modo o ponto de vista de Kaplan acerca do comportamento semântico de nomes próprios.

Dito isso, nós veremos, no que se segue, de que maneira funcionaria, então, a *rigidificação* de descrições definidas não-rígidas por meio do operador *dthat*.

Tal como Kaplan (1989, p.521, nossa tradução) afirma, “seria proveitoso ter um modo de converter um termo singular arbitrário em um que fosse diretamente referencial”. Ou seja, com essa afirmação, o autor tem em vista especialmente a possibilidade de transformar, a partir de um certo recurso ou mecanismo sintático-semântico, descrições definidas em um tipo especial de demonstrativo. Dizemos “um tipo especial de demonstrativo”, porque, tal como destaca Kaplan, a referência dessa descrição definida demonstrativa seria, ao mesmo tempo, a denotação associada à descrição definida e, também, o *demonstratum* assinalado pelo elemento sintático-semântico indexado a essa descrição. Mas no que consiste esse elemento sintático-semântico cuja função seria a de assinalar um *demonstratum*? De acordo com Kaplan, esse elemento seria o operador (ou demonstrativo, como ele mesmo chama) *dthat*.

O operador *dthat*, tal como observa Kaplan, funciona como o demonstrativo ‘este’ (*that*), ou seja, sua referência é determinada por meio das regras lingüísticas que governam seu uso mais a demonstração, isto é, o gesto, ou indicação, por meio do qual um objeto é sinalizado num contexto particular. Assim, segundo Kaplan, ao combinarmos o demonstrativo *dthat* com β , tal que β é uma descrição definida qualquer, nós obtemos *dthat* [β] cuja referência é fixada por meio das condições descritivas, a saber, aquelas carregadas por β , mais uma condição demonstrativa, aquela carregada por *dthat*. Ou seja, a referência de uma expressão do tipo *dthat* [β] será aquele objeto que satisfaz a condição de ser este β .

A fim de ilustrar o resultado que, segundo Kaplan, nós obtemos quando associamos o demonstrativo *dthat* com descrições definidas, vamos observar o seguinte exemplo.

Consideremos a descrição definida ‘o autor da *Metafísica*’. A referência dessa expressão é determinada, na medida em que há um certo indivíduo que satisfaça a condição de ser o autor da *Metafísica*. No mundo atual, esse indivíduo é aquele que designamos pelo nome ‘Aristóteles’. Entretanto, em um mundo possível tal que Aristóteles nunca tenha existido e Platão, e somente ele, tenha escrito a *Metafísica*, a referência da descrição definida ‘o autor da *Metafísica*’ será esse e não aquele filósofo. Assim, nesse caso envolvendo a descrição definida ‘o autor da *Metafísica*’, bem como nos demais casos envolvendo outras expressões da forma *o x tal que Fx*, o que é determinante na fixação da referência é a satisfação, por parte de um indivíduo, da condição descritiva carregada pela expressão.

Isso, contudo, não se aplica exatamente a expressões tais como, por exemplo, ‘isto’, ‘aquilo’, enfim, demonstrativos. A fixação da referência de tais expressões, embora em parte dependa de um elemento de caráter descritivo, a saber, aquilo que Kaplan chama de *caráter*, é determinada pela demonstração, isto é, pelo ato de apontar para um objeto. Essa demonstração, diz Kaplan, é indispensável a fim de que um demonstrativo seja completo, ou seja, sem a demonstração, as regras linguísticas que governam o uso de um demonstrativo são insuficientes para que sua referência seja fixada num determinado contexto em que essa expressão seja por ventura utilizada.

Assim, de um ponto de vista primeiro e mais superficial acerca dos respectivos modos por meio dos quais são fixadas as referências de descrições definidas e termos demonstrativos, nós poderíamos ser levados a encarar que a referência de uma expressão com a forma *dthat* [β] é determinada, simultaneamente, pelas condições descritivas carregadas pela descrição definida representada por β e, também, pela condição demonstrativa carregada pelo demonstrativo *dthat*. Para dar um exemplo, a referência da expressão ‘*dthat* [o autor da *Metafísica*]’ será, nesse sentido, determinada como sendo aquele indivíduo que, ao mesmo

tempo, satisfaz duas condições: a saber, (i) ser o autor da *Metafísica* e (ii) ser o *demonstratum* assinalado pelo ato de apontar feito pelo falante.

Tal como já indicamos anteriormente, a sugestão feita por Kaplan de que podemos combinar o operador *dthat* com descrições definidas, serviria de base para uma virtual versão do *descriptivismo rigidificado*, uma versão de acordo com a qual podemos converter descrições definidas não-rígidas em outras rígidas, bastando, para isso, indexar àquelas descrições o referido operador. Como nós vimos há pouco, o próprio Kaplan (1989, p.521) considera essa hipótese ao afirmar que “seria útil ter um modo de converter um termo singular arbitrário em um que fosse diretamente referencial”. Ora, mas se isso é possível, isto é, se de fato há um modo de converter certos termos singulares em termos diretamente referenciais e, ademais, se esse modo é representado pela figura do operador *dthat*, nós somos inclinados, então, diriam os virtuais proponentes do *dthat-descriptivismo*, a admitir que tal operador desempenha a função de *rigidificar* termos singulares antes não-rígidos. A razão para tanto, conforme supõe a argumentação de Kaplan, é que o ser diretamente referencial de um termo referencial implica, por definição, que esse seja um designador rígido. Assim, segundo um virtual proponente do *dthat-descriptivismo*, nomes próprios seriam equivalentes a (ou sinônimos de) descrições definidas de um tipo especial, a saber, descrições da forma *dthat* [β]. Nesse sentido, expressões como ‘Aristóteles’, ‘Brasília’, ‘Torre Eiffel’ seriam sinônimos, respectivamente, de descrições definidas *rigidificadas* tais como, por exemplo, ‘*dthat* [autor da *Metafísica*]’, ‘*dthat* [a capital do Brasil]’ e ‘*dthat* [o ponto turístico mais famoso da França]’.

3.2.3 – Descrições *Rigidificadas* via Operador @

Assim como os proponentes do *descriptivismo* atualizado e do *dthat-descriptivismo*, Burge (2005, pp.229-30, n.15a) apresenta sua própria versão do *descriptivismo rigidificado*, uma versão que, segundo ele, seria suficiente a fim de mostrar que o argumento modal de Kripke não representa uma refutação decisiva à teoria *fregeana* dos nomes próprios. Diferentemente do *descriptivismo actualizado* de Plantinga e, também, do *dthat-descriptivismo* de inspiração *kaplaniana*, a proposta de Burge parte do pressuposto de que o modo mais consistente de compatibilizar o *descriptivismo* com as intuições *kripkeanas* acerca da rigidez referencial deve se basear na assunção de que nomes próprios são sinônimos de descrições definidas do tipo *o @ F*. No que segue, nós vamos examinar, portanto, esse ponto de vista de Burge.

De acordo com Burge, haveria um certo mal-entendido envolvendo a interpretação da noção *fregeana* de sentido. Esse mal-entendido, segundo ele, consiste basicamente na identificação do sentido *fregeano* (*Sinn*) com a noção de significado (*meaning*). Nessa direção, Burge sugere que a equivocada identificação entre sentido e significado constituiria a base de uma série de objeções lançadas contra a teoria dos nomes próprios de Frege, objeções dentre as quais nós poderíamos destacar o argumento modal de Kripke.

Sobre essa objeção à teoria *fregeana*, isto é, sobre o argumento modal *kripkeano*, Burge sustenta que, não obstante Frege não ter escrito de fato nada a respeito da modalidade metafísica, sua teoria, no entanto, acomoda uma série de possíveis linhas de resposta às intuições modais de Kripke. Nessa direção, Burge (*Ibid.*, p.229, nossa tradução) observa que um *fregeano* poderia, por exemplo, sustentar, contra o argumento modal, que “nomes próprios são contextualmente associados a sentidos de somente descrições [definidas] rígidas”, isso,

uma vez que, para teoria *fregeana*, é uma questão em aberto se nomes próprios se aplicam ou não rigidamente a seus referentes.

Tendo em vista essa possibilidade, Burge propõe, então, uma maneira *descriptivista* de defender que nomes próprios, ao serem considerados sob circunstâncias *contrafactuais*, se aplicam aos mesmos objetos aos quais eles se aplicam em contextos não-modais de identidade, enfim, Burge propõe uma maneira *descriptivista* de defender a designação rígida de nomes próprios. Segundo Burge, nós poderíamos, portanto, objetar as investidas de Kripke contra Frege, isto é, aquelas representadas por seu argumento modal, sustentando que nomes próprios estão associados a sentidos que, por sua vez, são expressos por descrições definidas da forma *o @ F*.

De acordo com Burge, o @ presente nessa expressão representaria um operador que, quando anexado a uma descrição definida do tipo não-rígida, funcionaria de modo a assegurar que a denotação dessa descrição não varie, ou mesmo falhe, em diferentes circunstâncias *contrafactuais*. Por exemplo, ao associarmos o operador @ à descrição definida ‘o autor da *Metafísica*’, de tal modo que formamos a descrição definida mais complexa ‘o @ autor da *Metafísica*’, nós garantiríamos, alega Burge, que essa descrição se aplique, em todo mundo possível, ao mesmo indivíduo denotado por aquela descrição original no mundo atual, nesse caso, Aristóteles. Assim, se de fato @ desempenha a função vislumbrada por Burge, nós somos levados a assumir que esse operador, ao ser associado a descrições definidas não-rígidas, *rigidifica* essas descrições, ou seja, ele as converte em novas descrições rígidas.

Uma outra observação acerca do operador @, segundo Burge, diz respeito a uma diferença importante envolvendo entre seu operador e o operador α (de Plantinga). Sobre essa diferença, Burge (2005, p.240, nossa tradução) comenta:

“O atual F”³³ usado por alguém em circunstâncias não-atuais capturará qualquer coisa que satisfaça à descrição naquelas circunstâncias não-atuais, ao passo que um nome próprio rígido nas mesmas circunstâncias, usado pela mesma pessoa, capturará o portador do nome no mundo atual. Assim [...] a explicação [baseada no] operador de atualidade³⁴ não provê uma explicação satisfatória do comportamento de nomes próprios [...]

Tal como podemos entender o comentário acima, Burge parece indicar que o operador α , diferentemente do seu operador @, quando associado a uma descrição definida não-rígida *o x tal que Fx*, não imprime a rigidez referencial pretendida à descrição *o x tal que Fx em α* forjada por meio dessa associação. Isso, tal como sugere Burge, se deve ao fato de essas descrições poderem denotar diferentes objetos quando usadas em diferentes mundos possíveis. A razão para tanto, parece consistir em algo que Burge considera apenas implicitamente, mas que Soames, por outro lado, como nós veremos a seguir, explora de modo mais efetivo: a saber, o caráter *indexical* do operador α . ‘Atual’, representado pelo operador α , é um *indexical*, isto é, uma expressão cuja denotação pode variar de acordo com a circunstância de uso. Nessa direção, quando alguém usa a descrição definida ‘o autor de *Hamlet* em α ’, num mundo possível w no qual Bacon (e não Shakespeare) é o único autor de *Hamlet*, a descrição denotará Bacon e não o nosso atual autor de *Hamlet* (isto é, Shakespeare). Isso ocorre, porque o α , em ‘o autor de *Hamlet* em α ’, tal como a descrição é usada pelo habitante de w , captura w , e não o nosso mundo, como o mundo atual. Essa distinção é importante, tal como sugere Burge, uma vez que alguém poderia argumentar equivocadamente que o seu operador @, assim como α , tem um caráter ou funcionamento *indexical*.

Burge observa ainda um outro ponto importante a respeito do operador @. Segundo ele, haveria, também, uma distinção entre o seu operador @ e o operador *dthat* de Kaplan. De acordo com Burge, essa distinção consiste no fato de que o @, ao estar associado, a uma

³³ “o atual F”, ou *o F em α* , como já usamos anteriormente.

³⁴ Essa explicação consiste naquilo que há pouco convenciamos chamamos de *descriptivismo atualizado*.

descrição não-rígida *o x tal que Fx*, *rigidifica* essa descrição sem, contudo, obliterar, como faz o operador *dthat*, o conteúdo descritivo carregado pela descrição.

Assim, segundo Burge, o operador @ representaria uma opção mais interessante ao *descriptivista* a fim de sustentar, contra o argumento modal de Kripke, que nomes próprios, além da referência rígida, estão associados, em diferentes contextos modais, a um mesmo sentido. Esse sentido, como nós vimos, seria representado, dentro da perspectiva de Burge, por meio de uma descrição definida do tipo *o @ F*. Descrições definidas desse tipo, tal como alega Burge, seriam o resultado da *rigidificação* de descrições definidas convencionais não-rígidas do tipo *o x tal que Fx*. A referida *rigidificação*, como propõe Burge, consistiria num processo por meio do qual uma descrição não-rígida, ao ser associada ao operador @, se tornaria um designador rígido. Assim, de acordo com Burge, uma maneira de salvaguardar o *descriptivismo* frente ao argumento modal de Kripke seria assumir que nomes próprios têm sentido e que esse, por sua vez, é dado por descrições definidas rígidas do tipo *o @ F*. Essa estratégia de refutação do argumento modal proposta por Burge, segundo o mesmo, como vimos, teria algumas vantagens sobre as outras estratégias da descrição *rigidificada*: a saber, o *descriptivismo* atualizado e o *dthat-descriptivismo*. Nesse sentido, por um lado, uma das vantagens da estratégia de Burge seria que as descrições definidas do tipo *o @ F* não teriam o caráter *indexical* das descrições *o F em α* , caráter esse que supostamente comprometeria a rigidez dessas descrições. Outra vantagem, por outro lado, seria que o operador @, em *o @ F*, não obliteraria o conteúdo descritivo dessa expressão, como o faz, supostamente, o operador *dthat*, em descrições definidas do tipo *dthat [o x tal que Fx]*.

Capítulo 4 – Críticas às Estratégias *Descritivista*

No presente capítulo, nós examinaremos como, do ponto de vista de certas críticas, as estratégias *descritivistas* falhariam em seu propósito de salvaguardar a teoria *fregeana* dos nomes próprios frente ao argumento modal de Kripke.

4.1 – Crítica à Estratégia do Escopo Amplo

Como nós vimos anteriormente, a análise do escopo amplo proposta por Dummett supõe que nomes próprios são semanticamente equivalentes a descrições definidas de um tipo especial, a saber, descrições definidas que, em sentenças modalizadas, assumem escopo amplo relativamente aos operadores modais contidos nessas sentenças. Uma das conseqüências dessa análise, destaca Soames (1998, p.5), seria a de que a proposição expressa por uma sentença do tipo *se n é F , então, algo é F e G* , equivale à proposição expressa por uma sentença do tipo *se o G é F , então algo é F e G* (tal que n e o G , nas sentenças acima, representam, respectivamente, um nome próprio e uma descrição definida co-referenciais). Entretanto, como bem observa Soames (Ibid., p.6), aquela suposição feita pela a análise do escopo amplo, bem como sua mencionada conseqüência, estranhamente nos habilitaria a caracterizar como inválido um argumento que, naturalmente, nós tomamos como válido. Esse argumento, tal como poderíamos representá-lo, consiste na simples conjunção das premissas (P1) e (P2) e sua conclusão (C) abaixo:

(P1) A proposição de que *se n é F , então, algo é F e G* é equivalente à proposição de que *se o G é F , então, algo é F e G* ;

(P2) A proposição de que se o G é F , então, algo é F e G é uma verdade necessária (ou seja, $\Box [((o x: Gx) Fx) \rightarrow \exists y (Fy \& Gy)]$ é o caso);

(C) A proposição de que se n é F , então, algo é F e G é uma verdade necessária ($\Box [Fn \rightarrow \exists y (Fy \& Gy)]$ é o caso).

Aparentemente, não haveria problema em se tomar que (C) se segue das premissas (P1) e (P2). No entanto, tal como observa Soames (1998, p.6), de acordo com a análise do escopo amplo, uma vez que nomes próprios equivalem a descrições definidas que assumem escopo amplo em sentenças modalizadas, a conclusão do argumento acima deveria ser lida como (C'), isto é, (C) deveria ser analisada da seguinte forma:

(C') O G é tal que a proposição de que se ele é F , então, algo é F e G é uma verdade necessária (ou seja, $(o x: Gx) \Box [Fx \rightarrow \exists y (Fy \& Gy)]$ é o caso).

Aqui, nos vemos diante de um problema para a análise do escopo amplo. Esse problema consiste no fato de a análise do escopo amplo, não obstante a validade do argumento acima, implicar uma caracterização equivocada desse argumento, isto é, uma caracterização de acordo com a qual nós teríamos não mais o argumento válido $P1 \& P2 \rightarrow C$, mas o argumento inválido $P1 \& P2 \rightarrow C'$. A razão para tanto, é que a proposição expressa por $\Box [Fx \rightarrow \exists y (Fy \& Gy)]$, ao contrário do que implica (C'), não é uma verdade necessária – isso, uma vez que não sempre um mesmo indivíduo possui, ao mesmo tempo, duas diferentes propriedades F e G e, ademais, não sempre G é uma propriedade essencial daquele indivíduo que atualmente é G .

De acordo com Soames (1998, p.6), a razão para a análise do escopo amplo resultar em uma conseqüência indesejada, a saber, a caracterização do argumento acima como inválido, se deve ao fato de ela não oferecer um tratamento uniforme às sentenças contendo operadores modais. Para ilustrar isso, consideremos o exemplo da sentença α , mencionado por Soames (Ibid.). Primeiramente, suponhamos o caso em que α seja uma sentença que contém não um nome próprio, mas uma descrição definida. De acordo com a análise do escopo amplo, diz Soames, ao associarmos α a um operador modal ($\Box\alpha$ ou $\Diamond\alpha$), nós temos que o predicado representado por esse operador (necessário ou possível) se aplica a uma determinada proposição, p , digamos. No entanto, Soames destaca, se nós substituíssemos a descrição definida em α por um nome próprio co-referencial, nós teríamos que o predicado modal não mais se aplicaria à proposição p , mas a uma outra proposição. Por exemplo, digamos que α , nesse caso, contenha um nome próprio e expresse uma proposição do tipo n é F (Fn), tal que n é um nome próprio. Aqui, conforme a análise do escopo amplo, ainda que n , como supõe o *descriptivista*, seja equivalente a uma descrição definida tal como *o G*, nós temos que, ao associarmos α a um operador modal ($\Box\alpha$ ou $\Diamond\alpha$), o predicado modal se aplica não a uma proposição do tipo *o G é F* ($\Box[o x: Gx (Fx)]$ ou $\Diamond[o x: Gx (Fx)]$), mas a uma proposição do tipo *x é F* ($\Box[Fx]$ ou $\Diamond[Fx]$). A razão para tanto é que, segundo a análise de Dummett, em sentenças modalizadas, as descrições definidas equivalentes a nomes próprios escapam do âmbito do operador modal. Desse modo, o predicado modal representado pelo operador modal não se aplica ao conteúdo daquela descrição.

Assim, de acordo com Soames, o problema da análise do escopo amplo consiste no fato de ela caracterizar como inválidos alguns argumentos válidos como aquele supracitado, isto é, argumentos com a seguinte forma:

$$(i) \alpha = \beta$$

(ii) α é uma verdade necessária

(iii) β é uma verdade necessária

Se α e β acima contêm, respectivamente, a descrição definida $o G$ e o nome próprio n , (que, digamos, são expressões co-referenciais), então, de acordo com a análise do escopo amplo, (i) e (ii) atribuem, respectivamente, o predicado modal *é uma verdade necessária* a proposições distintas. Ora, mas isso parece contra-intuitivo: se de fato há uma equivalência entre α e β , como supõe o defensor da análise do escopo amplo, então, tudo aquilo que podemos atribuir à proposição expressa por α deveria poder ser atribuído à proposição expressa por β . Para colocar a questão de outro modo, se (i) e (ii) são o caso, (iii) de se seguir.

Assim, tendo isso tudo em vista, a crítica que se poderia colocar a análise do escopo amplo, diria Soames (1998, p.7), é que, por um lado, a referida análise se propõe a prover uma caracterização adequada da semântica de sentenças modalizadas contendo termos singulares, em especial sentenças modalizadas contendo nomes próprios e descrições definidas, e, por outro, falha em seu propósito ao caracterizar de modo equivocado argumentos válidos contendo tais sentenças. Nesse sentido, de acordo com Soames (Ibid.), a análise do escopo amplo deve ser descartada enquanto tentativa de salvaguardar o *descriptivismo* frente ao argumento modal de Kripke, isso, uma vez que tal análise não se segue enquanto uma explicação correta do modo como nomes próprios ordinários funcionam regularmente em suas respectivas linguagens.

4.2 – Críticas às Estratégias da Descrição *Rigidificada*

Na presente seção, nós examinaremos algumas críticas lançadas às chamadas estratégias da descrição *rigidificada*, ou seja, aquelas tentativas de salvaguardar o *descriptivismo* frente ao argumento modal de Kripke baseadas na assunção de que nomes próprios são semanticamente equivalentes a descrições definidas *rigidificadas*.

4.2.1 – Crítica ao *Descriptivismo Atualizado*

De acordo com Soames (1998, p.13), ao nos debruçarmos sobre, por um lado, construções linguísticas envolvendo elementos modais e, por outro, a atribuição de atitudes proposicionais, nos daríamos conta de um problema que, segundo o referido autor, seria suficiente a fim de elucidar que há um equívoco em se supor que nomes próprios têm seus respectivos significados dados por descrições definidas *actualizadas*, isto é, descrições do tipo *o F em α (o x: αFx)*. Esse problema, segundo Soames, estaria baseado na possibilidade de indivíduos, em outros mundos possíveis, sustentarem crenças acerca de indivíduos sobre os quais nós, habitantes do mundo atual, também temos nossas crenças.

Para ilustrar esse ponto, nós podemos dizer que temos crenças acerca do indivíduo ao qual atualmente designamos pelo nome ‘Pelé’: por exemplo, que ele foi jogador de futebol; ademais, nós podemos dizer que acreditamos, acerca do mundo atual, que Pelé foi jogador de futebol nesse mundo. Segundo Soames, o mesmo se aplicaria a outros mundos possíveis. Ou seja, é plenamente razoável, diria Soames, concebermos a possibilidade de, em wI , um mundo possível qualquer, outros indivíduos acreditarem que Pelé fora jogador de futebol, e, além disso, a possibilidade de tais indivíduos acreditarem, com respeito ao seu respectivo

mundo, $w1$, que Pelé fora jogador de futebol nesse mundo; isso, contudo, destaca o referido Soames, sem sustentarem quaisquer crenças acerca do nosso mundo, isto é, o mundo atual.

Com base no quadro descrito no parágrafo acima, Soames desenvolve uma crítica à análise de que nomes próprios equivalem a descrições definidas *rigidificadas* por meio do operador α , isto é, uma objeção ao *descriptivismo atualizado*. Essa crítica, como próprio Soames (1998, p.15) indica, teria como base o seguinte argumento:

(P1) É possível acreditar, com respeito a um certo indivíduo n , que F_n , sem sustentar quaisquer crenças acerca do mundo atual. Especificamente falando, é razoável conceber que, em certos mundos possíveis, haja indivíduos que acreditam que F_n , sem acreditar, com respeito ao mundo atual, que qualquer indivíduo nesse mundo seja G , e sem acreditar, com respeito ao mundo atual, que o único indivíduo que é G nesse mundo seja F ;

(P2) Necessariamente, alguém acredita que o G atual seja F , se e somente se alguém acredita, com respeito ao mundo atual, que o único indivíduo que é G nesse mundo seja F ;

(C1) Não é o caso que, necessariamente, alguém acredita que F_n , se e somente se alguém acredita que o G atual seja F ;

(P3) Se o nome próprio n , tal como é usado num contexto c , e a descrição definida o G atual, tal como é usada em c , fossem sinônimos, então:

(i) as sentenças n é H e o G atual é H , em c , expressariam a mesma proposição;

(ii) as sentenças β acredita que n é H e β acredita que o G atual é H , em c , expressariam a mesma proposição;

(iii) (C1) acima seria falso;

(C2) Logo, o nome próprio n e a descrição definida o G atual, tal como essas expressões são usadas em c , não podem ser sinônimos.

A respeito do argumento supracitado, Soames oferece uma série de observações. Inicialmente, o autor alega sobre a premissa (P1) acima que ela está baseada numa hipótese plenamente intuitiva, a saber, que, em situações *contrafactuais*, alguns indivíduos, desprovidos de quaisquer crenças a respeito do mundo que nós chamamos aqui e agora de ‘atual’, sustentem crenças acerca de um determinado indivíduo, um indivíduo sobre o qual, aliás, nós atualmente poderíamos sustentar nossas crenças.

Sobre as premissas (P2) e (P3), Soames observa, partindo de uma análise semelhante a da semântica dos *indexicais* de Kaplan, que uma sentença da forma *o G atual é H*, tal como ela é proferida num contexto c , num mundo arbitrário w , afirma, em c , que a única coisa que é G em w é H . Consequentemente, um proferimento, no mesmo contexto c , de uma sentença da forma β acredita que o G atual é H será verdadeiro quando avaliado em w , se e somente se, nesse mundo arbitrário, β acredita naquilo que é expresso pelo proferimento, em c , da sentença *o G atual é H*. Se w é um mundo possível que não o nosso, a sentença acima será verdadeira, se e somente se β acredita com respeito a esse mundo possível que o único indivíduo que é G nesse mundo seja H . E o mesmo raciocínio se aplica ao caso envolvendo o proferimento no mundo atual da sentença β acredita que o G atual é H .

Sobre essa última observação, Soames sustenta que ela supõe algo inegável do ponto de vista assumido por quem quer que defenda a tese de que nomes próprios são sinônimos de

descrições definidas *rigidificadas* do tipo *o F atual* (*o x: αFx*), isto é, o ponto de vista do *descriptivismo atualizado*. Como nós vimos anteriormente, de acordo com o proponente dessa versão do *descriptivismo*, o operador α , ao ser indexado a uma descrição definida não-rígida, além de supostamente *rigidificar* essa descrição, preserva, por outro lado, o seu conteúdo descritivo. Assim, quando nós usamos, num contexto *c*, neste mundo, isto é, o mundo atual, uma descrição definida do tipo *o x: αFx* tal como, por exemplo, ‘o atual autor da *Metafísica*’, nós usamos essa descrição de tal modo que ela se aplicará aquele indivíduo que univocamente satisfaz nesse mundo a propriedade representada na descrição – no caso do exemplo, o único indivíduo que no mundo atual é o autor da *Metafísica*, ou seja, Aristóteles.

Ademais, Soames, com base no argumento acima e nas suas observações acerca dele, chama atenção para o fato de que tal argumento supõe uma certa concepção semântica do modo como se dão as atribuições de atitudes proposicionais. Essa concepção, segundo o próprio autor, poderia ser resumida da seguinte forma: se temos duas expressões lingüísticas que possuam, num mesmo contexto, o mesmo significado, nós podemos substituir uma pela outra em construções lingüísticas representando atribuição de atitudes proposicionais contendo essas expressões sem que, com isso, haja qualquer alteração nas respectivas condições de verdade de cada uma das construções. Por exemplo, suponha que nós tenhamos um nome próprio *n* e uma descrição definida *o G atual* e que, num determinado contexto *c*, ambas as expressões tenham o mesmo significado; nesse caso, nós podemos substituir em β *acredita que n é H* e β *acredita que o G atual é H*, respectivamente, *n* por *o G atual*, e vice-versa, sem que, ao fazer isso, tenhamos as condições de verdade dessas sentenças, em *c*, modificadas.

De acordo com Soames, aquela concepção semântica acerca da atribuição de atitudes proposicionais, além de ser por si própria bastante razoável, é também algo que o *descriptivista* forçosamente deve aceitar. A razão para tanto, tal como sugere Soames, reside no fato de que,

para o *descriptivista*, uma das grandes vantagens de qualquer teoria da referência indireta dos nomes próprios (isto é, uma teoria para a qual nomes e descrições definidas são sinônimos) consiste em dar uma explicação para a *inter-substitutividade salva propositione* entre nomes e descrições em construções de atitudes proposicionais. Desse modo, nós podemos concluir, em concordância com o que é sugerido por Soames, que descartar uma explicação da semântica da atribuição de atitudes proposicionais tal como aquela representada pela concepção descrita acima, significa, para o *descriptivista*, abrir mão de uma das alegadas vantagens de sua teoria: a saber, explicar o referido fenômeno da *inter-substitutividade salva propositione*.

Assim, tendo em vista, por um lado, sua suposição de que seria inerente ao *descriptivismo* a aceitação daquela concepção semântica envolvendo a atribuição de atitudes proposicionais, e, por outro, sua série de observações a respeito das premissas (P2) e (P3), Soames argumenta que o proponente do *descriptivismo atualizado* deve, por conseguinte, assumir como verdadeiras aquelas premissas (P2) e (P3). No entanto, observa Soames que, nesse caso, o proponente do *descriptivismo atualizado* se veria forçado a, portanto, assumir como válido o referido argumento e, conseqüentemente, sua conclusão de que nomes próprios e descrições definidas do tipo $o\ x: \alpha Fx$ não possam ser expressões sinônimas. Desse modo, Soames sustenta, o *descriptivismo atualizado* deve ser descartado enquanto uma estratégia consistente contra o argumento modal de Kripke, isso, uma vez que tal versão do *descriptivismo*, ao mesmo tempo, (i) partiria do princípio de que nomes próprios são sinônimos de descrições definidas do tipo $o\ x: \alpha Fx$ e (ii) forçaria, como vimos acima, seus proponentes a assumirem como válido um argumento cuja conclusão representa a negação do seu princípio fundamental.

4.2.2 – Crítica ao *Dthat-Descriptivismo*

Ainda há pouco, consideramos como alternativa possível ao *descriptivismo atualizado* aquilo que nós chamamos de *dthat-descriptivismo* – isto é, a possibilidade de se analisar que nomes próprios têm seus respectivos significados dados por expressões do tipo *dthat* [β]. Basicamente, como vimos anteriormente, tais expressões seriam o resultado da combinação formada por, de um lado, uma descrição definida, aqui representada por β , e, de outro, o operador *dthat*. Essa combinação, tal como poderiam sugerir os virtuais proponentes do *dthat-descriptivismo*, resultaria, na construção de um designador rígido. Esse resultado, tal como poderiam supor aqueles proponentes, seria o caso, na medida em que o operador *dthat*, em razão de sua natureza *indexical*, desempenharia a função de *rigidificar* β , isso, é claro, quando quer que β seja uma descrição definida não-rígida. Desse modo, segundo o *dthat-descriptivismo*, uma vez que dispomos de um recurso sintático-semântico (a saber, o operador *dthat*) capaz de converter descrições definidas não-rígidas em outras rígidas, nós podemos sustentar, contra o argumento modal de Kripke, que uma maneira consistente de defender o *descriptivismo* consiste em assumir que nomes próprios são sinônimos de descrições definidas especiais do tipo *dthat* [β].

Entretanto, tal como é observado por Soames³⁵ (e reiterado por Burge³⁶), haveria um problema envolvendo o *dthat-descriptivismo*. Esse problema, Soames descreve, consiste, basicamente, no fato de que a associação entre o operador *dthat* e uma descrição definida não-rígida, não obstante forjar um designador rígido, o faz, contudo, obliterando todo o conteúdo descritivo carregado pela expressão original, isto é, aquela descrição definida. Para colocar de outro modo, segundo Soames, ao combinar uma descrição definida não-rígida β com o operador *dthat*, nós forjamos uma nova expressão *dthat* [β] que, embora designe rigidamente

³⁵ SOAMES (1996, p17)

³⁶ BURGE (2005, pp.240-41)

um objeto, faz isso não em função do conteúdo descritivo carregado por β , mas em função exclusivamente do papel *indexical* desempenhado pelo operador *dthat*. Ou seja, no que diz respeito à suposta rigidez referencial de uma expressão do tipo *dthat* [β], as condições descritivas implicadas pela descrição definida, aqui representada por β , não têm qualquer relevância na determinação do objeto a ser assinalado como referência daquela expressão. Em suma, o que Soames parece indicar é que, com o uso de uma expressão do tipo *dthat* [β], o que nós temos, do ponto de vista semântico, é, não uma descrição definida propriamente, mas uma expressão diretamente referencial, tal qual um simples *indexical*, ou seja, algo análogo, por exemplo, ao demonstrativo ‘este’ (*that*).

A fim de ilustrar o problema supracitado envolvendo o *dthat-descriptivismo*, observemos o seguinte: vamos supor que queiramos *rigidificar* a descrição definida não-rígida ‘o melhor jogador de futebol’, de modo que ela designe rigidamente sua denotação atual, isto é, o indivíduo portador do nome ‘Pelé’, e, para tanto, combinemos essa descrição com o operador *dthat*. Ao fazer isso, nós obtemos a expressão *dthat* [‘o melhor jogador de futebol’].

Segundo os virtuais proponentes do *dthat-descriptivismo*, com o procedimento descrito no parágrafo acima nós temos à disposição uma descrição definida referencialmente rígida: uma descrição definida, por que, carrega um conteúdo descritivo, a saber, aquele representado pela descrição componente, ‘o melhor jogador de futebol’; e rígida, porque, ao levarmos aquela expressão, *dthat* [‘o melhor jogador de futebol’], para outros mundos possíveis, sua referência, Pelé, já está fixada rigidamente através do elemento *indexical* presente no operador *dthat*.

Entretanto, de acordo com Soames, ao associarmos o operador *dthat* à descrição definida não-rígida ‘o melhor jogador de futebol’, ainda que obtenhamos um designador rígido (alegradamente, a expressão *dthat* [‘o melhor jogador de futebol’]), nós perdemos o

conteúdo descritivo representado por aquela descrição definida não-rígida. Colocando de outro modo, o ponto de Soames é que ao buscarmos *rigidificar* a denotação atual da descrição definida não-rígida ‘o melhor jogador de futebol’ por meio da combinação sintática dessa descrição com o operador *dthat*, o que nós produzimos, do ponto de vista semântico, é a expressão diretamente referencial *dthat* [‘o melhor jogador de futebol’]. Isso, segundo Soames, ocorreria, porque, apesar de fixar a denotação atual daquela descrição definida não-rígida como a referência rígida da nova expressão *dthat* [‘o melhor jogador de futebol’], o operador *dthat* suprime todo o conteúdo descritivo da expressão componente, isto é, a descrição ‘o melhor jogador de futebol’. A razão para tanto, tal como podemos compreender, talvez se deva ao fato de o elemento *indexical* (aquele representado pelo operador *dthat*) ser tudo aquilo que é suficiente na determinação da referência da expressão *dthat* [‘o melhor jogador de futebol’]; ou seja, nesse caso, o conteúdo descritivo carregado pela expressão componente, a descrição ‘o melhor jogador de futebol’, não somente não tem prioridade sobre o operador *dthat*, como, também, não tem qualquer participação no processo por meio do qual a referência rígida daquela expressão é assinalada.

Assim, com base nas observações acima, Soames argumenta que o *dthat-descriptivismo* deve ser descartado enquanto estratégia de refutação do argumento modal de Kripke. A razão para isso, tal como supõe o autor, é simples: ao alegar que nomes próprios têm seus respectivos significados dados por descrições definidas de um tipo especial, os virtuais proponentes do *dthat-descriptivismo* estabelecem que essas descrições sejam representadas por expressões da forma *dthat* [β], expressões que, como nós vimos anteriormente, funcionam como termos diretamente referenciais, isto é, termos que referem não por meio de um conteúdo descritivo.

4.2.3 – Crítica à Estratégia da Descrição *Rigidificada* de Burge

Como nós indicamos anteriormente, Burge compartilha com Soames a idéia que nem o *descriptivismo* atualizado, nem o *dthat-descriptivismo*, representam modos consistentes de se defender, contra o argumento modal *kripkeano*, a tese de que nomes próprios são equivalentes a descrições definidas *rigidificadas*. Como podemos supor, para todo e qualquer *descriptivista* engajado em elaborar uma estratégia da descrição *rigidificada*, torna-se imperativo oferecer uma teoria razoável que dê conta de explicar consistentemente que o significado de nomes próprios seja dado por uma expressão que, ao mesmo tempo, (i) carregue um conteúdo do tipo descritivo e (ii) designe rigidamente o indivíduo portador do nome. Assim, de acordo com Burge, as estratégias mencionadas há pouco mencionadas, a saber, o *descriptivismo* atualizado e o *dthat-descriptivismo*, não satisfazem, cada uma ao seu modo, ou um ou outro, dentre os requisitos (i) e (ii) acima.

Do ponto de vista do autor, as falhas envolvendo o *descriptivismo* atualizado e o *dthat-descriptivismo* seriam o caso pelas seguintes razões. Por um lado, no que diz respeito ao *descriptivismo* atualizado, descrições definidas do tipo *o x: αFx* não designam rigidamente o mesmo objeto, isso, uma vez que uma descrição definida desse tipo pode, quando usada num determinado contexto *c*, num mundo possível w_1 , capturar, como sua referência em *c*, um indivíduo distinto daquele capturado por essa mesma descrição quando usada num outro contexto em outro mundo possível. Nesse sentido, nós seríamos levados a concluir que o *descriptivismo* atualizado não satisfaz o requisito (ii) acima. Já, por outro lado, no que tange ao *dthat-descriptivismo*, as expressões do tipo *dthat* [β] são, do ponto de vista semântico, o contrário do que deseja um autêntico *descriptivista*, isto é, tais expressões funcionam não como descrições definidas, mas como termos diretamente referenciais. A razão para tanto, consiste

no fato de o operador *dthat*, em *dthat* [β], suprimir todo conteúdo descritivo carregado pela descrição definida representada por β .

Tendo isso tudo em vista, Burge propõe, assim, que nomes próprios são equivalentes a descrições definidas especiais do tipo $o @ F$. De acordo com o autor, tais descrições são designadores rígidos compostos por, de um lado, uma descrição definida $o F$ não-rígida e, de outro, o símbolo especial @. Esse símbolo especial, Burge sugere, consiste num operador *rigidificador* que, ao ser associado a uma descrição definida não-rígida do tipo $o F$, forma uma descrição $o @ F$ designando rigidamente o mesmo indivíduo designado *não-rigidamente* por aquela descrição. Para Burge, portanto, uma vez que as descrições definidas do tipo $o @ F$ são supostamente designadores rígidos, nós podemos argumentar consistentemente, contra o argumento modal, que um nome próprio n tem seu significado dado por uma descrição definida do tipo $o @ F$, tal que a descrição definida componente $o F$ denota atualmente o portador desse nome.

No entanto, apesar da estratégia de Burge, tal como esse autor alega, constituir uma saída consistente no sentido de salvaguardar o *descriptivismo* daquela crítica de Kripke, isto é, a crítica representada por seu argumento modal, nós podemos observar que tal estratégia envolve uma dificuldade que não é o caso em se tratando das demais estratégias, a saber, o *descriptivismo* atualizado e o *dthat-descriptivismo*. Essa dificuldade, tal como nós podemos compreender, consiste no fato de Burge apelar para um recurso não-natural, no caso, o operador @, a fim de explicar o modo como nós usamos naturalmente um certo tipo de expressão linguística característico das chamadas ‘linguagens naturais’, a saber, nomes próprios. Ao contrário das demais estratégias, que, ao tentar explicar a rigidez referencial indireta de nomes próprios, lançam mão de símbolos especiais para os quais podemos assinalar correlatos na linguagem natural (‘atual’, no caso do operador α , e, num certo sentido, o demonstrativo ‘este’, no caso do operador *dthat*), a estratégia de Burge supõe que

os conteúdos descritivos por meio dos quais nomes próprios designam rigidamente suas respectivas referências seriam passíveis de ser formulados por expressões artificiais, a saber, as descrições supostamente rígidas do tipo *o @ F*. Aqui, o *referencialista* poderia questionar: mas o que, efetivamente, se quer dizer quando se diz, para dar um exemplo, que o @ autor da *Metafísica* nasceu em Estagira? Quais intuições acerca do uso que nós fazemos das linguagens naturais justificariam que, quando usamos uma tal expressão como ‘o @ autor da *Metafísica*’, estamos a designar rigidamente Aristóteles do mesmo modo que designamos rigidamente esse indivíduo por meio do seu nome próprio? Essas questões não são respondidas por Burge, o que, aliás, enfraquece bastante a eficácia de sua estratégia, ou tentativa, de, contra Kripke, defender que nomes próprios são designadores rígidos que significam por meio de descrições definidas *rigidificadas* do tipo *o @ F*. Uma razão para a ausência de maiores esclarecimentos para tais questões talvez se deva ao fato de Burge não se preocupar, como ele mesmo admite, em estabelecer um correlato nas linguagens naturais para o seu operador @. Esse fato, tal como podemos entender, acaba por imprimir artificialidade à sua estratégia de Burge, isso, ao ponto de torná-la um tanto inaplicável enquanto explicação do fenômeno empírico da nomeação.

5 – Conclusão

Do que foi observado até aqui, nos resta ainda tecer algumas breves considerações finais acerca se de fato as diferentes tentativas *descriptivistas* de dar uma solução ao problema posto pelo argumento modal de Kripke (esse problema, isto é, conciliar a tese da referência indireta com a intuição de que nomes são rígidos) seriam bem sucedidas em salvaguardar a base da teoria *fregeana* dos nomes próprios, a saber, que nomes têm sentido. Nessa direção, nesta seção, nós procuraremos oferecer tais considerações, e faremos isso, na medida em que recapitularemos alguns dos principais pontos analisados na presente dissertação.

Primeiramente, no Capítulo 1, nós analisamos a teoria dos nomes próprios de Frege. A nossa análise dessa teoria, tal como pôde ser visto, se dividiu em duas partes. Na primeira parte dessa análise, Seção 1.1, nós apresentamos uma visão geral da doutrina do sentido e referência de Frege, enquanto que na segunda parte, Seção 1.2, nós propusemos como seria possível entender uma teoria *fregeana* para nomes próprios tendo como base a referida doutrina.

O cerne da doutrina *fregeana* do sentido e referência, como nós pudemos visualizar na Seção 1.1, consiste na idéia de que os sinais da linguagem (em especial termos singulares, termos gerais, e sentenças) possuem um sentido e uma referência. Colocando em outras palavras, o *insight* de Frege ao propor sua doutrina de que sinais lingüísticos têm sentido e referência é o de que tais sinais não apenas designam um objeto, isto é, sua referência, mas o designam por meio de algo que contém uma propriedade ou um modo de apresentação desse objeto, a saber, um sentido. A vantagem da noção de sentido de Frege, como nós vimos, consiste em explicar nossa perspectiva epistêmica ou cognitiva acerca daquilo que significamos por meio de sinais simples e, conseqüentemente, aquilo que afirmamos por meio de sentenças.

Com base nessas e, também, em outras considerações, nós delineamos posteriormente, na Seção 1.2, aquilo que se poderia chamar de uma teoria *fregeana* de nomes próprios. Tal como nós pudemos verificar, além da tese de que nomes próprios têm sentido e referência, essa teoria seria caracterizada por (i) a admissão de que nomes podem estar associados não a um mesmo sentido, mas a vários, e (ii) a sugestão de que o(s) sentido(s) associado(s) a um nome seria(m) equivalente(s) ao sentido de uma descrição definida. Aquela admissão teria como base as observações de Frege acerca do modo como nós ordinariamente utilizamos nomes próprios e essa sugestão, o fato do próprio Frege representar os possíveis sentidos de um nome por meio de descrições definidas.

Já no Capítulo 2, nós examinamos a objeção à teoria *fregeana* dos nomes próprios representada pelo argumento modal de Kripke. Ao examinar esse argumento, nós, primeiramente, discutimos três pontos fundamentais dessa objeção de Kripke, a saber, a caracterização *kripkeana* da teoria de Frege enquanto *descriptivismo*, a visão *kripkeana* da noção de mundo possível e a concepção *kripkeana* de designação rígida.

Sobre a caracterização da teoria *fregeana*, nós notamos, na Seção 2.1, que, para Kripke, tal teoria estaria fundamentalmente apoiada na idéia de que há uma equivalência semântica entre nomes próprios e descrições definidas, ou seja, a idéia de que o sentido e a referência daqueles termos seriam determinados em termos de expressões da forma *o x tal que Fx*, isto é, descrições definidas.

Com respeito à visão da noção de mundos possíveis, nós observamos, na Seção 2.2, que, segundo Kripke, um mundo possível consistiria num contexto imaginário no qual um objeto seria representado enquanto destituído de uma ou algumas das propriedades contingentes que ele detém atualmente. Como nós vimos, de acordo com Kripke, para falar de modo significativo acerca de objetos e mundos possíveis, não é necessário nem que detenhamos de antemão um critério de identidade *transmundana* para esse objeto e nem que,

ao realizar o experimento mental no qual um mundo possível é figurado, sejamos capazes de dar uma descrição total desse mundo.

Já na Seção 2.3, nós examinamos a concepção *kripkeana* de designação rígida. Nesse exame, nós observamos, primeiramente, que conforme a concepção de Kripke, um termo é um designador rígido se e somente se ele se refere ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis nos quais esse objeto está incluído. Nesse sentido, ainda na Seção 2.3, nós observamos, também, que, para Kripke, nomes próprios seriam designadores rígidos e que essa sua rigidez referencial seria justificada por nossas intuições acerca do modo como nomes são utilizados ordinariamente.

Na Seção 2.4, nós observamos que, conforme a visão *kripkeana* da nomeação, nomes próprios são designadores rígidos diretamente referenciais, ou seja, nós vimos que para Kripke a relação semântica entre nomes e suas respectivas referências não seria mediada por aquilo que Frege chama de ‘sentido’. Nessa direção, na seção subsequente, 2.5, apresentamos uma justificativa oferecida por Kripke em favor da referência direta de nomes próprios, justificativa essa representada pelo seu assim chamado ‘argumento modal’. A essência desse argumento consiste, resumidamente falando, no raciocínio de que um nome próprio, enquanto designador rígido, não pode ter sua referência dada por um sentido, isso, porque, nesse caso, em situações *contrafactuais* (mundos possíveis) onde o sentido associado a esse nome não assinalar o indivíduo atualmente nomeado, o nome variaria sua referência. Ou seja, segundo o argumento modal, que nomes próprios tenham sentido implica que tais termos não sejam designadores rígidos. Nessa direção, uma vez que nossas intuições confirmam a rigidez referencial de nomes próprios, somos levados (essa é a conclusão *kripkeana*) a reconhecer que nomes não têm sentido. Como nós vimos na Seção 2.5, o grande mérito de Kripke ao prover, contra Frege, seu argumento modal seria o de exibir uma dificuldade a ser superada por uma teoria da referência indireta tal qual a *fregeana*. Essa dificuldade, tal como nós poderíamos

enunciar, consiste em conciliar o dado intuitivo da designação rígida de nomes próprios com a tese de que nomes designam objetos por meio de um sentido. De acordo com Kripke, ou tal como ele supõe ter mostrado em seu argumento modal, a referida dificuldade não seria superada e, desse modo, nós devemos assumir, portanto, que nomes próprios não têm sentido, mas apenas referência.

Com tudo isso em vista, nós devemos ressaltar, contudo, o argumento modal de Kripke deixa em aberto uma certa questão. Nós poderíamos, tendo em vista o referido argumento, concluir que todo o problema envolvendo o *descriptivismo fregeano* consiste em não contarmos com sentidos que, ao serem associados a um nome, assinalem o mesmo objeto (i.e., o objeto atualmente nomeado) como a referência desse nome em todo mundo possível onde o objeto nomeado esteja incluído. Nesse caso, se a validade do argumento modal depende de nós não podermos contar com sentidos que preservem a rigidez referencial, somos levados a crer que o argumento não teria validade sobre aqueles casos em que um objeto pode ser denotado por uma descrição definida rígida. Dentre tais casos, nós podemos citar, para dar um exemplo, aquele envolvendo objetos matemáticos. Certas descrições definidas da matemática (por exemplo, ‘o número par e primo’) designam rigidamente suas respectivas denotações, ou, para colocar de outro modo, os sentidos dessas descrições assinalam, em todos os mundos possíveis, os mesmos objetos como suas respectivas referências. Desse modo, nós poderíamos estipular que os nomes próprios da matemática têm sentido, a saber, o sentido de uma descrição definida rígida co-referencial. Kripke reconhece esse contra-exemplo ao seu argumento modal, admite, mas sem, no entanto, conceder que nomes próprios da matemática, por isso, tenham sentido e, além disso, sem oferecer quaisquer argumentos em favor de sua posição de que nomes próprios indiscriminadamente são termos diretamente referenciais.

Dando prosseguimento, nós observamos no Capítulo 3 dois tipos de estratégias sustentadas por simpatizantes do *descriptivismo*, estratégias essas cujo objetivo último seria o de oferecer contra o argumento modal um quadro explicativo para nomeação que acomode a intuição da rigidez referencial e a tese *fregeana* de que nomes próprios têm sentido. Nessa direção nós visualizamos, na Seção 3.1, a estratégia do escopo em amplo e, na seção subsequente, 3.2, as estratégias da descrição *rigidificada*.

Assim, na Seção 3.1, nós observamos que, de acordo com Dummett, o argumento modal não seria eficiente contra uma teoria da referência indireta que partisse do princípio de que nomes próprios têm o sentido dado por descrições definidas co-referenciais que, em sentenças modalizadas, assumem escopo amplo relativamente aos operadores modais. Ou seja, segundo Dummett, uma tal teoria seria imune ao argumento modal, porque a denotação de uma descrição definida com escopo amplo, assim como a referência de um nome próprio, consiste invariavelmente naquele mesmo objeto por ela referido no mundo atual. Contudo, como nós vimos na Seção 4.1, a estratégia de Dummett esbarra num problema. Tal como nos mostra Soames, esse problema consiste no fato de a teoria de Dummett caracterizar de modo inconsistente o status semântico de sentenças modalizadas contendo termos singulares. Essa má caracterização, como nós vimos na supracitada seção, ocorre, na medida em que o proponente da referida teoria assume que nomes próprios são equivalentes a descrições definidas co-referenciais com escopo amplo, mas não que algumas sentenças modalizadas contendo esses termos sejam equivalentes.

Já na subseção 3.2.1, nós examinamos a primeira estratégia da descrição *rigidificada*, a saber, aquela que nós denominamos *descriptivismo atualizado*. Nessa seção, nós observamos que os proponentes do *descriptivismo* atualizado, tomando como base a teoria da nomeação de Plantinga, alegam, contra o argumento modal de Kripke, que nomes próprios seriam semanticamente equivalentes a descrições definidas rígidas do tipo *o F em a*. Contudo, como

nós vimos na seção 4.2, o *descriptivismo* atualizado coloca seu proponente diante do seguinte dilema: (i) assumir que o sentido e a referência de um nome próprio n é dado por uma descrição definida $o F em \alpha$ co-referencial e, conseqüentemente, que as sentenças dos tipos β *acredita que n é G* e β *acredita que $o F em \alpha$ é G* sejam necessariamente equivalentes; ou (ii) assumir que a necessidade dessa equivalência não é o caso e, conseqüentemente, que nomes não têm seu sentido e sua referência dados por descrições $o F em \alpha$. Assim, se o proponente do *descriptivismo* atualizado concorda com (i) acima, então, ele nega o que diz nossa intuição sobre sentenças dos tipos β *acredita que n é G* e β *acredita que $o F em \alpha$ é G* (essa intuição, a saber, que tais sentenças não necessariamente expressam a mesma proposição). Por outro lado, se o proponente em questão concorda com (ii), ou seja, concorda com a mencionada intuição, ele, então, implica, com essa concordância, que nomes próprios não equivalem a descrições definidas do tipo $o F em \alpha$, isto é, implica a negação da posição da qual ele é um proponente. Tendo isso em vista, nós temos, portanto, que o *descriptivismo* atualizado não constitui uma boa estratégia contra o argumento modal de Kripke.

Na subseção 3.2.2, nós analisamos uma outra estratégia da descrição *rigidificada*: o *dthat-descriptivismo*. Como nós notamos na seção supracitada, o proponente dessa estratégia sustenta que nomes próprios seriam equivalentes a descrições definidas rígidas do tipo *dthat* [*o x tal que Fx*]. De acordo com o proponente do *dthat-descriptivismo*, tais descrições seriam o resultado da combinação entre uma descrição definida não-rígida e o operador *dthat*, que, alegadamente, cumpriria a função de *rigidificar* aquela descrição. Contudo, como nós observamos na Seção 4.3, Soames nos mostra que o operador *dthat*, ainda que desempenhe o suposto papel de *rigidificar* uma descrição definida não-rígida, oblitera todo o conteúdo descritivo carregado por essa expressão, isso, em função do caráter *indexical* do operador. Assim, nós temos que a assunção de que nomes próprios equivalem a expressões do tipo *dthat* [*o x tal que Fx*] não implica que a referência de nomes seja mediada pelo conteúdo descritivo

carregado por essas expressões, isso, uma vez que tais expressões funcionam semanticamente como demonstrativos, ou seja, tais expressões são diretamente referenciais. Portanto, na esteira de Soames, concluímos que o *dthat-descriptivismo*, também, não representa uma saída consistente ao argumento modal de Kripke.

Por fim, nós examinamos ainda, na subseção 3.2.3, a estratégia da descrição *rigidificada* sugerida por Burge. Segundo essa estratégia, nomes próprios seriam equivalentes a descrições definidas rígidas co-referenciais do tipo $o @ F$ formadas através da combinação entre uma descrição $o x tal que Fx$ não-rígida e o operador *rigidificador* @. De acordo com Burge, sua estratégia, além de ser imune ao argumento modal, teria certas vantagens sobre as demais estratégias da descrição *rigidificada*. Nesse sentido, Burge argumenta, por exemplo, que sua estratégia seria mais vantajosa que o *descriptivismo* atualizado, na medida em que descrições definidas do tipo $o F em \alpha$, quando usadas em contextos *contrafactuais* distintos, podem denotar diferentes indivíduos. Isso, como nota Burge, contrariaria uma das principais pretensões do proponente do *descriptivismo* atualizado: isto é, *rigidificar* descrições definidas não-rígidas por meio do operador de atualidade. Segundo Burge, sua estratégia não estaria sujeita a esse problema, porque, supostamente, o operador @, ao ser associado a uma descrição definida não-rígida $o x tal que Fx$, garantiria que a descrição definida $o @ F$ designe o mesmo objeto quando usada em diferentes mundos possíveis (esse objeto, a saber, a denotação atual daquela descrição não-rígida). Já por outro lado, ao criticar o *dthat-descriptivismo*, Burge destaca (como faz Soames, por sinal) que as expressões do tipo *dthat* [$o x tal que Fx$] não seriam efetivamente descrições definidas, isso em função de que o conteúdo de $o x tal que Fx$ naquelas expressões seria obliterado pelo operador *dthat*. Esse resultado colapsa com objetivo do proponente do *dthat-descriptivismo*: isto é, colapsa com sua pretensão de que a referência de um nome próprio seja mediada pelo sentido ou conteúdo descritivo carregado por uma expressão do tipo *dthat* [$o x tal que Fx$]. Segundo Burge, isso, no entanto,

não aconteceria quando combinamos @ e uma descrição definida *o x tal que Fx*, ou seja, as expressões *o @ F* não teriam seu conteúdo descritivo bloqueado pelo operador *rigidificador*. Tendo isso tudo em vista, conclui Burge que sua estratégia, dentre as outras estratégias da descrição *rigidificada*, seria a alternativa mais dotada de vantagens e, por isso, a mais efetiva contra o argumento modal de Kripke.

Contudo, como nós podemos observar na subseção 4.2.3, o sucesso da tentativa de Burge, isto é, sua tentativa de oferecer, contra o argumento modal, uma defesa consistente do *descriptivismo*, esbarra na artificialidade da sua proposta. De acordo com Burge, nomes próprios consistiriam, então, em expressões linguísticas cujo sentido seria representado por outras expressões linguísticas, a saber, descrições definidas do tipo *o @ F*. Mas, tal como nós notamos, isso seria problemático. Segundo Burge, a rigidez referencial e a expressão de sentido associados a um nome próprio seriam explicados, então, em termos de uma equivalência entre nomes próprios e descrições definidas rígidas do tipo supracitado. No entanto, a explicação da rigidez referencial e do sentido de nomes próprios dada nesses termos não se mostra conclusiva, uma vez que a rigidez referencial e o sentido de uma descrição definida do tipo *o @ F* não são de maneira alguma explicados por Burge. Donde nós concluímos que a estratégia de Burge baseada na noção de *rigidificação* por meio do operador @, também, não representa uma alternativa consistente ao argumento modal *kripkeano*.

Assim, nossa impressão final é a de que as estratégias *descriptivistas*, embora pareçam oferecer soluções sofisticadas para o problema posto por Kripke (isto é, o problema em acomodar a tese da referência indireta para nomes próprios com a sua intuída rigidez referencial), falham de uma forma ou de outra em oferecer um substituto efetivamente consistente à teoria *fregeana* dos nomes próprios. Não obstante essa impressão, dela não se segue, contudo, que não haja qualquer sentido em se supor que nomes próprios tenham sentido. Nessa direção, é de se notar que, apesar de Kripke mostrar que a teoria dos nomes

próprios de Frege seja limitada de um ponto de vista semântico (isto é, limitada, na medida em que não acomoda uma explicação de como a referência de nomes próprios pode ser dada rigidamente por meio de um sentido), a noção *fregeana* de sentido é explicativa sob um outro ponto de vista, a saber, do ponto de vista em que elucida o aspecto epistêmico envolvido no uso efetivo que nós falantes fazemos da linguagem. Em favor dessa leitura da doutrina de Frege, nós devemos destacar, por exemplo, que a noção *fregeana* de sentido de nome próprio se aproxima muito mais da idéia de um conteúdo de caráter cognitivo (isto é, um conteúdo cuja função seria a de revelar uma dentre as muitas perspectivas epistêmicas possíveis sobre referência), mas não tanto da idéia de um conteúdo de caráter semântico (ou seja, um conteúdo cujo papel desempenhado seria o de determinar linguisticamente a referência). Como nós vimos anteriormente, essa interpretação da teoria de Frege seria suportada pela própria definição *fregeana* de sentido, definição segundo a qual o sentido consiste naquilo em que está contido um modo de apresentação do objeto. No entanto, nós devemos ponderar que, não obstante a teoria *fregeana* ainda deter o mérito de oferecer uma explicação razoável acerca de como nossos estados epistêmicos acerca de objetos podem de alguma maneira estar envolvidos no modo como nós conectamos linguagem e mundo, a objeção dirigida por Kripke (seu argumento modal) à teoria de Frege, bem como os esforços de alguns de seus seguidores (Soames, com vimos), revelam que o *referencialismo* parece representar uma teoria do fenômeno semântico da nomeação muito mais consistente que a teoria representada pelo *descriptivismo*.

6 – REFERÊNCIAS

BURGE, Tyler. Sinning Against Frege. In: **True, Thought, Reason: Essays on Gottlob Frege**. Oxford: Oxford University Press, 2005. pp. 213-41.

DONNELLAN, Keith. Reference and Definite Descriptions. **The Philosophical Review**, vol.75, n°3, pp.281-304, Jul.1966.

DUMMETT, Michael. **Frege – Philosophy of Language**. New York: Harper & Row, 1973.

FREGE, Gottlob. Sense and Reference. **The Philosophical Review**, vol.57, n°3, pp.209-30, May, 1948.

_____. On Concept and Object. **Mind**, vol.60, n°238, pp.168-80, Apr. 1951.

_____. The Thought – A Logical Inquiry. **Mind**, vol.65, n°259, pp.289-311, Jul.1956.

_____. Conceptual Notation. In: BYNUM, T.W. (Ed. e Trad.). **Conceptual Notation and Related Articles**. Oxford: Oxford University Press, 1972. pp.101-203.

_____. Os Fundamentos da Aritmética. In: CIVITA (Ed.) & SANTOS (Trad.). **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. pp.201-82.

_____. Função e Conceito. In: ALCOFORADO, P. (Sel. E Trad.). **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Culrix, 1978. pp.33-58.

JUBIEN, Michael. Proper Names. **Philosophical Perspectives**, vol.7, Language and Logic, pp.487-504, 1993.

KAPLAN, David. Demonstratives. In: ALMOG, PERRY & WETTSTEIN (Ed.). **Themes from Kaplan**. Oxford: Oxford University Press, 1989. pp.481-563.

KRIPKE, S. **Naming and Necessity**. Oxford: Blackwell, 1980.

MILL, John Stuart. Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva. In: CIVITA (Ed.) & COELHO (Trad.). **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. pp.75-272.

PLANTINGA, Alvin. The Boethian Compromise. In: DAVIDSON, M. (Ed.). **Essays in the Metaphysics of Modality**. Oxford: Oxford University Press, 2003. pp.122-38.

QUINE, Willard. Reference and Modality. In: **From a Logical Point of View**. New York: Harper and Row, 1963. pp.139-59.

RUSSELL, Bertrand. On Denoting. **Mind**, vol.14, n° 56, pp.479-93, Oct. 1905.

_____. Lógica e Conhecimento. In: CIVITA (Ed.) & MARICONDA (Trad.). **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. pp.7-142.

SEARLE, John. Proper Names. **Mind**, vol.67, n° 266, pp.166-173, Apr. 1956.

SOAMES, Scott. The Modal Argument: Wide Scope and Rigidified Descriptions. **Noûs**, vol.32, n° 1, pp.1-22, Mar. 1998.

SOSA, David. **Representing Thoughts and Language**. Tese de Doutorado. Princeton: Princeton University, 1996.

STANLEY, Jason. Names and Rigid Designation. In: HALE & WRIGHT (Ed.). **A Companion to the Philosophy of Language**. Oxford: Oxford University Press, 1997. pp.555-85.